

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Estudo das propostas de formação profissional desenvolvidas pela Faculdade de Educação Física de Santo André.

1
Biblioteca
2008

Margareth Anderáos

Orientador Prof. Dr. João Batista Andreotti Gomes Tojal

Campinas

1998

98.24002



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	An 22
V.	Ex.
TUMBO BC/	36010
PROC.	395/98
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PR. CO	R\$ 11,00
DAT.	16/12/98
N.º CPD	

CM-00119583-0

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP

Anderáos, Margareth

An22fe A formação profissional na Faculdade de Educação Física de Santo André - manutenção ou alteração / Margareth Anderáos. -- Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador: João Batista Andreotti Gomes Tojal

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Educação Física. 2. Formação profissional. 3. Educação Física-Currículo. I. Tojal, João Batista Andreotti Gomes. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida por Margareth Anderáos e aprovada pela comissão julgadora em Educação Motora.

Campinas, 12 de fevereiro de 1998.

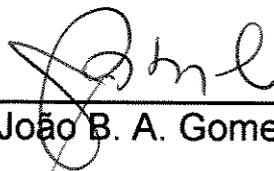


Prof. Dr. João B. A. Gomes Tojal

Campinas

1998

Comissão Julgadora



Prof. Dr. João B. A. Gomes Tojal



Prof. Dr. Idico Luiz Pellegrinotti



Prof. Dr. Alfredo Gomes de Faria Júnior

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. **João Batista Andreotti Gomes Tojal**, orientador, conselheiro e amigo de todos os momentos. Ajudou-me a crescer.

Aos Profs. Drs. **Ídico Luiz Pellegrinotti e Alfredo Gomes de Faria Júnior**, membros da banca examinadora, pelas críticas e sugestões;

Ao prof. Dr. **Bráulio Araújo Jr.** Pela grande contribuição, quando dos momentos de análise no exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. **Marcellino**, querido amigo que me ouviu nos momentos de crise;

Ao Prof. Dr. **De Marco**, por acreditar, desde o princípio, que eu conseguiria empreender esta jornada;

Sra. **Tânia Gomes Felipe**, secretária da pós-graduação da FEF-UNICAMP, pelos esclarecimentos prestados, tão necessários;

Aos amigos **Rita, Márcia, Uvinha, Flávia, Laércio, Cacau, Willian** e tantos outros pelos papos, almoços e risadas;

À **Renata** pela ajuda, todas as vezes que solicitei;

À **Elisabete**, sempre prestativa, pela cooperação;

Ao meu querido **Arthur**, pelo apoio e compreensão;

Ao **CNPq** pelo apoio ao estudo.

Sumário

Resumo

Abstract

Introdução 1

Capítulo I - Revisão Bibliográfica 9

Capítulo II Procedimentos Metodológicos 45

Capítulo III - Análise Documental 50

Considerações finais 131

Referências Bibliográficas 135

Resumo

Tema: Estudo das propostas de formação profissional desenvolvidas pela Faculdade de Educação Física de Santo André. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas. 141 p.

Autora: Margareth Anderáos

Orientador: Prof. Dr. João Batista Andreotti Gomes Tojal

Através deste estudo investigou-se como tem sido a preparação profissional em Educação Física na Faculdade de Educação Física de Santo André - FEFISA, em dois momentos distintos: 1972, primeiro ano de grade completa após a criação do curso, e 1991 primeiro ano de grade completa após a substituição da Resolução CFE nº 69/69 pela Resolução CFE nº 03/87. Para atingir o objetivo proposto no estudo, analisou-se os programas de todas as disciplinas através de objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e bibliografia e procedeu-se a comparação dos programas componentes das grades curriculares, considerando-se cada um dos momentos. Paralelamente realizou-se a análise dos Regimentos Internos que guiaram as ações da instituição nos anos de 1972 e 1991, buscando-se detectar se as oportunidades oferecidas pela Resolução CFE nº 03/87 possibilitaram melhorias na estrutura regimental e administrativa do curso. Foi realizado também, levantamento bibliográfico a respeito de temas que influenciaram a Educação Física no Brasil, com o intuito de se perceber em que medida a FEFISA tem se atualizado. Complementarmente, foi efetuado levantamento das propostas contemporâneas acerca da identificação do seu objeto de estudo. Foram analisadas as obras de autores que tratam da Educação Física escolar, pois o caso aqui estudado centrou-se no oferecimento de licenciatura, e de obras de autores que se aprofundaram em temas referentes a formação profissional. Pelo estudo realizado, foi possível chegar a algumas conclusões sobre a situação da formação oferecida pela FEFISA, bem como o oferecimento de considerações finais relevantes, dentre as quais destaco: ao longo dos 19 anos analisados, os programas das disciplinas se alteraram pouco, impedindo que se conclua pela capacitação do curso, atualização de conteúdos e bibliografias; o aumento de carga horária quando da Resolução CFE 03/87, ocorreu cumprindo determinações legais mas não se percebe, pelos documentos disponíveis, preocupação com a qualidade; não se pode afirmar que havia, nos dois momentos analisados, integração das disciplinas, e dessas com o curso.

Abstract

Topic: Mastership Thesis. A study about the proposes developed in the professional formation of the physical Education college in Santo André. Faculdade de Educação Física da Unicamp. 141 p.

Author: Margareth Anderáos

Supervisor: Prof. Dr. João Batista Andreotti Gomes Tojal

This study provides for an investigation on the development of a professional background in Physical Education at Faculdade de Educação Física de Santo André - FEFISA, over two distinct periods: the year of 1972, the first year with a complete curriculum after the creation of the course, and the year of 1991, the first year with a complete curriculum after Resolution CFE No. 03/97 has revoked Resolution CFE No. 69/69. In order to attain the goal established herein, the programmes of all disciplines have been analyzed with respect to objectives, contents, evaluation criteria and bibliography, and the programmes comprised by the curriculum, with due consideration to each of the periods. Meanwhile, the Internal Regulations which have lead the actions of the institution in the years of 1972 and 1991 have been analyzed, in order to identify whether the opportunities offered by Resolution CFE No.03/87 have allowed any improvements in the regulatory and administrative structures of the course. The bibliography concerning the topics which have had influence on Physical Education in Brazil was also researched, in order to perceive to what extent FEFISA has updated. Complementarily, the contemporary proposals towards the identification of its object of study have been upraised. Since the case studied herein has focused the granting of teaching licenses, works of authors who deal with Physical Education in schools and works of authors who have further studied topics concerning the development of a professional background have been studied. Through this study, it was possible to get to some conclusions with respect to the situation of the professional background formation offered by FEFISA, and to present relevant final considerations. The professional background formation offered has changed little in spite of the increase in the number of disciplines and in the horary charge; the curricula present similarities with regard to the lack of integration amongst the disciplines; and at no point in time the man was considered from the four perspectives - body, soul, nature and society - because the main focus has always been human body, associating strong hygienic and technician traces to the concept of Physical Education.

Matheus, Camila e Lucas...

...certamente lhes dei exemplo de que “querer é poder”, não

importando o “tempo”...

...certamente faltei a vocês ...

...obrigada por esse “tempo”.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, no Brasil, tem-se observado uma grande preocupação com diferentes questões relacionadas à Educação Física. Essa preocupação diz respeito tanto à questão conceitual de definição do objeto teórico de estudo, quanto às condições em que vem sendo desenvolvida a formação do profissional, visando à condição de atuação que venha auxiliar na delimitação e absorção do mercado de trabalho, considerado neste caso, como o campo de atuação possível para esse profissional.

Diferentes pesquisadores como Tojal (1989), Oliveira (1988), Tani (1996) e Vieira e Cunha (1989) têm desenvolvido pesquisas sobre questões relacionadas à formação profissional de nível superior, e propõem alterações que vão desde a reorganização da grade curricular, passando pela formação de um profissional mais relacionado às necessidades e anseios da sociedade, e até mesmo a propor a mudança da denominação de Educação Física, ora para Motricidade Humana, ora para Cinesiologia. Esses autores chegam, inclusive, a indicar a diferenciação da formação do licenciado e do bacharel.

Além desses estudiosos, poder-se-ia citar o trabalho de Moreira (1992) que propõe um repensar sobre a formação profissional através de um estudo sob abordagem Fenomenológica que compreende o corpo, não como um objeto, mas como uma expressão possível do ser-no-mundo; e o trabalho de Betti (1996), onde se encontram questões como a importância da reflexão sobre Educação Física do ponto de vista da teoria da prática e vice-versa.

As obras citadas contribuíram para que repensasse sobre a Educação Física, mas as questões que possuía não foram clareadas por esses estudos. Qual a formação profissional que tem sido oferecida na Faculdade de Santo André, São Paulo, ao longo dos últimos 27 anos de sua existência? As possibilidades de alteração da grade curricular oferecidas pela legislação representaram alterações na qualidade dos programas das disciplinas? O mercado de trabalho, entendido como campo de atuação

possível para o profissional da área, foi observado? Esse levantamento poderia até mesmo ser desnecessário já que o mercado de trabalho é flutuante, o que me parece ser sustentado em diversos cursos, que praticam uma formação generalista, visando com isso garantir que o profissional possa dar conta da diversidade exigida.

Buscando melhor qualificar o que tenho apontado, encontro em pesquisa desenvolvida sobre currículos de graduação em Educação Física, que após o estudo de diversas Instituições, o autor afirma que os mesmos são:

“extremamente voltados para modalidades esportivas, formando profissionais com algum conhecimento técnico dessas modalidades...” Tojal, (1989, p. 20).

Ainda na obra desse autor, ficou explicitado que:

“existe hoje um grande número de cursos de Educação Física em nosso país, e afirma que são resultado da reforma do Ensino Superior ocorrida em 68, que acarretou uma grande massificação do Ensino Superior e em razão dessa massificação foram criados diversos cursos em áreas variadas, e a Universidade inverteu seu sentido e finalidade e em lugar de criar elites intelectuais dirigentes, foi condicionada a adestrar mão de obra dócil para um mercado de trabalho sempre incerto”. Tojal, (1989, p. 15).

Continuando nessa observação, o autor considera que na área da Educação Física, essas medidas ocasionaram problemas complexos que redundaram em um maior rebaixamento da qualidade do ensino oferecido, pois é possível, ao observar a organização curricular desses cursos, perceber

que a Educação Física não é pensada enquanto campo de conhecimento específico, e sim, como área que valoriza em excesso o conhecimento desportivo, desprezando aspectos relevantes da pedagogia e até mesmo do desporto.

Nesses cursos, a preocupação com o “saber fazer” é maior do que com o “como” e o “por quê” fazer.

Nesse sentido, é possível concordar com Tani (1992) quando comenta que a formação profissional em Educação Física tem enfatizado demasiadamente a transmissão de procedimentos pré-estabelecidos em detrimento de outros aspectos importantes como a análise mais aprofundada sobre como estes procedimentos se fundamentam.

A partir dessas constatações, considero que seria melhor que, em lugar da formação que vem sendo oferecida pelos cursos de graduação em Educação Física, principalmente nos particulares, que o fazem a partir de currículos esportivizados e fragmentados, houvesse uma formação profissional mais adequada, com base de conhecimentos sobre questões conceituais, teóricas e técnicas e que assim conseguisse a cada momento, oferecer saídas dignas de um profissional.

Pretendendo compactuar com o referencial teórico que sustenta a teoria proposta por Vieira e Cunha, a ciência da motricidade humana, compreendo o homem como sendo uma somatória de Corpo/Alma/Natureza/Sociedade.

Na busca da compreensão de como tem sido a formação profissional na área, sob essa perspectiva, volto meu olhar para essas dimensões atenta às palavras de Vieira e Cunha;

(...)”é - nos lícito adiantar que as grandes dimensões da pessoa humana parece basear-se: na corporeidade(o Homem é presença e espaço na História, com o corpo, desde o corpo e através do corpo); na motricidade (que é virtualidade para o

movimento intencional, que persegue a transcendência); na comunicação e cooperação (o sentido do outro nasce da sua indispensabilidade ao meu estar - no - mundo); na historicidade (a historicidade do homem consiste no facto de ele não poder conhecer-se, com uma análise exclusiva do presente pois que vem de um passado recordação, que o motiva para um futuro esperança, onde se projecta.” (1994 p.24)

Ao pretender justificar este estudo, julgo relevante estar levantando alguns aspectos que me mobilizaram para a pesquisa junto à Faculdade de Educação Física de Santo André, ponto central desse estudo.

Apesar de graduada em 1983, por aquela instituição, somente em 1990 passei a me preocupar realmente com as condições da área, ocasião em que fui convidada a participar do seu corpo docente.

A partir daí, procurei lembrar como havia se dado o processo de preparação profissional a que me submeti, e pude então constatar que jamais procurei observar se existiam problemas no curso que me levassem a esboçar qualquer crítica em relação às condições do mesmo, às disciplinas ou aos professores. Desinformação, desinteresse, alienação ou qualquer que tenha sido o motivo, a verdade é que, na época, o que realmente importava era concluir rapidamente a graduação e ingressar no mercado de trabalho profissional.

Neste ponto, visando melhor apresentar o objeto deste estudo, considero importante colocar um pouco da história, tanto da Instituição como da formação e das mudanças que ali foram desenvolvidas.

Em 1968, os médicos Israel Zecker e Roberto Laganá trabalhavam na rede de ensino de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo. Nessa ocasião, entrou em vigor a lei que obrigava todos os médicos dessa rede a cursarem especialização em Medicina Desportiva, permitindo-lhes assim, continuar realizando exames biométricos nos alunos daquelas escolas. Ambos

buscaram, na Faculdade de Educação Física da Universidade de São Paulo, a habilitação exigida, até porque era a única Instituição que a oferecia.

Nesse mesmo ano, surgiu então a possibilidade da criação da Faculdade de Educação Física de Santo André que, amparada pela legislação federal que passou a vigorar desde então, permitiu a abertura de faculdades particulares.

Em 1969, foi encaminhado o pedido de autorização de funcionamento junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Além da documentação exigida, grandes eram também os custos financeiros. Os proprietários já citados buscaram esses recursos junto a amigos e Instituições financeiras, na tentativa de viabilização do projeto.

Em 1970, foi autorizada pelo MEC a abertura do curso da Faculdade de Educação Física de Santo André, através do decreto n° 66.692, publicado no Diário Oficial da União em 12/06/70. O seu reconhecimento se deu através do decreto n° 72.123, publicado no Diário Oficial da União em 25/04/73. As atividades tiveram início em um prédio emprestado do Colégio Senador Fláquer, da cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, cujo proprietário era amigo dos médicos anteriormente citados. Imediatamente iniciou-se a construção do local que viria ser a sede própria da faculdade.

Os primeiros profissionais convidados a fazerem parte do corpo docente eram, em sua totalidade, da Universidade de São Paulo, pois haviam sido professores dos dois proprietários quando lá foram cursar a especialização anteriormente referida.

Existia, nessa época, definido pela legislação, um currículo mínimo elaborado pelo MEC e que deveria ser seguido pelas Instituições; eram “... *fixados os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos Cursos de Educação Física...*” resolução 69/69, lei 5540, de 28/11/68, Parecer 894/69 .

Durante o primeiro ano de funcionamento, 1970, a faculdade foi dirigida por um dos proprietários, o médico Israel Zecker. No período de 1971

a 1994, ocupou a direção o outro médico sócio, Roberto Laganá e, a partir desse ano, até a presente data, assumiu a direção, Diná Zecker.

Considero importante para o estudo entender como se dava a formação profissional num Curso criado nos moldes fornecidos pela resolução 69/69, e que foi reorganizado através dos parâmetros fornecidos pela resolução 03/87.

Este breve relato sobre a FEFISA, foi necessário sem, no entanto, a pretensão de que pudesse assumir um caráter estritamente histórico; foi colhido através de conversas informais (não estruturadas e sem roteiro) com a tesoureira da Instituição, que trabalha na faculdade desde a sua fundação, e com a secretária geral que permanece no cargo desde 1973 .

A partir da década de 70, tem sido objeto de debates, em nosso país, a formação do Licenciado (profissional apto a atuar no ensino de primeiro e segundo graus); e, na década seguinte, a do Bacharel (profissional apto a atuar nos demais ramos do mercado de trabalho) em Educação Física.

Dentre os temas abordados destacam-se questões que envolvem o perfil profissional de ambas as formações também denominado perfil profissiográfico, (Tojal 1997), o lugar ocupado pelo Técnico Desportivo, os conteúdos curriculares e a necessidade percebida de se ter liberdade para decidir quais os conteúdos que melhor se adaptam à concepção de cada curso, os mínimos de carga horária, a pós-graduação e as especializações.

Reuniões foram realizadas em 1979, no Rio de Janeiro; 1981 em Florianópolis; em 1982 Curitiba, com o intuito de se refletir sobre a Resolução 69/69 que fixava o mínimo de duração, o currículo obrigatório e a estrutura dos cursos de Educação Física, já que ela não mais atendia às necessidades da área. (Documenta 315 Brasília 03/87).

Em 1987, entrou em vigor a Resolução do Conselho Federal da Educação nº 03/87, que eliminou o Currículo mínimo e aprovou a ampliação de carga horária de 1800hs/a para 2880hs/a; a duração do Curso passou de

três para quatro anos, e foi dado prazo de 30 meses para implantação do quarto ano na grade dos cursos da área e adequação de carga horária.

A FEFISA implantou as alterações que passaram a vigorar a partir de 1991, ano em que foram acrescentadas novas disciplinas na grade curricular do Curso, sendo a primeira turma submetida à grade completa com duração de 4 anos.

Para consecução deste trabalho, entendo relevante analisar os regimentos internos que guiaram essas ações dentro da faculdade, tanto em nível organizacional quanto em nível de programas das disciplinas, juntamente com a legislação que regulamentou as alterações ocorridas durante esses 19 anos, uma vez que a documentação disponível em muito poderá estar contribuindo para o entendimento e objetivo que busco.

Nesse sentido, visando alcançar os objetivos deste estudo foram analisados os itens:

- dados relevantes da criação da FEFISA a partir do regimento interno que inspirou toda a organização do curso,
- programas de todas as disciplinas do primeiro ano de grade completa (1972), no que se refere a objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e bibliografia utilizada,
- regimento interno que reorganizou a Instituição a partir de 1991, quando da alteração da legislação e
- programas da primeira grade completa após a citada alteração.

Através da comparação destes dois momentos, anterior à reforma (1972) e posterior a ela (1991), no que se refere a regimentos e programas das disciplinas, busquei observar em que medida a capacitação oferecida sofreu possibilidades de melhora, objetivo dessa pesquisa.

Devo registrar que, a partir de 1993, a faculdade começou a investir na Pós graduação. Professores da Universidade Estadual de Campinas

passaram a ministrar primeiramente o curso de especialização em Educação Física escolar e posteriormente em treinamento desportivo.

Entendo que esse foi um passo significativo no sentido da capacitação do corpo docente da instituição, principalmente pela adoção de novas temáticas resultantes de disciplinas com caráter mais sócio-cultural e utilização de bibliografias mais atualizadas. Este poderá ser objeto de um novo estudo.

Portanto, a meta, agora, é levantar, analisar e comparar os momentos antes e após a reformulação da legislação, vivenciados pela FEFISA em relação à formação profissional. Como uma das possíveis conseqüências da pesquisa, poderá ser elaborado um modelo básico de análise que possa servir de orientação para novos estudos a serem realizados sobre outras instituições congêneres. Isto posto, passarei agora a declarar como se dará o projeto de redação a partir da metodologia a ser empregada.

No primeiro momento, capítulo I, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre questões ligadas à área, abordando desde a sua história no Brasil, destacando as vertentes que a vêm influenciando, e mais especificamente a Educação Física escolar já que o Curso ora analisado oferece unicamente a Licenciatura.

No capítulo II foi apresentada a proposta de tratamento metodológico a ser utilizada na pesquisa.

É importante destacar-se que a tarefa foi realizada com a utilização de uma metodologia definida pelo Estudo de Caso, pelas características que apresenta, que me permitiu verificar a condição de existência da estrutura acadêmica da unidade analisada.

Na sequência, no capítulo III, foram realizados estudos sobre a formação que é oferecida na FEFISA, e para isso adotei a pesquisa documental, centrando a observação sobre os momentos de início das grades curriculares (1972/1991), com o intuito de analisar as alterações ocorridas na proposta de mudança.

CAPÍTULO I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Visando estudar e analisar a formação que é oferecida em um curso de licenciatura, verifico como se desenvolve o ensino no sistema escolar brasileiro. Portanto, refletindo sobre a situação em que se encontra a Educação escolar brasileira hoje, veremos que os problemas são inúmeros, e dos mais variados tipos. Como pode um sistema educacional que se pretende sério não fornecer condições para que o processo de ensino ocorra?

Quando falo em condições, refiro-me às básicas, como salas de aula adequadas, carteiras, lousa, material didático, banheiros e instalações elétricas. Mais importante do que tudo seria poder contar com professores adequadamente preparados e profundamente envolvidos com o ato educacional.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento (1994) sobre o perfil do Ensino de 1º grau brasileiro mostra que os dados obtidos quanto às condições físicas das escolas são alarmantes:

- 25% não possuem banheiros;
- 27% não possuem abastecimento de água,
- 25% não possuem mesa para o professor e
- 72% não possuem nenhum material didático.

Mais graves, ainda, são os dados que se referem à formação dos professores, de acordo ainda com o IPEA:

- 13% do total de docentes do país só possuem o 1º grau completo e
- 44%, desse total, apresentam o segundo grau completo.

Sem dúvida, é um cenário demasiadamente preocupante. Ao falarmos dos profissionais que possuem habilitação, podemos questionar também os currículos aos quais foram submetidos, e mais, podemos nos

questionar sobre a influência da formação na atuação destes profissionais, que ora nos parece insuficiente em conteúdo e inadequada em metodologia específica para aplicação junto à sociedade.

Ao pensar nos problemas referentes aos currículos, fica a indagação: estaria o governo realmente privilegiando o ato educativo, como caminho para o desenvolvimento da consciência crítica da população? Ou seria conveniente uma Educação acrítica, efetuada por pessoal despreparado, objetivando que o povo se mantivesse em nível de consciência ingênua, e se tornasse massa de fácil manipulação?

Se pensar que paralelamente ao ensino público, existe a escola particular, poderei até me iludir pensando que as condições possam ser diferentes. Se por um lado a escola particular pode oferecer material e espaço mais adequados e professores legalmente habilitados, por outro, esbarra na habilitação do corpo docente. Ser habilitado para ser professor significa estar habilitado para ser educador?

Gostaria agora de refletir sobre a situação em que se encontra a Educação Física, dentro do modelo educacional vigente. Da mesma forma como vínhamos analisando a importância em se manter consciências acríticas para que a ordem fosse mantida, a regra para a Educação Física se mostra a mesma.

Nesse sentido, Moreira afirma que:

"a Ciência e a Educação do século XX têm a marca do mecanicismo, do assistencialismo, do acriticismo, da passividade, da neutralidade, da perda do humano no homem". (1992, p. 202)

O autor cita que o mesmo ocorre na Educação Física, e que estamos atravessando uma enorme crise dentro da área, a partir da década de 70.

Por esse motivo, encontra-se, hoje, profissionais atuando na área, sem que sequer se dêem conta da crise em que se encontra a Educação, até porque não perceberam a realidade na qual estão inseridos, graças ao modelo educacional existente.

Dentro da minha prática docente, bem como através da convivência com alunos e professores, em nível de 3º grau, posso perceber um grande desencontro entre os anseios de ambos.

Percebe-se, algumas vertentes influenciando a área da Educação Física no decorrer do tempo.

“...com relação às Tendências , três são, a nosso ver, as que encontram na Educação Física, em nosso país, maior significância: uma, que se apresenta na sua biologização; outra, que se percebe na sua psico-pedagogização, e aquela última, que reflete – na Educação Física – sinais que possam vir a apontar para a sua inserção na proposta de uma pedagogia sedimentada na concepção Histórico-Crítica de Educação”. Castellani (1988, p. 29)

Assim passarei a traduzir o entendimento que o autor possui acerca dessas três tendências.

A tendência que se refere à biologização da área reduz o estudo do homem em movimento, apenas aos aspectos biológicos. Enfatiza, portanto, as questões da performance esportiva, da eficiência e da eficácia, marcando a presença da área médica na Educação Física do Brasil.

A tendência que se denomina psico-pedagogização da Educação Física é a responsável pelas concepções pedagógicas de cunho tecnicista, focalizando a capacitação técnico-profissionalizante com o objetivo de adestrar mão de obra capacitada, através de uma formação acrítica. Na análise realizada pelo autor, do confronto das duas tendências acima citadas,

poderia julgar que há uma oposição entre elas. No entanto Castellani (ibid.) ressalta que ambas embutem o acriticismo e a preocupação com a técnica.

A terceira e última tendência têm uma proposta transformadora da prática da Educação Física, que pretende desestabilizar o quadro hegemônico mantido pelas duas primeiras. Aposta na socialização do corpo de conhecimento existente a respeito do conhecimento do “homem em movimento”. De acordo com o autor:

“(..) buscam tratar o conhecimento responsável pelo estudo dos aspectos sócio-antropológicos do movimento humano (...)” “(...) é fazê-lo sabedor de que seu corpo sempre estará expressando o discurso hegemônico de uma época e que a compreensão do significado desse discurso (...) é condição para que ele possa vir a participar do processo de construção de seu tempo e por conseguinte, da elaboração dos signos a serem gravados em seu corpo”. Castellani (1988, p 220)

Outro autor que analisou as diferentes concepções que têm influenciado a Educação Física, foi Medina (1985), que propôs um olhar atento para a teoria Freireana, relacionando três concepções de Educação Física com os três níveis de consciência descritos por Paulo Freire (1974).

A Educação Física Convencional que se apóia no senso comum (visão simplista e vulgar do ser humano e do mundo), traz forte influência da pedagogia tradicional. O autor conclui que os que a praticam não respeitam as características individuais e se preocupam em “educar o físico”. Crítica esta concepção e considera os que a seguem, portadores de consciência Intransitiva (Freire, 1974), já que são objetos e não sujeitos de sua história.

A Educação Física Modernizadora amplia o significado da Educação Física, ainda que continue como a anterior, com uma visão dualista de homem

(corpo-mente). Os que a praticam, ainda que continuem a dar prioridade aos mecanismos anátomo-fisiológicos, buscam atender às necessidades psicológicas dos indivíduos, educando através do físico. Os adeptos dessa concepção acreditam numa Educação Física que, através dos movimentos, cuida do corpo e da mente e que os indivíduos devam moldar-se às exigências que a sociedade lhes impõe. Os profissionais portadores dessa concepção possuem uma visão mais ampla que a do senso comum, não só em relação ao processo educativo, mas também à própria realidade, de acordo com Medina (1985). Afirma ainda o autor que os profissionais partidários dessa visão são portadores de uma consciência Transitiva Ingênua, de acordo com a classificação de Freire (1974), pois não conseguem compreender a fundo as causas dos problemas vividos e suas argumentações são frágeis e simplistas, o que os leva a serem dominados pelo mundo.

Por último, Medina descreve as características da Educação Física Revolucionária destacando-a como, *"(...) a mais ampla de todas, por procurar interpretar a realidade de modo dinâmico"*. (p. 81)

O ser humano, por essa perspectiva, é compreendido por meio de todas as suas dimensões, e pelas relações que estabelece com o mundo e com outros seres. O corpo é considerado através de todas as suas significações e manifestações, não sendo parte do homem, mas, o próprio homem. Por essa visão, a Educação Física pode ser entendida como

"a arte e a ciência do movimento humano que através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido de sua auto-realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre". (p. 85)

A consciência característica dessa concepção é a Crítica Transitiva (Freire, 1974), que possibilita aos indivíduos enxergar e lidar com os

problemas da área já que os compreendem com profundidade e têm argumentação para tal.

Na Educação Física, caminha-se em busca de uma concepção que possa dar conta das necessidades da área.

Portanto, um caminhar por autores que praticam esta busca pode auxiliar a clarear o entendimento das bases axiológicas que têm norteado a formação do profissional.

No discorrer sobre a Educação Física no Brasil, passarei necessariamente pelas influências militares sentidas por todos.

Castellani (1988) afirma que a história dessa área no Brasil se confunde em muitos momentos com a dos militares. Em 1907, foi lançado o embrião do que viria a ser mais tarde a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, o mais antigo estabelecimento especializado em todo país. Há de se notar, salienta o autor, a maciça presença de militares participantes da formação dos primeiros professores civis de Educação Física, o que confirma a sua grande influência em nossa área.

O fato de termos sido colonizados por Portugal, que na época se encontrava às margens do cenário cultural europeu, contribuiu para que a filosofia positivista alcançasse sucesso entre nós (op. cit.).

Para dar conta de suas funções, os higienistas lançaram mão da Educação Física, dando-lhe um papel fundamental que seria o de criar um perfil de corpo saudável, eleito para representar o modelo físico de uma classe social, incentivando com isso a eugenia.

“Assegurar a saúde e o vigor dos corpos, aumentar a reprodução e a longevidade dos indivíduos, incrementar a população do país a melhorar os costumes privados e a moral pública”. Costa (1983, p. 12)

É importante ressaltar que a Educação Física valorizada pela classe dominante levava em seu bojo a compreensão do “ não trabalho”, em seu sentido lúdico, de preenchimento do ócio e do tempo livre. Rouyer apud Castellani (1988).

“(...) a Educação Física no Brasil desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país que, saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida. Contudo esse entendimento que levou por associar a Educação Física à Educação do Físico, à Saúde Corporal, não se deve exclusivamente e nem tampouco prioritariamente aos militares. A eles, nessa compreensão, juntavam-se os médicos que, mediante uma ação calcada nos princípios da medicina social de índole higiênica, imbuíram-se da tarefa de ditar à sociedade, através da instituição familiar, os fundamentos próprios ao processo de reorganização daquela célula social. Ao assim procederem, ao tempo em que denunciavam os malefícios da estrutura familiar do período colonial, auto proclamavam-se a mais competente das categorias profissionais para redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da “nova “ família brasileira.”
Castellani (1988, p. 39)

De acordo com este autor, de 1860 a 1906, predominava no país o Método Alemão de ginástica tanto entre os militares quanto entre os escolares. A partir de 1906 passou a vigorar o Método Francês.

Antes mesmo desta alteração, Azevedo (1920) traçou o perfil do professor moderno de Educação Física, e deixou claro sua concordância com

o método francês. Neste momento, década de 30, além da preocupação com a eugenia da raça, houve o comprometimento com a formação de um contingente de homens fortes que tivessem condições de defender a pátria e de criar mão de obra fisicamente adestrada e capacitada para dar conta dos deveres que lhes seriam atribuídos. Fica bastante clara a característica utilitarista da Educação Física. (O sentido da palavra utilitarista, no que se refere à Educação Física, passa a idéia de ser útil ao poder instituído.)

Passo a citar literalmente o texto do referido autor sobre o perfil do novo profissional da área.

“A nova orientação da Educação Física, não tem sempre correspondido, mesmo em alguns países em que a questão mais se ventila, uma orientação nova na formação do pessoal do ensino e na escolha de Diretores de Educação Física. Da seleção destes, no entanto, e da preparação daqueles, é que depende o maior êxito desta grande obra de recuperação da saúde e robustez, e que ficará baldada estéril, quando não contraproducente, se de todo cientes da completa missão que lhes compete, não tiverem os professores, sólida instrução teórica e prática, e não forem superiormente orientados por um educador, que deve ser, além de psicólogo avisado, um engenheiro biologista, teoricamente documentado e de uma competência técnica acima de toda a crítica(...) Ao professor de Educação Física compete, pois, dirigir, orientar os exercícios de modo que influam enérgica e eficazmente sobre cada organismo, ordená-los em série gradual, harmonizá-los com o período de evolução orgânica, inculcando o prazer ou, ao menos, evitando o tédio, e constatar, enfim, pelos processos vários de mensurações corporais, os resultados de seu ensino, fazer, em uma palavra, o registro dos benefícios que provierem dos exercícios, e dos

inconvenientes que determinaram. São as atribuições que todos os entendidos lhe demarcam(...)” Azevedo (1920, p. 108)

Este autor, em cuja obra identifiquei os padrões propostos pelos Higienistas, apesar de se colocar contra a Educação Física tradicional, deixa transparecer suas idéias de conformidade com a intenção do poder instituído, não favorecendo o questionamento quanto à ordem social e política dominante. Nela identifiquei claramente os perfis distintos no que se refere aos sexos, com papéis definidos na sociedade em formação. Às mulheres era atribuída a tarefa maior de gerar filhos fortes e saudáveis para servir à Pátria.

“(...) a Educação Física da mulher deve ser, portanto, integral, higiênica e plástica, e, abrangendo com os trabalhos manuais os jogos infantis, a ginástica educativa e os esportes, cingir-se exclusivamente aos jogos e esportes menos violentos e de todo compatíveis com a delicadeza do organismo das mães(...)”. Azevedo, (1920 p.96).

Com rápidas pinceladas, uma idéia do que era a Educação Física em fins do século XIX e início do XX.

O tempo se passou porém, o caráter utilitarista permaneceu e, para dar conta do que será requisitado pela nova economia do país que já se desenhava, por conta da transição de uma sociedade agro-exportadora, para uma sociedade de base urbano-industrial, novas habilidades serão necessárias.

Desenvolveu-se, então, o Estado Novo, atendendo aos interesses agrário e industrial, pois somente uma ditadura poderia dar conta das necessidades vividas naquele momento. Silva (1980).

Saviani (1982) apontou o caminho para se entender o que aconteceu com a Educação desde o Estado Novo até 1964. Salientou o

caráter de continuidade que se percebe na documentação existente. Modificou-se o discurso, porém o conteúdo permaneceu o mesmo. Os problemas educacionais permaneceram, uma vez que a continuidade só pode ser garantida através da ruptura política; inevitavelmente esse espírito acabou sendo alterado. *“A inspiração liberalista que caracterizava a Lei nº 4026/61 cede lugar a uma tendência tecnicista nas Leis 5540/68 e 5692/71”*.

De acordo com Castellani (1988), o sistema educacional apareceu então associado à qualificação profissional baseada numa formação técnico-profissionalizante, que de acordo com Saviani (op. cit.) gerou posturas despidas de criticidade.

Diante deste contexto, a Educação Física continuou representando seu papel utilitarista, sem grandes modificações.

Paiva (1983) afirmou que a política educacional se transformou e utilizou a Educação para difundir sua ideologia, já que é através dela que o poder pretende exercer a conservação social. Elegeu duas disciplinas para realizar esta função: Educação Moral e Cívica e Educação Física. À segunda ficaria a responsabilidade de disciplinar os corpos que serviriam ao exército defensor da pátria.

Venho me referindo ao Estado Novo, contudo considero importante apresentar o entendimento do que se tem de Estado Novo:

“(...) Estado Novo pode ser interpretado como um regime político autoritário, que vigorou no Brasil entre 1937 e 1945, caracterizando-se pela centralização do poder em torno do chefe da nação - Vargas - pela anulação das liberdades democráticas, pela ausência de mobilização política, por um crescente intervencionismo do Estado na economia (...)” Faria Jr. (1987,p. 15).

De acordo com o mesmo autor (op. cit.), as questões relativas à Educação, neste período, foram entregues ao Ministério dos Negócios da

Educação e Saúde Pública. O ministro da época era Gustavo Capanema, que criou dentro do ministério um departamento de Educação Física (D.E.F.), subordinado ao Departamento Nacional de Educação, que significou o primeiro passo no sentido de distanciá-la das outras áreas de Educação. O Estado Novo via nisso a possibilidade de aprimoramento da raça, o que explicaria a ênfase dada à área na Constituição de 1934, que obrigava a todas as escolas primárias, normais secundárias ministrarem, além de ensino cívico e trabalhos manuais, a disciplina em questão. Com a obrigatoriedade da área e em decorrência da falta de recursos humanos para dar conta da nova exigência, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). O próprio decreto de criação estabelecia que seriam objetivo da ENEFD:

(...)”*formar técnicos em Educação física e desportos*”. (Brasil, Decreto Lei 1212 de 17 de abril de 1939).

A formação por este paradigma tecnicista era arma útil ao poder instituído. A formação era deficitária se comparada à dos outros profissionais de Educação. Aos primeiros era exigido o curso de conclusão em nível de segundo grau; aos segundos, nem isto (Parecer 88/55).

O Parecer 118/58 altera esta situação e passa a exigir, para ingresso no Curso superior da área, certificado de conclusão do segundo ciclo, consequência do movimento estudantil, segundo o que afirma em sua obra o autor a seguir:

“*Graças à reação do movimento estudantil, sempre importante vetor nas lutas contra o autoritarismo desde a época do Estado Novo, a questão das exigências para o ingresso nas escolas de Educação Física foi uma vez mais apreciada. O centro Acadêmico Ruy Barbosa da escola de Educação Física de São Paulo, inconformado com o Parecer n ° 88/55 do CNE, pleiteia e*

obtem da Diretoria de Educação Física do ministério da Educação e Cultura (MEC), a aceitação para a exigência , “para o ingresso no curso Superior de Educação física, a apresentação do certificado de conclusão do curso Clássico ou Científico, ou seja, curso secundário completo” (Brasil, Parecer 118/58). Faria Jr. (1987 p. 19,20)

É importante ressaltar que a suspensão da lei que regulamentaria esta nova exigência, por dois anos, foi iniciativa da escola de Educação Física de Minas Gerais, e se deu em 1955.

O início dos anos 60 trouxe algumas modificações importantes no âmbito da Educação. A Lei 4024/61, em seu artigo 70, ressalta a importância do currículo mínimo no processo de formação cultural e profissional, sem o qual haveria o comprometimento da capacitação do indivíduo. Além dele, haveria uma parte que seria determinada pelas instituições para complementar a formação de acordo com as particularidades de cada região. Em 1962 o CFE aprovou o Parecer 292/62 que relaciona as matérias pedagógicas das licenciaturas e o Parecer 298/62 fixando o currículo mínimo para os cursos da área em debate. (op.cit.)

A idéia de currículo mínimo era uma tentativa de escapar do espírito centralizador que vigorara durante o Estado Novo, pois *“(...) as IES não mais dependeriam de leis votadas pelo Congresso Nacional para alterarem seus currículos”*. Faria Jr. (1987, p. 22)

Com a queda do Estado Novo, mesmo que de maneira tênue, alinha-se um Estado democrático no governo de Juscelino Kubistchek, avançando posteriormente pelo governo de Jânio Quadros e ainda João Goulart. Com o advento do Golpe militar de 1964, instalou-se novamente um regime de exceção (não legítimo), no ano de 1964.

Em 1966, foi firmado um acordo entre o MEC e a “United States Agency for International Development”, conhecido por MEC-USAID, com o

objetivo de reformar o ensino superior do Brasil, enfatizando a privatização do mesmo. Houve um movimento de estudantes em função do descontentamento com os currículos aos quais vinham sendo submetidos. Em 1968, foi criado um grupo de trabalho presidido pela prof.a Maria Lenk, com o intuito de revisar os currículos dos cursos de Educação física.

Nos anos seguintes, a situação da formação do profissional nesta área em quase nada se alterou.

A partir de 1978, foram organizados seminários para apreciação e discussão dos novos currículos. O primeiro deu-se na Universidade do Rio de Janeiro e vários outros foram realizados em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe, sempre com o mesmo intuito. Todos esses encontros culminaram no de Curitiba (1982), onde se propôs a importância de se definir uma linha filosófica para o currículo e o perfil do profissional a ser formado. Até 1986, muitas considerações foram feitas para que, em 1987, de uma reunião realizada na Universidade de São Paulo, resultassem conclusões importantes que culminariam no Parecer 215/87 do CFE. Tojal (1995)

•“Reconheceu-se a pertinência dos princípios norteadores da proposta emanada do Encontro de Curitiba (1982), mesmo diante da nova política pretendida para o desporto brasileiro, proposta essa agora amadurecida pelo debate e atualizada em consonância com o momento vivido pelo ensino superior.

•Ratificou-se o entendimento de que seria imprescindível a manutenção da linha de autonomia e flexibilidade contida nessa proposta, o que possibilitaria a cada instituição elaborar seu próprio currículo com ampla liberdade para ajustar-se, numa ótica realista, às peculiaridades regionais, ao seu contexto institucional e às características, interesses e

necessidades de sua comunidade escolar, quer no plano docente, quer no discente.

•Identificaram-se como casuísticos, e sem base mais sólida de sustentação, os argumentos de que a proposta criaria dificuldades ou mesmo impediria a transferência de alunos, além de possibilitar fraudes no desenvolvimento dos cursos.

•Concluiu-se que, embora em desacordo com a jurisprudência do CFE quanto à forma de apresentação do que se convencionou chamar "currículo mínimo", a linha de desenvolvimento curricular apresentada pela proposta, em sua essência, não contraria o estabelecido pelo artigo da Lei 5540/68, entendendo-se isto sim, muito mais como uma evolução do que estabeleceu a Indicação 8/68 e, também o Parecer 85/70.

•Reconheceu-se a necessidade, como prevista inicialmente pela proposta de reformulação curricular (Curitiba/1982), de haver, complementarmente à proposta, estratégias para implementação, acompanhamento e avaliação da mesma.

•Reconheceu-se que a aceitação por parte das IES da proposta em questão revelaria que foram assumidas, na verdade, as responsabilidades que a liberdade lhes outorga, traduzindo-se, assim, numa real carta de idoneidade da instituição". Documenta (315) Brasília, março de 1987.

Em 16 de junho de 1987, foi assinada a Resolução de número 03 do CFE que, após ter sido homologada pelo ministro da Educação, foi publicada em 22 de junho de 1987, pelo Diário Oficial da União.

Um dos pontos levantados nas discussões sobre alterações dos currículos foi a importância da qualificação profissional dos docentes, pois somente através dela seria possível diminuir a distância existente entre o

discurso e a ação. É comum se encontrar inverdades no que se refere a programas de disciplinas e cargas horárias. Se por um lado interessa ao corpo docente apenas o documento que lhes permita atuar no mercado de trabalho profissional, aos docentes interessa um trabalho que não lhes crie “problemas”. Tojal (1995).

Vasto é o material existente que comprova este breve histórico que realizamos, porém não é meu objetivo reescrever a história da Educação Física no Brasil. Devo ressaltar que esse levantamento ajuda-me a elaborar o entendimento que se faz necessário nesse estudo.

Caminheemos ao encontro de autores da área, mais próximos do momento em que vivemos para que possamos estar percebendo como vêm a Educação Física por um ângulo mais contemporâneo.

De acordo com Freire (1989), a formação atual para o magistério é precária. Mostra-se carregada de vícios e com muitos defeitos. Tanto nos cursos de magistério quanto nos cursos de Educação Física teme-se que o problema demore a ser resolvido; em relação aos licenciados a preocupação fica em se realizar práticas desportivas ou atividades físicas inconsistentes para o exercício da profissão; percebe-se uma grande preocupação com o biológico e com as práticas desportivas, irrelevantes para a tarefa pedagógica de orientar crianças.

Fica a questão: estaria mais apto para exercer a função de professor de Educação Física o professor polivalente ou o licenciado na área? Verificando novamente Freire (1989), concordo quando afirma que: ao que parece, nenhum dos dois, se não ocorrerem modificações na forma de capacitar os futuros professores. O importante para o autor seria que não se pensasse a Educação dicotomizando mente-corpo. Melhor seria pensar-se numa Educação que considerasse a criança como um ser global, com direito de ter um professor competente e compromissado com o ato educativo.

O autor revela também que falta à Educação Física ver acima de tudo o humano no homem; "ver além do percebido". Ele diz ainda:

“Creio que a Educação Física deve buscar aí (motricidade), o seu caminho. Talvez até à custa de abandonar, um dia, sua própria denominação. Será necessário, quem sabe, que abandone sua postura de meras realizações práticas para entreter, disciplinar, controlar, colocar ordem, formar músculos”.
Freire (1989, p. 138)

Continuando, ele diz ainda que seria importante desenvolver-se uma Educação física humanista, no sentido de se perceber que é no mundo que o homem deve buscar o que lhe falta para se humanizar. Defende ainda uma tarefa significativa, isto é, relacionada à realidade concreta dos indivíduos, e menciona que, de modo geral, os professores se sentem inseguros para lidar com corpos livres em movimento, ressaltando que, para se trabalhar com alunos nas aulas é preciso que se conheça e se aceite o próprio corpo. Afirma que paradoxalmente o corpo é rejeitado nas escolas.

Para esse mesmo autor, o papel do professor, independente da disciplina que leciona, é criar no aluno condições de desequilíbrio e dar subsídios para que ele possa sair do conflito, estabelecendo portanto ligações entre o conhecido e o desconhecido.

Interessante relatar também, no que se refere à avaliação em Educação Física, a importância de se observar o indivíduo não só em seu aspecto motor. Ressalta que, nas escolas, frequentemente, encontramos uma avaliação fragmentada, quantitativa, da qual discorda frontalmente, pois acredita que, além dos aspectos motores envolvidos nas atividades, também devam ser considerados os cognitivos, afetivos e sociais.

O autor comenta a crise em que se encontra a Educação Física atualmente; fala de sua herança militarista e higienista, da necessidade

urgente de mudanças para que cheguemos a melhorar o nível dos alunos que se formam anualmente, dando-lhes condições de lidar com os escolares nessa nova perspectiva que vislumbramos.

Em Freire (1992), encontramos uma narração interessante sobre os métodos de confinamento e engorda, aplicáveis indiferentemente a porcos, vacas, galinhas e alunos. Questiona sobre a necessidade de estar o aluno em imobilidade para aprender, e afirma que idéia e ação corporal são a mesma coisa; portanto, se quisermos controlar as idéias e os sentimentos, basta que controlemos o corpo.

De acordo com Medina (1985), entre 1968 e 1975, o aumento do número de Cursos de Educação Física foi bastante significativo, o que acarretou na queda da qualidade de ensino, obrigando estas escolas à absorção de pessoal docente nem sempre qualificado para suas devidas funções.

Como resultado desta situação, vêm sendo lançados no mercado de trabalho profissionais desqualificados para realizarem o ato educativo. O autor procura traçar o perfil de um aluno médio:

"- semi alfabetizado; incapaz de explicar com clareza a que se propõe a disciplina Educação Física; noção pouco ampla das finalidades da Educação; visão mais voltada para alguns esportes, em detrimento de outras práticas educativas; dificuldade em entender a importância de uma fundamentação teórica em relação à prática; supervalorização do sentido de competição das atividades, com ênfase no resultado e na vitória; visão essencialmente individualista, em prejuízo de uma visão mais social do processo educativo; possuidor de uma consciência caracteristicamente ingênua; extrema dificuldade de comunicação e manutenção de um diálogo efetivo". Medina (1985,p. 51)

O autor afirma, portanto, que a escola pouco realiza, no decorrer da graduação, no sentido de modificar o estado dos alunos. Ao contrário, é prática comum reforçar aspectos negativos que os alunos traziam dos níveis inferiores de sua escolaridade. Questiona também a razão de ser da escola, já que ela sequer consegue promover mudanças no homem.

No mesmo sentido, Oliveira et. al. (1988) afirmam que, na preparação profissional do Licenciado, a ginástica, o desporto, a dança e a recreação são trabalhados tecnicamente, o que caracteriza uma formação pouco comprometida com o processo educacional.

De acordo com Moreira (1992), o ato educativo atual não foge ao paradigma mecanicista. A formação escolar privilegia a Educação cognitiva, transformando-a em pura memorização. Relata que a consequência deste tipo de Educação é a formação de pessoas acríticas, o que fica bastante claro na sua citação:

"(...) formamos nas escolas economistas, mas não temos justiça social; temos um Curso específico para bacharéis em Medicina, mas a população não tem saúde; os advogados saem das escolas de Direito e nossas leis por eles promulgadas, não legitimam as relações entre os seres humanos; temos políticos, que passaram por todos os bancos e graus de escolaridade, com fluentes discursos e, no entanto, não se sensibilizam com as necessidades do ser humano".(p. 202)

Explica, ainda, esse autor, que a situação da Educação física não é diferente; ao contrário, é ainda pior. Se na Educação, vive-se uma crise na tentativa de mudanças desde a década de 40, na Educação física, os intelectuais só foram acordar para uma verdadeira reflexão na década de 70. Refere-se à tendência mecanicista nos cursos de graduação da área.

Os alunos recebem os conteúdos fragmentados, não havendo relação entre as disciplinas práticas e teóricas; a intencionalidade dos

movimentos não é discutida e, portanto, a Educação física continua sendo considerada como uma atividade ao invés de disciplina acadêmica, como se pretende.

(...) "Se para as demais disciplinas curriculares o aluno é sinônimo de cabeça pensante, para a Educação Física ele é sinônimo de corpo fatigado". Moreira (1992, p. 203)

O autor ressalta a importância de estarmos conscientes da inter-relação e da interdependência de todos os fenômenos, quer sejam eles físicos, psicológicos, biológicos, sociais ou culturais, e propõe uma concepção sistêmica à Educação, para que vejamos o mundo em termos de integração e relação. Sob esta perspectiva, surgirá uma Educação que valorizará o humano do homem, através das relações com outros seres e com o ambiente.

"A Educação por este novo paradigma, quanto mais estudar o mundo vivo, mais aperceberá a tendência de criação de vínculos, de associação, da vivência em cooperação, características fundamentais dos organismos vivos". Moreira (1992, p.206)

A partir dessa citação, o autor coloca-se pois em defesa da concepção sistêmica da vida, acreditando que esta será a base das produções científicas que serão divulgadas nos cursos de graduação.

Encontramos reflexões do mesmo autor (1988), no sentido de se repensar a formação profissional. Acredita que a formação seja baseada no senso comum, onde não se prioriza a criatividade, a solução de problemas, a crítica ao saber institucionalizado. Afirma que em 50 anos dedicados à licenciatura, não se conseguiu desenvolver competência para o trabalho dentro do ensino formal. Comenta o despreparo dos profissionais da área para

atuação neste segmento de mercado, desde a pré-escola até o segundo grau, e mais, o despreparo dos docentes em nível de graduação na área. Muitos profissionais, de acordo com o autor permanecem transmitindo os mesmos conteúdos durante anos a fio, como se a Educação Física fosse algo estagnado, reproduzindo a conhecida Educação bancária anteriormente citada. Percebe como indefensáveis os cursos que mantêm apenas a licenciatura como opção de formação já que considera a criação do bacharelado como avanço para a área.

Entendo como sendo radical o comentário do autor, ao afirmar que em 50 anos dedicados à licenciatura não se conseguiu competência. A afirmação carece de dados para sustentá-la. Não tenho conhecimento de pesquisa que o mesmo tenha realizado nesse sentido. Acredito também que não é a criação do bacharelado que pode estar significando competência dentro da área.

De acordo com Betti (1992), nem o termo Educação física seria o mais apropriado para denominar esta disciplina acadêmica, pois o mesmo restringe o objeto de estudo. Saber realizar determinados movimentos não significa saber ensiná-los; é necessário saber para quê ensiná-los também, ou seja, a prática refere-se ao desempenho social.

Vai ainda mais além quando afirma sobre a necessidade que têm os profissionais da área, de absorverem depois de formados, novos conhecimentos, com a finalidade de aperfeiçoarem suas práticas. O autor critica a organização dos currículos, salientando que os mesmos têm como principal referência o corpo docente e não os alunos.

Pergunto - me se a grande meta a ser priorizada pelos currículos seria o aluno como afirma o autor, ou seria a busca da satisfação de suas necessidades?

Afirma ainda que o resultado das pesquisas, que são realizadas no âmbito das universidades, fica longe de ser passível de utilização prática, já

que a própria linguagem utilizada é formal e codificada, ao invés de informal e prática.

De acordo com Castellani (1988), quando alguém o procura dizendo querer fazer mestrado em Educação Física, ele tenta saber qual o motivo. Se o propósito é apenas ampliar conhecimentos, ele tenta dissuadi-lo. Para isto, é suficiente cursar especializações. Por outro lado, se o objetivo é seguir carreira universitária, como professor, então ele aconselha o mestrado, acreditando ser este o caminho a ser trilhado.

O autor questiona muitos trabalhos que são realizados neste nível, pois percebe que muitos deles, apesar de muito bem elaborados, são de pouca aplicabilidade. Acredita que, quando se elabora um trabalho, deve-se pensar em qual será sua importância para outras pessoas, e qual será a possibilidade de utilização na prática.

Gostaria de salientar nesse momento minha compreensão sobre as pesquisas realizadas em nível de Mestrado e Doutorado. Entendo a importância da realização tanto das pesquisas básicas quanto das aplicadas, ambas contribuindo para a elaboração de referenciais importantes para a área.

Embora seja claro o quadro deficiente que se encontra nas universidades e faculdades, no que se refere à formação em diferentes profissões, não posso deixar de perceber que existe um movimento de docentes no sentido de modificar a situação instalada.

De acordo com Buarque (1986, p. 20):

“A Universidade não pode continuar sendo o centro de transmissão e formação de um pensamento sedimentado, mas pólo de convergência de idéias e contestação teórica, em um permanente processo de formação de idéias”.

Conclui seu pensamento afirmando que a função maior da Universidade, deve centrar-se na pesquisa, no ensino e na extensão. Se

priorizar o ensino, estará aquém de seu devido papel, apesar de compreender como relevante a transmissão do saber conquistado. Há de se preocupar com a transformação deste saber, que será conquistado com a pesquisa. Além disso, é importante salientar que os conhecimentos transmitidos aos alunos são fruto de um momento histórico e que por isso mesmo são transitórios e devem ser passíveis de reformulações constantes.

De acordo com Costa:

“Quando a Universidade assume o compromisso de contribuir para a transformação do saber, ela se encontra com o exercício da pesquisa, buscando na Ciência todas as suas possibilidades de atingir o desconhecido. E, nesse sentido, quando ela se articula com a sociedade, numa relação que atenda às necessidades prementes da mesma, estará exercendo o seu relevante papel de extensão”. (1988, p. 214).

Estariam as Instituições que se ocupam com a preparação profissional em Educação Física, preocupadas com estas dimensões? Com todas as contradições quanto à sua natureza é difícil supor que a formação do profissional consiga preparar recursos humanos que dêem conta das necessidades da sociedade, por todos os fatores anteriormente citados.

Na busca de um caminho mais adequado para a formação de profissionais da área, tenho detectado na literatura tentativas diversas para suprir as necessidades de adequação da capacitação do profissional.

Encontro em Oliveira (1988) o esclarecimento, sob sua ótica, da necessidade de diferenciação na formação do profissional para atuar no âmbito escolar e não escolar, afirmando que:

“A conceituação característica de que a Educação física tem sua área de atuação basicamente direcionada para o ensino

escolar tem contribuído para a perpetuação dessa visão limitada que dela se tem. Dessa forma até poder-se-ia justificar a preparação de seus profissionais acontecendo somente a nível de cursos de licenciatura, o que no entanto dificulta o objeto de estudo da Educação física". (p.235)

O autor ressalta que é preciso preparar-se recursos humanos para se dar conta também do mercado de trabalho não escolar. Afirma que há evidências que provam que a atuação dos profissionais desta área não se restringe à licenciatura, e apresenta uma pesquisa realizada em Faculdades de Educação Física juntamente com Tani em 1986, onde de 6 Instituições do Estado de São Paulo, 3 apresentam índices de preferência maior em atuação junto a escolas. As restantes apresentam preferência por outras áreas de atuação. Afirma que a inexistência do bacharelado tem canalizado à licenciatura um grande número de alunos, que não têm intenção de se comprometer com a causa escolar. Afirma que algumas Instituições se preocupam com a formação de profissionais tanto para a área escolar quanto para outras, mas levanta dúvidas quanto à qualidade destes cursos. Ressalta o fato de que a abordagem predominantemente técnica tem formado falsos educadores. Coloca como fundamental a separação entre bacharelado e licenciatura, pois, na tentativa de se formar um profissional que abarque o conhecimento de ambas as áreas, aqui entendido como sendo o mercado legal e disponível para o licenciado e o mercado emergente que deve ser ocupado pelo profissional capacitado para esse fim, com certeza se perderá em qualidade. Acredita que essa diferenciação na formação facilitará o reconhecimento legal do profissional, apesar de compreender que não são suficientes apenas os instrumentos legais para se comprovar a significância ou a qualidade de determinada carreira.

Parece-me existirem neste aspecto, algumas considerações importantes. Apesar de ter conseguido a pretensa separação entre o

bacharelado e a licenciatura, o profissional não conseguiu até o presente momento, o seu reconhecimento pela capacitação em nível de professor para atuar em escolas, apesar da existência do apoio legal que garante o exercício, independente da fatia de mercado, e assim nem de bacharel para atuar em outras Instituições que compõem esse mercado de trabalho, fato este que, no meu entendimento, derruba por ora a hipótese do autor. Julgo importante considerar que a pesquisa realizada por Oliveira e Tani (1986) arrecadou dados junto a alunos ingressantes nos Cursos. Ora, como poderia um aluno saber sobre suas preferências quanto ao futuro campo de atuação, tão prematuramente, com pouca vivência dentro do Curso?

Devo considerar que, para Oliveira (1988), a Educação física, a Dança, a Recreação/Lazer e o Esporte representam Instituições únicas e distintas em termos de natureza, objetivos e características. Esclarece que a dança em algumas das suas manifestações mais lúdicas e socializantes poderia ser conteúdo da área da Educação física, assim como o esporte, desde que os procedimentos metodológicos fossem adequados para tal. Da mesma forma ocorre com a Recreação e o Lazer, pois ainda que podendo ser utilizados enquanto conteúdos pertinentes, são também estudados por outras áreas. Há ainda quem acredite que deveria haver um curso de graduação em Recreação e Lazer como a coordenadora do Curso de Turismo das Faculdades Anhembí Morumbí, conforme declarações feitas em palestra proferida na USP. Oliveira (1988)

Pergunto-me se as licenciaturas estariam ensinando procedimentos metodológicos adequados às situações de ensino dentro das escolas, no que se refere à Dança, Recreação ou aos Esportes, ou estariam reproduzindo técnicas sem as devidas reflexões que se fazem necessárias.

No meu entendimento, preocupação que divido com Chauí (1980) - apud Tojal (1995), a existência de licenciaturas reconhecidamente mais voltadas para a comercialização do ensino, estimulam a ausência de pesquisa.

Tojal (1995) afirma que os cursos criados entre 1950 e 1975, época em que houve um acentuado aumento nesta área, foram organizados de maneira a privilegiar conteúdos da área desportiva, com uma pequeníssima concentração de disciplinas formativas pedagógicas, apenas as definidas pela Resolução CFE nº 69/69. Compreende que a Educação Física desta maneira possa estar contribuindo com o poder Institucionalizado, como fator de alienação do povo.

O autor acredita que, quando os currículos de Educação Física se voltarem mais para a pesquisa, os alunos terão oportunidade de se inteirar sobre a problemática da área de maneira mais abrangente, o que lhes proporcionará maior segurança quando adentrarem o mercado de trabalho específico, que hoje é compartilhado por outras áreas, mesmo porque não se conseguiu até então tal delimitação, tão importante para que uma profissão seja reconhecida não só legal mas legitimamente. Afirma que a separação entre bacharelado / licenciatura facilitará a definição dos diferentes perfis profissionais da área.

Considerando-se que esta pretensa separação de fato ocorreu em algumas Instituições, como Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, e outras, apesar da afirmativa do autor, ainda não houve qualquer comprovação de que tanto o perfil profissional como o mercado de trabalho tenham apresentado mudanças.

Parece-me que o fato de se caracterizar o Curso enquanto capacitador de professores para atuarem em nível escolar ou de outros mercados, ainda não foi suficiente para responder à questão da caracterização profissional, pelo menos por hora, considerando-se os critérios de alteração utilizados.

Em trabalho mais recente, Tojal (1997) aborda uma nova perspectiva de preparação profissional, estabelecida pelo conceito de

administração em recursos humanos como “empregabilidade”. Essa nova maneira de perspectivar a formação profissional define:

“O curso deve oferecer ao futuro formando, a capacidade de conhecer de maneira ampla e concreta, as bases do conhecimento genérico de sua área, permitindo assim, que a cada momento necessário, em sua participação no mercado de trabalho, esse profissional possa estar assumindo outras funções, depois de haver participado de cursos altamente especializados para a nova missão, o que possibilitaria a ele a permanência no mercado e permitiria ao empregador poder contar com um profissional conhecido, capacitado e especializado a partir de uma boa base obtida na sua formação superior”.

No que se refere às Faculdades particulares, a preocupação com os lucros tem impedido que se pense em qualidade. A esse respeito poderia citar Vieira (1996) quando afirma: *“Aí então, poderia realmente separar o joio do trigo e execrar de vez aqueles falsos educadores que utilizam a fachada do ensino superior para auferir lucros exorbitantes”.*

Quando falo em qualidade, não me refiro aos aspectos materiais, e, sim, à existência de carreira, à qualificação dos docentes e ao real comprometimento destes com a pesquisa na área e com a Educação. É comum encontrar professores da graduação com o mesmo modelo de aulas dadas na década de 70, sem participar de qualquer tipo de atualização. É pensamento comum “dar o que sempre se deu”, já que “tem sido assim e tem dado certo !”.

Parece cultura da área querer reagir contra a mudança dos paradigmas que nos têm norteado desde sempre. Rever nossas certezas significa a possibilidade de se deparar com inseguranças, e contra isso o ser humano reage, fato evidenciado no filme “A questão dos Paradigmas”.

Encontrei nas conclusões de uma dissertação de mestrado que versa sobre o perfil de ensino de professores universitários da área, considerações bastante interessantes que gostaria de passar a relatar. Nas aulas analisadas, constatou-se a predominância de situações que oportunizavam a dependência do aluno em relação ao professor, da mesma forma que, a transmissão de conteúdos era a principal preocupação, caracterizando um estilo de ensino tradicional. e pouco flexível. Laborinha (1983).

Tojal (1997) afirma que, se atentarmos para a formação dos professores que atuam nos cursos de Educação Física, encontraremos uma grande maioria apenas graduada (em 3 anos de curso), em licenciaturas, com currículos que privilegiavam disciplinas das áreas biológica e esportiva; que condições teriam para promover alterações nas grades curriculares desses cursos”?

Sobre o bacharelado e a licenciatura em Educação Física, encontro em Costa (1988),

“Pela diversidade da ação no campo profissional, pela similaridade entre Educação física e esporte, pela ausência da delimitação clara do objeto de conhecimento da Educação física, reforçando a identidade Educação física esporte, surge , no parecer 215/87 CFE, defendida por alguns intelectuais, a idéia de um curso de bacharelado e outro de licenciatura em Educação física. Tal procedimento deverá conduzir as discussões para uma longa reflexão teórica sobre o movimento humano em si mesmo, seu significado para o homem e para a sociedade brasileira, sua metodologia e avaliação, sem a qual correr-se-á o risco de, ao assumir uma visão dicotomizada bacharel/licenciado, criar desvios e deformações no sentido de uma formação tecnicista , na qual o bacharel exerceria funções fora da escola e o licenciado, na

escola, tendo este a função do ensino do pré 1º e 2º graus e aquele de técnico. Esta separatividade simplista, realizada somente pelo campo profissional(...). Cabe, no meu entender, ao bacharelado, integrar-se ao curso de graduação em Educação física como reflexão e aprendizagem de como fazer ciências (motricidade humana, biológica, psicológica e social), resgatando a totalidade da formação profissional. Há de existir diferença qualitativa entre bacharelado e licenciatura, mas ambos devem articular-se entre si, sem tornarem-se apêndices um do outro". (p. 218)

Entendo que, no comentário da autora, quando citou caber ao bacharelado a reflexão de como fazer ciências, excluiu da licenciatura a mesma possibilidade. Acredito que fazer ciência não seja exclusividade deste ou daquele curso, portanto não seria um diferenciador entre ambos. Além disso, não encontro no trabalho de Costa (1988) caminhos que indiquem para a saída do impasse bacharelado / licenciatura.

Pellegrini (1988) levanta uma questão interessante sobre a formação do profissional da área;

"A gama de atividades que pode ser desenvolvida por um profissional de atividade física é tão grande, que não é possível imaginar, por mais que seja o rol de disciplinas no currículo, que ele possa formar um bom profissional que vale "tudo". "(...) Será que em Educação Física temos que formar especialistas ou a especialização surge posteriormente a graduação?" (p. 253).

Propõe pensarmos numa preparação diferenciada para o profissional do esporte, da dança e da recreação, independentemente da

formação do profissional de Educação Física, afirmando que utilizar-se da Educação Física para desenvolver esses conteúdos, é extrair dela seu próprio cerne que, no entendimento da autora, é o controle motor

Concordo com a autora no que se refere ao modo de utilização dos conteúdos da dança, recreação e do esporte pela Educação Física; seria importante que as graduações da área não se restringissem a isso.

A esse respeito, encontrei numa dissertação de mestrado realizada por Verenguer (1996) o comentário de que é um engano atrelar a atividade acadêmica e de pesquisa unicamente ao bacharel, pois ao licenciado deve ser dada essa opção, já que até o momento da aprovação do Parece 03/87, quando ainda não existia a figura do bacharel, quem fazia pesquisas na área era o licenciado.

Há no Brasil desacordos entre intelectuais no que se refere à formação do profissional da área. Se por um lado a legislação abre espaço para o bacharelado, por outro se combate a formação do professor especialista.

“A formação geral aparece revalorizada na sociedade contemporânea, apresentando-se como mais importante do que a formação puramente técnica, profissionalizante. A formação geral proporciona uma visão muito mais ampla e flexível do que a oferecida pelo saber técnico no sentido profissional. Ela é o ponto de encontro, a interseção entre vários subsistemas da sociedade. A formação geral prepara o profissional, proporcionando-lhe, simultaneamente, as condições de ultrapassá-la mediante o exercício de uma consciência reflexiva e crítica que lhe faculte a formulação de seu próprio projeto, dentro do espaço social e histórico em que está inserido”. Faria Júnior, (1987, p. 27,28)

O autor se coloca contra o bacharelado e salienta:

“A distinção entre formação geral e formação especial (habilitado, bacharel, etc) não se justifica, pois se trata de formar o educador: o geral e o específico são partes integrantes e indissociáveis da formação pedagógica. Hoje a formação especializada retorna sob a capa da denominação do bacharel em Educação física”. (p. 28)

Defende a formação do professor de Educação física como “licenciado generalista” para atuar nos sistemas formais e não formais de ensino, além de afirmar que um mesmo objeto de estudo não pode gerar duas profissões distintas.

Quanto à formação generalista defendida por Faria Jr., Costa (1988) afirma que o grande número de cursos superiores na área, para fugir do tradicional conceito de esportivização dos currículos, optou por uma formação generalista abordando superficialmente conteúdos da área, o que ocasionou sobrecarga ou superficialidade nos currículos. Afirma que o ideal teria sido abordar o termo generalista, compreendendo-o como *“estudos básicos que possuíssem generalidades de conteúdos que permitissem gerar conhecimento para o exercício das diferentes funções profissionais”*.

Em Lima (1994), há críticas sobre a denominação “licenciado generalista” utilizado por Faria Jr, pois afirma que em qualquer profissão o licenciado é o profissional com habilitação a lecionar em escolas de primeiro e segundo grau. Afirma também que o autor comete um equívoco quando classifica as atividades exercidas pelo profissional em “formais” e “não formais”, querendo referir-se a escolares e não escolares. Considera que uma atividade desenvolvida em uma academia, por exemplo é uma atividade formal, isto é institucionalizada. O autor defende a proposta do bacharelado.

Na dissertação de mestrado, Ramos (1995), considerando o universo pesquisado, constatou que há pontos comuns e convergentes na formação do licenciado e do bacharel em Educação Física; ambas

habilitações possuem o mesmo objeto de estudo que é o homem em movimento. Pontua que, no âmbito da formação geral, os conhecimentos são comuns; mas, no âmbito do aprofundamento de conhecimentos, deve-se começar a construir um corpo específico para cada área. Propõe que os alunos realizem sua opção após o ingresso no curso e que, durante três ou quatro semestres cursem o núcleo comum para após adentrarem nas especificidades da opção que pretendem.

Entendo que a licenciatura e o bacharelado se referem à mesma profissão; o objeto de estudo é o homem em movimento. A licenciatura deve proporcionar condições de adaptação dos conhecimentos do núcleo comum à escola.

Tani (1996) comenta as transformações que a área tem enfrentado com a implantação dos cursos de Pós graduação no país, como também com o regresso de doutores e mestres vindos do exterior e que trouxeram novas idéias sobre a Educação Física. Além disso, pontua ser de grande importância a implantação do bacharelado na área, fato este que fez com que se repensasse toda a estrutura acadêmica e administrativa há tanto tempo cristalizada. Afirma que a Educação Física tem escolhido preservar a estabilidade e manter o "status quo", pois o que se tem percebido são tentativas de alterar nomes de disciplinas sem mudanças nos conteúdos, aumentar o número de disciplinas subdividindo conteúdos pré existentes, ou mesmo tentar alterar a estrutura do currículo sem mudar a filosofia que o orienta. De acordo com o autor, se a Educação Física pretende acompanhar o dinamismo da ciência e da tecnologia, não deve preservar a estabilidade vivida e se arriscar à instabilidade que é gerada pela real tentativa de mudança.

Comenta ainda sobre a atenção voltada para a Educação Física escolar, algo inédito para quem só fazia pensar duas vertentes: o esporte e a aptidão física. Parabeniza a área pela diversidade de publicações sob diferentes abordagens, o que dá condições de se abandonar as abordagens

hegemônicas presentes até a década de 80. Ressalta que existe hoje uma real necessidade de uma área de conhecimento que se preocupe em estudar o movimento humano de forma abrangente e profunda, e afirma que tem defendido o termo Cinesiologia por entendê-la como área do conhecimento que tem como objeto de estudo o movimento humano, com seu foco de preocupações no estudo de movimentos genéricos e específicos do Esporte, exercícios, ginástica, jogo e dança.

Constata-se portanto que a proposta do autor é que a Cinesiologia abarcaria a Biodinâmica do movimento do homem e os estudos Sócio-Culturais do Movimento Humano, compreendidos como pesquisa básica; e a Pedagogia de ambos, compreendida como pesquisa aplicada, abarcada pela Educação Física.

As discussões que a área vem realizando no sentido de promover mudanças reflete o momento histórico pelo qual vimos passando. A crítica à universidade se refere à não antecipação dos anseios da sociedade para poder programar mudanças. (op. cit.)

A formação profissional na área não tem conseguido promover transformações no mercado de trabalho, e estas mudanças ficam quase que totalmente em poder da mídia. Hoje se percebe a diminuição do interesse dos acadêmicos pela Educação Física escolar e o aumento do interesse em aprender conteúdos que permitam o trabalho em academias, clubes, acampamentos, hospitais e outras áreas de atuação. Apesar de sabermos que tanto a formação profissional pode proporcionar mudanças no mercado de trabalho, quanto ele pode estar alterando a formação nos dias atuais, a mídia exerce forte influência nessa relação

Os currículos de formação profissional limitavam-se, e muitos ainda o fazem, a oferecer atividades e não conhecimentos estruturados sobre estas atividades. Entenda-se atividades como as “seqüências pedagógicas”.

Há autores como Vieira e Cunha (89), Cagigal (74), Parlebás (87) e Tani (96) que justificam a situação em que se encontra a área, pela ausência de uma ciência mãe que a oriente, pela ausência de um objeto de estudo e saem em busca de sustentação para ela.

Cagigal (1974) afirmou que a Educação Física deve ter como objetivo maior o homem em movimento, com suas possibilidades de ação e de expressão. Afirmou que o termo não traduz o mesmo entendimento em países americanos e europeus, e propôs o nome de “Kinantropologia”, já que este se assemelhava mais ao conceito proposto pelo Instituto de Educação Física da Universidade de Liege. Analisando as possibilidades de atuação do profissional da área concluiu que são vastas e ressaltou a importância em discriminar um ponto comum a todas as tarefas possíveis na área, para que pudéssemos pensar em um só termo abarcando a diversidade de atuações. Afirmou que toda a diversidade converge para o movimento humano. A Kinantropologia seria pois o ângulo científico da Educação Física, que seria o educacional. (o termo Kinantropologia aparece tal qual se apresenta na obra citada).

Parlebás (1987) procurou definir uma área científica que desse sustentação à Educação Física. Defendeu a posição de que deveria se desligar do “movimento”, para prestar atenção ao “ser que se move”, e afirmou que seu objeto de estudo seria a “conduta motriz”. A Educação Física seria por esse prisma a pedagogia das condutas motoras. Utiliza o argumento de que fixar a atenção no movimento reduz a ação física às características de evolução da máquina biológica e valoriza excessivamente a correção técnica. O conceito de conduta motriz atenta para o homem em ação e às modalidades motoras de expressão de sua personalidade. Esta ciência busca o indivíduo atuando em sua plenitude, tanto em manifestações concretas, como em projetos, desejos e emoções.

Outro autor que busca clarear o objeto de estudo é Vieira e Cunha (1989), que afirma que o termo “Educação Física” é limitador; propõe o termo

Educação motora. A Ciência da Motricidade Humana é a sua proposta de base de sustentação para a área. O ramo pedagógico dessa ciência que se refere ao movimento intencional, específico do ser carente que persegue o desenvolvimento é a Educação motora.

Quanto a formação do profissional da área mais especificamente do licenciado, que é um aspecto que interessa ao estudo realizado, considero importante estar me posicionando quanto ao entendimento que atribuo ao termo formação de professores, que seria a capacidade de articular conhecimentos, atitudes e procedimentos de forma que se consiga aprender a ensinar.

A aprendizagem da profissão de professor não inicia no curso de graduação e nem termina com a obtenção do título. Esta aprendizagem começaria antes do ingresso na licenciatura, durante as experiências vividas, como praticantes das diversas atividades proporcionadas pela área. A seguir viria a formação denominada inicial que ocorre no curso e em seguida a formação em trabalho. A inicial deveria ser capaz de promover alterações das concepções anteriores, equivocadas sobre a escola, a Educação Física e o ensino que os alunos carregam consigo quando iniciam seus estudos. Carreiro da Costa, (1996).

Assim, o autor afirma que *“(...) ensinar é um processo de investigação e experimentação, aprendendo os professores a ensinar através da reflexão na acção e da reflexão sobre a acção”*.(p. 14). Além disso, se coloca em defesa de uma formação crítica que contemple o desenvolvimento de habilidades de ensino para que os professores:

“Questionem as verdades tidas como inquestionáveis; aprendam a relacionar factos e perspectivas aparentemente desarticulados; aprendam a tomar decisões pedagógicas considerando as suas consequências éticas e políticas; se

preocupem em conhecer outras verdades ou alternativas”.

Carreiro da Costa (1996 p.16)

Do conjunto de considerações finais encontradas num trabalho sobre formação do professor realizado por Carreiro da Costa (1996), considero importante apontar alguns aspectos : a formação acadêmica parece influenciar pouco o pensamento e a ação dos futuros professores e quase nada contribui para aperfeiçoar a prática da Educação Física nas escolas; os programas de formação de professores induzem os mesmos a reproduzir as práticas vividas durante a graduação; existem porém, bons programas de formação com grande qualidade pedagógica. Esta qualidade pedagógica deveria ser meta de todos os cursos, especialmente os que identificam a Educação Física com o desporto, concepção esta que tem conseguido, infelizmente, ganhar muitos adeptos entre os formadores de professores da área.

Este autor, da universidade técnica de Lisboa, traduz um perfil de profissional europeu, semelhante ao do brasileiro, citado no trabalho de Medina (1985) e uma tendência de identificação da Educação Física com o desporto semelhante ao que ocorre no Brasil, citada nos trabalhos de Costa (1988) e Betti (1996).

Diversas considerações de autores da área foram revisitadas buscando entendimento para esse estudo.

Os autores aqui relacionados têm realizado estudos sobre a impossibilidade do Parecer 69/69 continuar definindo os currículos da área da Educação Física; Oliveira (1988), Costa (1988), Moreira (1988), Betti(1992). Outros como Moreira (1988), Betti (1992), Faria Jr. (1987), Pellegrini (1988), Tani (1989) buscam características que possam definir ser ou não a Educação Física uma profissão. Há aqueles que discutem sobre a formação do profissional, como: Tojal (1995), Oliveira (1988), Tani, (1996), Faria Jr. (1987), Ramos (1995), Carreiro da Costa (1996). A busca da Ciência que dê

sustentação à área tem sido foco dos estudos realizados por: Cagigal (1974); Parlebás (1987), Vieira e Cunha, (1989) e Tani (1996).

Acredito que questões sobre a definição dos currículos da área sobre a caracterização da profissão , a formação profissional ou a ciência que possa dar suporte à Educação Física, já referidas, sejam relevantes para a área e muito têm a contribuir para a reflexão sobre a formação profissional; contudo a preocupação, neste estudo, acabou não sendo resolvida.

Nesse sentido, com a manutenção da preocupação com que iniciei este estudo, procedo a seguir ao levantamento dos programas das disciplinas do Curso de graduação da FEFISA, visando obter respostas que permitam a identificação das razões e formas como se tem dado a formação oferecida naquela instituição, nos últimos 19 anos, principalmente tomando por base os momentos de mudança da regulamentação oficial sobre a questão de estabelecimento de currículos dos Cursos nessa área.

CAPÍTULO II - Procedimentos Metodológicos.

Num dos momentos de vida profissional, surgiu-me a preocupação de estar realmente conhecendo e entendendo a situação da instituição na qual venho prestando serviços como docente do ensino superior, e essa inquietação levou-me ainda a pensar mais profundamente sobre como tem se desenvolvido a formação oferecida aos acadêmicos de graduação na Faculdade de Educação Física de Santo André.

Em outros momentos, tenho me questionado sobre qual o significado para a formação profissional oferecida pela FEFISA, sobre alterações oportunizadas pelo instrumento legal existente, ou seja, a Resolução CFE 69/69 e a modificação oportunizada pelo estabelecimento da Resolução CFE 03/87.

Assim, o intuito nesta definição metodológica do trabalho é assumir a melhor maneira de estar levantando, conhecendo e analisando como se tem desenvolvido a formação do profissional na Faculdade de Educação Física de Santo André e se existe na realidade algum referencial que possa estar comprovando se existiu a sua manutenção ou alteração.

A forma de investigação utilizada nessa pesquisa é o estudo de caso que segundo Chizzotti (1991, p. 102),

“(...) é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora”.

Para identificação da metodologia mais adequada para realização deste estudo, apoiei-me em Triviños (1987, p. 133), que diz ser o estudo de caso “ *uma categoria de pesquisa, cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente*” .

Para Faria Júnior, (1991, p. 31), “*o caso pode ser similar a outros porém, ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular*”

Esse estudo é considerado qualitativo, desenvolve-se numa situação natural, com rica descrição, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada. Apesar de ser predominantemente de natureza qualitativa, pode recorrer a métodos quantitativos quando da coleta e tratamento dos dados., com o que concorda Bruyne, (1991)

Para Goode & Hatt apud Richardson:

“(...) a pesquisa moderna deve rejeitar como falsa a dicotomia entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre pontos de vista estatísticos e não estatísticos. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas; o que é medido continua a ser uma qualidade”. (1986, p.38)

Esse tipo de estudo reúne numerosas informações, detalhadas o mais possível para apreender a situação estudada. Para isso recorre-se a técnicas de coleta de informações variadas como entrevistas, análise de documentos e observação. Se sua aplicação perspectiva mudanças, pode trazer a público a sequência das alterações ocorridas numa organização, juntamente com as relações de causa e efeito. Tais estudos têm um caráter particularizante e a possibilidade de generalizações é limitada; as conclusões não se aplicam necessariamente a outros casos. (op. cit.)

Portanto, a pesquisa documental e a bibliográfica são aqui utilizadas como técnica de coleta de dados. A bibliográfica de acordo com Gil (1991), se caracteriza por uma técnica de coleta de dados e a diferença entre ela e a

pesquisa documental está na natureza das fontes. Enquanto a primeira se utiliza das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a segunda vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico.

O estudo comparativo permite, através da análise de diferentes momentos temporais dentro de uma instituição, detectar as eventuais mudanças ocorridas e revelar os múltiplos efeitos das transformações . (op. cit.)

Gostaria de me basear neste momento em Gil (1991), para caracterizar a pesquisa realizada. O objeto de estudo examinado apresentou-se como único e particular. Mesmo possuindo pressupostos iniciais, estive sempre atenta a elementos novos que pudessem contribuir para o estudo, utilizando-me de diferentes informantes, através de relatos informais Os fenômenos estudados durante a pesquisa foram historicamente situados.

Como o estudo que pretendia realizar referia-se a situações encontradas numa única instituição, optei pelo estudo de caso. Para merecer uma análise dessa natureza, é preciso tratar-se de um caso significativo, que permita que se possa chegar ao estabelecimento de comparações aproximativas, realizando-se, se necessário, generalizações a outras situações similares. Portanto, entendo que o caso foi delimitado.

Objetivando desenvolver o estudo, passei a realizar a coleta de dados. Reuni um grande número de informações e documentos dos dois períodos analisados (1972/1991). Os selecionados para a análise são: o regimento interno da fundação da Faculdade, juntamente com a legislação que regulamentava o Curso; o segundo regimento que o reorganizou quando da alteração da legislação, todos os programas das disciplinas que compunham a grade curricular de 1972 e de 1991 e a Resolução 03/87 que legalizou as alterações procedidas pela Instituição.

De posse desse material, foi realizada a análise e interpretação dos dados. Na tarefa realizada, procurei observar os objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e bibliografia de todos os programas das disciplinas da grade

curricular dos anos de 1972 e 1991, comparando-os. Quando da análise e interpretação dos dados, foi observado se os objetivos dos programas estavam adequados a uma licenciatura, que levasse à consecução do perfil desejado para a área da Educação física, pelo regimento do curso. Quanto à análise dos conteúdos, pretendeu-se perceber se, trabalhando o que estava descrito no documento, conseguir-se-ia alcançar o objetivo proposto e se o conteúdo se adequava especificamente às disciplinas e ao Curso como um todo. Quanto à análise dos critérios de avaliação visei detectar se as disciplinas privilegiavam mais a teoria ou a prática. No que se refere à bibliografia, buscou-se analisar se os livros indicados pelas disciplinas eram adequados a uma licenciatura e atualizados. Após a análise de todos os documentos dos dois períodos, foi desenvolvido um estudo comparativo entre os programas das disciplinas, (1972/1991), situando-os historicamente e buscando entender como caminhou o curso da FEFISA ao longo de 19 anos de existência, em termos de qualidade dos programas, e possibilidades oferecidas pela legislação.

Na análise dos regimentos internos que nortearam as ações dentro da Instituição (1972, 1991), pretendeu-se detectar se traduzem alterações organizacionais do Curso, que pudessem caracterizar melhoria na qualidade do mesmo, e aproveitamento adequado das possibilidades de mudança oferecidas pela Resolução 03/87, e assim foi possível verificar que as alterações propostas e esperadas quando da mudança curricular, não foram alcançadas.

Visando ainda atender às necessidades desse estudo, foi realizada no capítulo I, a revisão bibliográfica e coleta de dados complementares sobre alguns autores da área que se detiveram na história da Educação Física no Brasil, e nas leis que a regulamentaram no decorrer do tempo, na formação do profissional da área e na Educação Física escolar.

Após a definição e descrição da ação metodológica adotada no estudo, foram tomados os procedimentos de análise do material coletado

objetivando melhor poder visualizá-lo. Passo a organizá-lo e apresentá-lo de forma descritiva no capítulo III.

CAPÍTULO III - Análise Documental

A formação do profissional de Educação Física tem sido motivo de inúmeras discussões no Brasil, mais especificamente a partir de finais da década de 70 e início de 80. O modelo de currículo tradicionalmente “esportivo”, enfatizando em sua grade disciplinas práticas relacionadas às modalidades esportivas iniciou-se em fins da década de 60 pela utilização do método da desportiva generalizada e consolidou-se na de 70, quando ocorreu a massificação do ensino Superior no Brasil, com a criação de cursos em diversas áreas (Chauí, 1980 p. 34) ocasionando dessa forma uma grande expansão dos cursos superiores em Educação Física e a sua “esportivização” (Betti 1996). De acordo com o mesmo autor, este é ainda o modelo que prevalece em muitos cursos, especialmente nas instituições privadas.

Por essas considerações, entendo como relevante desenvolver este estudo enfocando as grades curriculares que nortearam a formação oferecida pela FEFISA, no decorrer dos seus 19 anos de existência. Sua criação coincide com o período de abertura política e de massificação do ensino superior no país. A partir dessa compreensão, torna-se possível o oferecimento de considerações crítico - construtivas, como subsídio para os docentes tanto dessa Instituição como de outras congêneres que pretendam constatar alguns dos muitos motivos que venham justificar sua prática dentro do curso, e se interessem em acompanhar as reflexões atuais, se for o caso, busquem operacionalizar mudanças visando proceder às adequações possíveis.

Considero, contudo, que é importante analisar e poder constatar como se estruturou a organização regimental da Instituição, em cada momento analisado, o que procurei realizar nessa etapa do trabalho.

O primeiro regimento interno da FEFISA data de 1970. Considero importante evidenciar que, apesar de haver procurado, não encontrei nenhum documento que explicasse como foi elaborado, nem mesmo se existiu um grupo de pessoas da área da Educação Física que tenha se reunido para elaborá-lo. Caso tenha existido essa preocupação, não há elementos que permitam compreender e analisar como se procedeu sua confecção.

De forma similar, em relação ao regimento que passou a vigorar a partir de 1991 nada se poderá afirmar em relação ao modo que foi elaborado, pois não se encontrou nenhum documento que esclarecesse essa questão. Se houve um grupo de estudos para analisar as mudanças necessárias para capacitação do curso, o mesmo não registrou os procedimentos e tempo utilizados para o estudo ou as discussões que culminaram nas mudanças ocorridas.

Há pontos que julgo relevantes ressaltar para que possa tecer considerações sobre o Curso ora analisado, no que se refere à pesquisa, ensino e extensão. Quanto a outros aspectos organizacionais, deixo de apresentar qualquer comentário, uma vez que fugiria do tema central da pesquisa.

Nesses regimentos constam como atribuições dos chefes de departamento promover pesquisas na área. Não se tem registros sobre pesquisas que tenham sido realizadas em nenhum dos dois momentos analisados. Ainda em relação à pesquisa, cabe citar que o documento de 1970 não apresenta nenhum capítulo a ela se referindo. O documento de 1991 faz menção no capítulo II:

“A Faculdade incentivará a pesquisa através de concessão de auxílio para execução de projetos científicos, ouvida a mantenedora”. (art. 30. Cap. II, p.11)

Não existem fontes disponíveis para comprovar se as intenções da instituição foram alcançadas. Caso tenham sido desenvolvidas pesquisas não encontrei nenhum documento que pudesse comprovar.

Em conversa informal com o atual Coordenador geral do Curso, ficou esclarecida a questão do desempenho de atuação da chefia de departamento. Em 1970, o cargo existia tão somente no documento, sendo atribuídas à chefia de departamento funções de:

“(...) coordenar as disciplinas, analisar programas, proporcionar integração entre as diversas disciplinas constantes da grade curricular, promover pesquisas e trabalhos técnicos sobre a Educação Física, os desportos e assuntos correlatos”. (art.21, cap. IV, p. 9)

Em 1991, o cargo existiu de fato. Na documentação analisada, verificou-se que foi acrescentada em relação a anterior apenas a possibilidade de coordenar projetos de extensão e sugerir a contratação ou dispensa de pessoal docente.

O documento de 1970 não faz qualquer menção sobre atividades de extensão, e o de 1991 apresenta um capítulo que trata dessa atividade, ainda que bastante sucinto. *“A Faculdade manterá atividades de extensão cultural para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas de seus cursos”.* (art. 31, cap. III, p. 10). Além dessa menção, não esclarece sobre quais atividades de extensão pretende desenvolver. Atribui a coordenação dessas atividades aos chefes de departamento.

Com referência a estágios, o regimento de 1970 não apresenta nenhuma informação, apesar de constar na grade curricular. O documento de 1991 apresentou um capítulo para tratar desse item, informando que os estágios supervisionados se referem às atividades práticas pré - profissionais,

exercidas em situação real de trabalho, com ou sem vínculo empregatício. Assim os alunos estariam obrigados a cumprir a carga horária integral constante da grade curricular, podendo nesse cômputo serem incluídas as horas de planejamento e avaliação das atividades. A coordenação dos estágios acaba sendo mais uma atribuição do chefe de departamento.

Quanto ao corpo docente, o primeiro e o segundo regimentos acabam diferindo pouquíssimo, a não ser pelo acréscimo no segundo quando refere que, para chegar a professor titular da faculdade, seria exigido o título de mestre ou doutor, ou ainda o certificado de especialização acrescido de trabalho publicado de “real valor”, contudo não esclarecendo sobre o significado dessa exigência. Do professor assistente seria exigido o diploma da graduação além do certificado de especialização.

Constam ainda dos regimentos as atribuições da diretoria, secretaria, conselho departamental, congregação, porém entendo que esses tópicos não seriam relevantes para a análise aqui desenvolvida.

Procurando caminhar neste estudo, e com o interesse anteriormente declarado, pretendo desenvolver a análise documental visando analisar o primeiro currículo completo aplicado na FEFISA. Em relação à questão administrativa que resulta na organização do 1º currículo completo do ano de 1972, as disciplinas foram distribuídas em 3 departamentos, a saber: Departamentos de Educação, Ciências Biológicas e Desportos. Consta ainda do primeiro regimento interno dessa Instituição, o departamento de Cultura Física, cuja implantação pensada e proposta não ocorreu na prática e as disciplinas que a ele pertenciam acabaram sendo vinculadas ao departamento de Desportos.

Visando dar melhor visão sobre a questão organizacional, apresento nos quadros abaixo a distribuição de todas as disciplinas que compunham o currículo inicial da faculdade, mantendo a distribuição nos departamentos de origem com as cargas horárias que lhes foram destinadas, em conformidade com o 1º regimento interno do ano de 1970.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PSICOLOGIA	60H
DIDÁTICA	60H
ESTRUTURA/ 1º E 2º GRAUS	60H
EPB .I	60H
EPB .II	60H
SOCIOLOGIA	30H
PRÁTICA DE ENSINO I E II	180H
HISTÓRIA DA ED. FÍSICA	60H
TOTAL	660H

DEPARTAMENTO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

BIOLOGIA	45H
ANATOMIA	60H
CINESIOLOGIA	60H
FISIOLOGIA	90H
BIOMETRIA	30H
HIGIENE	30H
SOCORROS DE URGÊNCIA	30H
TOTAL	345H

DEPARTAMENTO DE DESPORTOS

VOLEIBOL	60H
BASQUETE	60H
RECREAÇÃO	60H
NATAÇÃO	90H
GINÁSTICA INFANTIL	60H
ATLETISMO I	60H
ATLETISMO II	90H
GINÁSTICA I	90H
GINÁSTICA II	90H
GINÁSTICA III	90H
GINÁSTICA RÍTMICA	60H
TOTAL	810H

Pela análise dos dados constantes nos quadros apresentados, pode identificar que as disciplinas que compõem o departamento dos Desportos desenvolvem um número de horas superior àquelas dos departamentos de Ciências Biológicas e de Educação. Por esse ângulo de observação, pode concluir que a formação oferecida privilegiava os conteúdos das “disciplinas

práticas”, relacionadas à formação desportiva. Nesse ponto é importante destacar que o curso da FEFISA formava o Licenciado e assim objetivava a formação de professores de Educação Física para atuarem tanto em nível de primeiro e segundo graus do ensino, como na função de técnicos desportivos e professores Normalistas. Essa competência para oferecer a formação de modo amplo, consta da documentação da fundação da Instituição na parte que trata dos objetivos, capacitação essa já estabelecida pelas regras que definiam a criação de Cursos de graduação. Pela importância dentro dos objetivos deste estudo, tomo a liberdade de ressaltar os aspectos legais julgados essenciais, em cumprimento ao Parecer CFE 894/69, Resolução 69/69.

“O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, levando em conta as conclusões do Parecer n 894/69 que se incorpora a esta Resolução homologada pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, resolve:

Art.1º-- A formação de professores de Educação Física será feita em Curso de graduação que conferirá o título de Licenciado em Educação Física e técnico de Desportos.

Art.2º-- O Currículo mínimo será constituído pelas seguintes matérias:

Matérias básicas:

- Biologia
- Fisiologia
- Anatomia
- Cinesiologia

- Biometria
- Higiene

Matérias profissionais:

- Socorros Urgentes
- Ginástica
- Rítmica
- Natação
- Atletismo
- Recreação
- *Matérias pedagógicas de acordo com o Par.672/69*

Parágrafo único—A estas matérias serão acrescentadas mais duas escolhidas pelo aluno, da lista de Desportos oferecida pela Escola para integrar o currículo, para a obtenção do título de Técnico Desportivo.

Art.3º-- O Curso terá duração mínima de 1800 horas-aula, ministradas no mínimo em 3 anos e no máximo em 5 anos.

Art.4º-- As escolas poderão oferecer apenas o curso de Licenciatura em Educação Física, deixando de incluir os dois desportos exigidos para o título de Técnico Desportivo. Analogamente o aluno poderá optar¹ somente pelo Curso de Licenciatura, mesmo quando a escola ofereça a possibilidade da obtenção do título de Técnico Desportivo". (CFE. Lei 5540/68)

Observando-se a legislação acima citada, posso considerar que, na época da organização do currículo anteriormente exposto, a Educação Física era dicotômica e estudava o "ser" com uma visão fragmentada entre Corpo e

Mente e, portanto, buscava formar um profissional que entendesse da estrutura biológica e de questões técnicas específicas relacionadas ao desporto.

Tomando-se, neste trabalho, como referencial para estudo, uma Educação Física na qual o homem deva ser considerado sob quatro dimensões: corpo, alma, natureza e sociedade, pois ele é produto de toda essa integralidade, buscarei observar, nos diferentes componentes do currículo, dados que possam esclarecer em que medida estas dimensões, mesmo que por acaso, acabaram sendo consideradas nos dois momentos distintos da história da faculdade que fazem parte desse estudo.

Início o levantamento junto aos programas das disciplinas que compõem o 1º currículo desse curso, visando analisar cada um deles através de seus objetivos, conteúdo programático, sistema de avaliação e bibliografia. Pelos objetivos propostos nas disciplinas, buscarei entender em que medida cada disciplina poderia estar contribuindo visando à formação do profissional, qual a consistência do conteúdo e se o mesmo poderia estar colaborando para a obtenção do objetivo proposto e, ainda, se o sistema de avaliação propiciaria que se estivesse checando todo o conteúdo e procedimentos de ensino visando atingir os objetivos específicos das disciplinas. Através da análise da bibliografia utilizada, observarei as bases axiológicas que norteiam cada disciplina e se a mesma é atualizada podendo, portanto, transmitir aos alunos visões atualizadas de cada área de estudos e se as disciplinas mantêm coerente aproximação com a área da Educação Física, mais especificamente com a licenciatura.

Iniciando o estudo pela documentação do Departamento de Educação, constato que, das nove disciplinas que o compunham, somente três indicavam os objetivos que pretendiam alcançar com o seu desenvolvimento - Didática Geral, Psicologia da Educação e Estrutura e Funcionamento do

Ensino de 1º e 2º graus. Em relação às demais disciplinas deste departamento - Sociologia Aplicada, Prática de Ensino I e II e Estudos de Problemas Brasileiros I e II, o que constava era somente uma listagem de conteúdos como programa.

Algumas considerações sobre as observações efetuadas nos programas das disciplinas desse departamento são necessárias, e chamaram - me a atenção.

Em relação à disciplina Prática de Ensino I e II, com carga horária de 180 h, em cujo programa não constavam os objetivos, pela verificação da documentação apresentada e analisada, não me foi possível identificar quais eram as suas metas, uma vez que os dados contidos no programa não permitem que se chegue a qualquer conclusão mais segura. Cabe também ressaltar que seria de se esperar que os alunos participassem de aulas com a supervisão de um profissional e assistissem às aulas em diversas situações de ensino. Contudo não há dados que me levem a concluir, pela documentação existente, de que ali se buscasse atingir algum objetivo específico, pois estes nem mesmo constam do programa. Com essa carga horária que me parece elevada, essa disciplina deveria dar conta de uma vivência abrangente dentro da área. Os dados existentes no programa analisado não permitem conclusões mais apuradas; são listados tão somente: planos de aulas para 1º e 2º graus; "circuit training"; recreação; ginástica infantil; esportiva generalizada; ginástica sueca; testes de capacidade física; testes de modalidades esportivas; ruas de recreio; a escola; AACD; APAE; DAM; Pestalozzi; Yoga; Padre Chico; Fisioterapia; Maternidade; Método Pai, Mãe e Filho.

Nesse departamento, chamou-me atenção o programa da disciplina Didática Geral. Dele constava a especificação de objetivos que se pode considerar confusos, pois ora propunha dar conta da didática específica da

Educação Física, e portanto deixando de ser geral (generalizável para qualquer situação de ensino), ora buscando dar conta da didática dos desportos, mais especificamente da ginástica desenvolvida com tanta ênfase no Curso, que seria atribuição das disciplinas relacionadas com o desporto.

Descartou conteúdos ligados às possíveis abordagens do processo de ensino como também à capacitação para a elaboração de planos de aulas e de cursos, centrando foco na estruturação didática da força muscular, da resistência orgânica e localizada, da velocidade; da coordenação neuro muscular e do treinamento desportivo.

Percebe-se, contudo, uma tentativa de desenvolver um conteúdo que não constava da grade do ano em questão, relacionado à didática aplicada à Educação Física porém, ao se proceder a essa tentativa, perdeu-se a especificidade da disciplina propriamente dita.

Os dados encontrados no documento não permitem maiores conclusões, já que o programa não apresentava uma bibliografia que o sustentasse e nem critérios de avaliação.

Esta, que deveria ser considerada uma disciplina de extrema importância num Curso de licenciatura em Educação Física, pela análise dos dados documentais existentes, levou-me a perceber uma preocupação elevada com a ginástica e com os métodos de treinamento desportivo, fato que fica evidenciado pelos objetivos propostos: estudar as principais escolas de Educação Física, prática didática dos principais métodos de treinamento desportivo, análise da estruturação didática visando o desenvolvimento da força muscular, velocidade resistência orgânica e localizada; coordenação neuro muscular e da elasticidade muscular, além de analisar e criticar as principais influências pedagógicas na Educação brasileira.

Pelos conteúdos nela desenvolvidos, pude perceber que o programa era centrado em treinamento. Segue a listagem que prova a preocupação maior do docente: desenvolvimento da força muscular; da resistência orgânica e localizada (corrida de duração, com intervalos de descanso, com respiração consciente, etc); desenvolvimento da elasticidade; da coordenação; da velocidade; métodos de treinamento (“intervall training”, “power training”, contração isométrica, “circuit training”); a Educação Física desportiva generalizada, métodos austríaco e francês, testes e avaliação do treinamento desportivo.

Também desse departamento fazia parte a disciplina Sociologia, cujo programa visava discutir a Sociedade Humana; conceito de Sociologia e de Ciência; distinção da Sociologia com as demais Ciências; o homem e a cultura; natureza humana e animal; conceito de cultura; comportamento padrão e vida coletiva; normas e padrões sociais de comportamento; realidade dupla da sociedade; controles sociais; classificação das normas sociais; sanção social; isolamento e contato; interação social; ecologia humana; conceitos ecológicos; organização ecológica; organização social e estrutura social.

Assim como os programas anteriores, este em questão não apresentava bibliografia que o embasasse nem tão pouco os critérios de avaliação do Curso. Considerando-se a época analisada, esta disciplina cumpria certamente seu papel de jamais colocar em questão a validade da ordem estabelecida até porque *“tendo estendido suas mãos ao poder”*, no Brasil pregava-se o anti Socialismo e era claramente cúmplice do poder instituído. Martins (1994, p. 91).

Caminhando ainda na análise das disciplinas desse departamento, com referência à disciplina Psicologia da Educação, constato que o seu programa buscava dar conta não só do seu conteúdo específico, como

também de aplicá-la à Educação Física e ao Esporte, no preparo de atletas e equipes, como é possível perceber pela análise dos objetivos: propiciar ao futuro professor o conhecimento do educando; o comportamento dele nas diversas fases de desenvolvimento; interesses, necessidades e possibilidades; estimular a observação do comportamento da criança, do adolescente e do atleta em diversas situações relacionadas ao esporte, estudar os princípios que norteiam a fundamentação psicológica da aula de ginástica e do treinamento desportivo e estudar a dinâmica psicológica do atleta no treinamento desportivo tanto dos esportes coletivos quanto dos individuais.

Assim, seu conteúdo passeia pelos conceitos, histórico, métodos e ramos da psicologia, pelo comportamento humano como objeto da Psicologia aplicada à Educação Desportiva, pela Psicologia evolutiva ou do desenvolvimento, e ainda pela adolescência; pela motivação e aprendizagem; pela personalidade; pela psicologia esportiva e preparo do atleta.

O programa dessa disciplina fazia referência aos critérios de avaliação, mencionando apenas que os alunos seriam avaliados através de trabalhos individuais e em grupos. Nada esclarecia sobre temas abordados nos trabalhos ou critérios de cálculo de notas. Assim como as demais disciplinas do departamento, não pontuava qualquer bibliografia.

Como disciplina desse departamento, Estudo dos Problemas Brasileiros, apresenta um programa sem objetivos contando com a seguinte listagem de conteúdos: Introdução doutrinária, considerando aqui o bem estar do brasileiro e da nação; a política, o poder e a segurança nacionais aspirações dos brasileiros e interesses nacionais bem como seus objetivos.

Essa disciplina trabalhava fundamentos e valores psicossociais do poder nacional; o caráter e as tradições nacionais; valores permanentes e transitórios; visão de sociedade; problemas educacionais brasileiros; aspectos

demográficos; economia; indústria brasileira; transportes; problemas energéticos; riquezas nacionais; projeto Rondon; a ciência e a tecnologia no desenvolvimento integral; situação da ciência e da pesquisa no Brasil; as forças armadas; a segurança nacional; o serviço militar; a defesa territorial; a guerra revolucionária; a formação nacional; deveres e direitos dos cidadãos; constituição; processo eleitoral; estrutura política, judiciária administrativa; democracia; espiritualismo; comunismo; o movimento comunista internacional; operações contra a subversão e o terrorismo e suas origens.

O documento não esclarecia sobre os objetivos do Curso, critérios de avaliação ou bibliografia. Deixava transparecer a preocupação com a doutrinação do povo servindo ao poder dominante. Sua relação com a Educação Física não é percebida.

Na grade curricular, constam EPB I e II; no entanto encontrei apenas um programa para efetuar a análise.

A disciplina, dentre as componentes do departamento de Educação, que apresentava um programa mais voltado à escola e a toda problemática que a envolve, era Estrutura e Funcionamento do Ensino de primeiro e segundo graus.

Tinha como objetivo familiarizar os alunos sobre os problemas educacionais, buscando a compreensão da escola, como uma estrutura administrativa "sui generes", com todas as implicações que a matéria prima desta empresa representava para a sociedade e para a nação.

O conteúdo proposto visava trabalhar o conceito geral de administração; suas teorias; a escolar como ramo da administração geral; origens do ensino secundário; a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional; o histórico do ensino secundário brasileiro; a uniformização Nacional do ensino secundário; expansão e reforma da Educação secundária; padrões

brasileiros de Educação e cultura, planejamento das atividades da escola e planejamento, organização, direção e controle das atividades escolares.

A bibliografia dessa disciplina que constava no programa era composta de 27 livros sem data de publicação e coerente com o que a disciplina pretendia trabalhar. É possível apontar que não constavam do documento as leis que regulamentavam a escola e não era feita nenhuma menção à Educação Física como também não mencionava os critérios de avaliação que utilizava.

Pela análise procedida junto ao departamento de Educação, em relação às disciplinas que o compunham, posso considerar, que dificilmente daria conta de sua verdadeira missão dentro de um Curso que pretendia formar professores para o ensino de 1º e 2º graus.

Os documentos observados nesse departamento, forneceram informações que levaram-me a pensar tratar-se de formação de técnicos desportivos unicamente. Senão vejamos; na disciplina Didática Geral, os objetivos visavam dar conta da Didática dos Desportos, mais especificamente da ginástica que centrava foco em questões de estruturação didática para obtenção de força muscular, resistência orgânica e localizada, velocidade, coordenação neuro-muscular e treinamento desportivo.

Com referência a outra situação encontrada, no programa da disciplina Estágio Supervisionado, não pude verificar qualquer menção em relação aos locais e objetivos dos estágios obrigatórios a serem cumpridos, sendo esta uma característica que além de definida por lei, é necessária e indispensável na formação de professores, pois a atuação junto ao sistema escolar, deveria pressupor questões específicas a serem observadas.

Não constatei, através da análise documental, a preocupação em possibilitar momentos de reflexão sobre a Educação como um todo e nem tão



pouco sobre a importância da Educação Física no contexto escolar. Em Sociologia e Estudos de Problemas brasileiros, não encontrei qualquer referência à área de formação.

Quando em um Curso de formação de profissionais em Educação Física se trabalha de maneira a direcioná-los aos aspectos técnicos dos esportes, deixa-se de lado a possibilidade de pensar a Educação de maneira mais generalizada e reduz-se seu significado às seqüências pedagógicas. A preocupação dessa forma restringe-se à prática, mas não a uma prática que se preocupe com o “ensinar a ensinar”, mas, sim, com o “ensinar a executar”.

Se existiu realmente uma chefia de Departamento que tivesse a função de verificar os programas das disciplinas que compunham a grade curricular do Curso, visando assegurar a integração e aproveitamento didático, homogeneidade no tratamento dos problemas de ensino e avaliação do aprendizado, pesquisas e trabalhos técnicos sobre a Educação Física e os desportos, devendo apreciar os programas das disciplinas e sugerir normas para a melhoria do ensino, (1º regimento interno), parece-me que estas funções não foram desenvolvidas a contento, uma vez que os dados disponíveis para análise demonstraram que os programas deixavam dúvidas quanto à qualidade específica do ensino oferecido à formação de profissionais.

Como foi comentado anteriormente, o estudo do homem, enquanto possuidor das dimensões corpo / alma / natureza / sociedade, parece não ter ocorrido já que, pela análise, não se buscou a integração necessária. Cada disciplina tratou de suas especificidades sem se preocupar com o todo maior que seria a questão da Educação Física voltada para o ser humano integral.

Não havia, nesse período analisado, a preocupação em formar profissionais reflexivos, situados historicamente e, sim, como se pôde constatar pela análise dos programas, de criar mão de obra dócil ao invés de

elites que pudessem transformar e criar sua própria história, como já fora citado anteriormente por Tojal (1989).

Dando continuidade à análise documental sobre o 1º currículo desse Curso, passarei agora a observar os programas das disciplinas que compunham o departamento de Ciências Biológicas, que eram sete e que, pela denominação, voltavam-se para o estudo da característica estrutural biológica do homem.

Início a observação através da disciplina Anatomia que objetivava, através de seu desenvolvimento, fornecer noções básicas da anatomia humana para facilitar o estudo dos diversos conteúdos do Curso, excluindo do seu programa o sistema nervoso, órgãos dos sentidos e glândulas, destacando que esses conteúdos estariam sendo transmitidos pela disciplina Biologia.

O conteúdo listado nessa disciplina indicava o estudo das definições; história e divisões da Anatomia; a relação com outras disciplinas; nomenclatura anatômica; planos e eixos do corpo humano; generalidades sobre as articulações (tipos e elementos); movimentos articulares; generalidades sobre ossos; divisão e descrição do esqueleto; pontos de referência para as medidas do corpo humano; generalidades sobre músculos; divisão, descrição e tipos de fibras musculares; sistema respiratório (divisão e estudo anatômico); sistema vascular (sangüíneo e linfático), baço e outros órgãos hematopoéticos; sistema digestivo; urogenital e tegumento comum. Deixava, assim como outras já analisadas, de apresentar bibliografia e critérios de avaliação e indicava que as aulas seriam teórico-práticas dentro das possibilidades materiais da Instituição. Essas possibilidades de realização de aulas práticas, para as quais era necessário a existência de laboratórios, não foram esclarecidas.

Continuando a observação das disciplinas desse departamento, constatei que o programa da disciplina Biologia, sem apresentar os objetivos tanto gerais do Curso quanto específicos da disciplina, buscava abordar assuntos pertinentes a sua área como: métodos e técnicas empregadas em citologia; morfologia e fisiologia celulares; divisão celular; reprodução e genética, além dos conteúdos excluídos da disciplina Anatomia (sistema nervoso, órgãos dos sentidos e glândulas endócrinas).

Do programa dessa disciplina também não constava o sistema de avaliação a ser adotado, nem tampouco a bibliografia utilizada pelo docente para embasar seu Curso.

Pela observação da disciplina Higiene foi verificada a seguinte listagem de conteúdos: Histórico; Evolução; Divisão e Conceito atual; Higiene Aplicada à Educação Física; Saúde; Doenças; Higiene nas várias fases etárias do homem e sua relação com a Educação Física; Irradiações solares; Higiene do Vestuário; Hábitos mentais sadios; Tabagismo; Alcoolismo; Educação Sexual; Condições do ar atmosférico; o solo na transmissão de doenças e Higiene aplicada aos sistemas orgânicos. É de se destacar que apenas dois desses dezesseis itens relacionam-se à área.

Igualmente a outras disciplinas, não constavam os critérios de avaliação nem tão pouco a bibliografia que pudesse dar suporte ao Curso. Outro ponto identificado é que não constavam objetivos quer relacionados ao Curso como um todo, quer relacionados especificamente à disciplina.

Dentre as disciplinas do departamento de Ciências Biológicas, a disciplina Fisiologia Geral I, que apresentava como objetivo específico a necessidade do estudo da Fisiologia para o desportista, listava o conteúdo e indicava também que seriam desenvolvidas aulas práticas.

Importante destacar que, pela análise dos documentos, a Faculdade, no período, não possuía laboratório de Fisiologia.

Não constavam do programa os critérios de avaliação e a bibliografia que embasasse o conteúdo a seguir: fisiologia do músculo (liso, estriado e cardíaco); estrutura da miofibrila estriada; mecanismo e fenômenos da contração muscular; propriedades da fibra muscular; nutrição e irrigação sangüínea do músculo; inervação e função dos músculos; contração muscular; tônus muscular; aquecimento e exercícios musculares; efeitos do treinamento; fadiga; fisiologia do sangue (modificações da composição do sangue ligadas ao exercício físico); fisiologia do sistema respiratório (adaptações ligadas aos exercícios físicos); fisiologia do sistema digestivo; funções das excreções em condições de exercício, estudo da termo-regulação no exercício físico, estudo especial sobre o método aeróbio de Cooper.

No programa constava uma observação de que haveria aulas práticas em locais de atuação desportiva, com o objetivo de se demonstrar aspectos relativos à fisiologia aplicada aos atletas. Não foi possível, porém verificar a ocorrência, através da metodologia da análise documental utilizada nesse estudo, pois não existem registros das atividades desenvolvidas.

Diferentemente das demais disciplinas desse departamento, a de Socorros Urgentes apresentava objetivos claros. Referiam-se ao procedimento mais adequado em situações de acidentes durante exercícios físicos, e a preocupação com a difusão do conhecimento das principais lesões traumáticas desportivas.

O conteúdo tratava dos tipos de esterilização, curativos, traumatismo em geral, distensões, contusões, entorses, luxações, fraturas, ferimentos, hemorragia, queimaduras, asfixia e distúrbios de ordem geral. Também nessa disciplina notei a ausência do estabelecimento dos critérios de avaliação e da bibliografia que sustentasse o conteúdo proposto.

Ao analisar o programa da disciplina Cinesiologia I, constatei que não esclarecia seus objetivos gerais ou específicos. Relacionava somente os conteúdos e não informava quais os critérios de avaliação ou a bibliografia adotada.

Essa disciplina compunha o programa do 2º e 3º anos com carga horária de 60 h., não especificando qual conteúdo seria trabalhado nos diferentes anos.

Pareceu-me que procurava tão somente introduzir o aluno no estudo da Cinesiologia como pude perceber pelo conteúdo descrito: conceito; objeto; definição; mecânica racional como introdução ao estudo da mecânica aplicada à Cinesiologia; motricidade e o estudo Biomecânica de seus elementos (mecânica óssea, articular, muscular e sistema nervoso), análise cinesiológica dos movimentos dos segmentos do corpo humano e estudo específico dos movimentos ginásticos e desportivos.

Finalizando, observei que na disciplina Biometria foram identificados e especificados os objetivos relacionados mais diretamente às idades ligadas à Educação Física e à prática desportiva, inclusive tendo como itens do seu conteúdo a Biometria escolar e esportiva.

Carecia também, assim como as demais disciplinas desse Departamento, da indicação dos critérios de avaliação e da bibliografia utilizada.

Como conteúdos apresentou: medidas biométricas; somáticas; funcionais; aplicação prática das medidas biométricas; fichas médico - biométricas; crescimento e desenvolvimento; escalas biotipológicas (francesa, italiana, alemã, sueca, norte americana, brasileira), biotipologia infantil e sexual, Biometria escolar e Biometria esportiva.

Constava ainda do documento a possibilidade de que fossem ministradas aulas práticas sobre todas as medidas, não ficando claro como isto ocorreria de fato.

Continuando nessa análise dos documentos, identifiquei que, na disciplina Socorros Urgentes, todos os procedimentos utilizados poderiam ser generalizáveis a qualquer situação de prática da Educação Física tanto escolar quanto desportiva, apesar da escola jamais ter sido citada, o que vem ao encontro das características profissionais a serem formadas.

Já em relação à disciplina Cinesiologia, o programa deixava transparecer a existência de uma lacuna no que se referia à especificidade. Apesar de ser ministrada em dois anos, não esclarecia quais conteúdos seriam trabalhados em cada ano do Curso, 2º ou 3º. Pela análise dos documentos, notei que essa disciplina buscava trabalhar também o sistema nervoso, conteúdo que era desenvolvido pela Biologia como foi citado anteriormente, portanto se sobrepondo a ele.

O programa apresentado pela disciplina Biologia pareceu-me mais adequado em nível de 2º grau do que a um Curso que visava à formação do profissional em nível superior. Era ainda, extremamente superficial no que se referia ao sistema nervoso, conteúdo tão importante num Curso de graduação em Educação Física. Nesse sentido não percebi nenhum avanço em relação ao que se trabalhava no segundo grau.

Enfim, só pela análise da documentação existente desse Departamento, seria imprudente concluir sobre a qualidade dos programas oferecidos. Percebi, sim, um Curso extremamente técnico, pois trabalhava conceitos fechados e descartava a possibilidade de confronto entre diferentes autores o que viria estimular os alunos a pensar de modo crítico sobre os conteúdos transmitidos.

Refletindo sobre esse departamento percebi, como no anterior, que a chefia, caso tenha existido, não deu conta de suas atribuições. Os programas não esclareciam sobre critérios de avaliação nem tampouco sobre bibliografia, impossibilitando assim a percepção quanto ao conteúdo que se desenvolvia no Curso ser coerente, atualizado ou não.

Pela análise dos programas, ficou evidente que não direcionavam os alunos para a pesquisa como constava no artigo 21, item D do primeiro regimento interno da FEFISA. Indicava que os alunos vivenciariam aulas práticas dentro das possibilidades da Instituição, contudo não esclareciam sobre estas possibilidades deixando margem para interpretações dúbias, uma vez que na documentação da Instituição, não constava a existência de locais específicos para essas atividades.

Cabe ressaltar que a disciplina Anatomia transferia para a Biologia conteúdos que lhe seriam específicos, e não foi possível perceber a preocupação em esclarecer os motivos desta transferência.

Como nessa época a Faculdade não possuía laboratórios de prática, sou levada a considerar que as aulas se restringiam a exposições teóricas.

Neste Departamento o “corpo” aparecia como instrumento de estudo, visando a que se obtivesse condições favoráveis para realização de suas funções. A relação deste corpo “objeto” com a alma/natureza ou com a sociedade não era trabalhada. Nem tampouco a relação deste corpo com a área era percebida. Tenho a impressão de que a preocupação maior se detinha no entendimento das partes componentes do corpo e seu funcionamento, distanciando-o da mente que o coordena, como também das interferências que a história de vida e da sociedade poderiam ocasionar.

Como participante do processo de formação do profissional, considero que as disciplinas biológicas sempre têm trabalhado o corpo sob a

óptica da saúde ou da doença; já as da área da Educação Física o trabalham sob a óptica da aptidão. Ambas limitam este corpo a seus contornos físicos. Enfim, a documentação analisada só dá a perceber a forma e a descrição dos conteúdos desenvolvidos pelo departamento, não permitindo julgamento da qualidade do ensino ali oferecido.

Buscando finalizar esta observação sobre os três departamentos que compunham a grade curricular da Instituição, passarei a analisar os programas das disciplinas do departamento de Desportos. Cabe salientar que todas levavam a sigla TPM (teoria e prática metodológica) antes do nome. Assim, ao analisar a TPM da Recreação verifiquei que não esclarecia sobre seus objetivos, critérios de avaliação ou bibliografia, mas deixava transparecer alguma preocupação em passar conceitos e teorias de diferentes autores.

Listava conteúdos tais como: Conceito e diferença entre jogo e brincadeira; pequenos jogos; grandes jogos; teoria dos jogos; (teoria do descanso; da energia supérflua; do atavismo; do exercício preparatório); teoria de Konrad Lange; de Claparede; de Buhler; de Freud; valor educacional do jogo; normas para aplicação dos jogos; classificação dos jogos (DEFE; Aguayo; Groos; Nicanor Miranda; Loyola; Tissie; Levenre); classificação da cadeira de Recreação; elaboração de planos de aula, partes da aula e recreação (definição; objetivo; conceito; importância; liderança em Recreação; ruas de recreio e gincanas). Esclarecia sobre a existência de aulas teóricas e práticas, porém a carência de bibliografia acabou deixando dúvidas sobre a direção que o docente pretendia dar ao Curso.

Observando-se a TPM da Ginástica Geral I e II (masculina), encontrei objetivos de curso bastante voltados para “o enriquecimento do cabedal técnico do aluno”, já que determinavam que o aluno deveria ser levado a adquirir habilidades para executar com a necessária correção os

exercícios e atividades do programa, além de conhecer a nomenclatura relacionada a eles, como também o maior número possível com o objetivo de enriquecimento de seu repertório técnico. Deveria ainda o aluno conhecer a classificação, a correção e os processos pedagógicos utilizados na prática didática. O conteúdo era colocado em tópicos idênticos (1º e 2º anos).

Não existiam no programa os critérios de avaliação nem a bibliografia que pudessem esclarecer sobre a profundidade que o curso pretendia atingir, citando como conteúdos: vocabulário técnico; nomenclatura; Educação rítmica; teoria do movimento ginástico; exercícios físicos (enunciado execução e correção); classificação dos exercícios; processos pedagógicos; aquecimento; saltitamentos; formação corporal; relaxamento; exercícios individuais; em quadrupedia; em pequenos grupos; em forma de jogos coletivos; de agilidade, saltos em aparelhos e processos pedagógicos.

Em relação à análise do programa da TPM da Ginástica Geral III (masculina), percebi que privilegiava a técnica assim como os anteriores. Dos 17 itens constantes do conteúdo a ser desenvolvido, apenas um se referia à escola. Não percebi em nenhum momento do programa a preocupação com a praxis.

Ressaltava a importância do aprimoramento das condições físicas e técnicas do aluno executante e listava conteúdos tais como: vocabulário técnico e nomenclatura; movimentos de coordenação rítmica; características técnicas e classificação dos exercícios; técnica para estimular a criatividade; a sessão de atividades segundo o sistema de Educação Física Esportiva Generalizada; Sistema Sueco; Método Natural Austríaco; exercícios de agilidade além dos exigidos no segundo ano; planos de aula, objetivos do trabalho técnico profissional e valor educativo das atividades físicas generalizadas dentro do currículo escolar.

Verificou-se a apresentação de critérios de avaliação, contudo de maneira bastante genérica; mas, assim como os anteriores, carecia de bibliografia e apresentava objetivos idênticos aos da Ginástica I e II.

A disciplina intitulada TPM da Ginástica Rítmica apresentava um programa extremamente técnico, do qual constavam: origem e características da Ginástica Rítmica; classificação dos exercícios; técnica do andar; do correr; do saltar; do balancear; do molejar; do girar; de ondas; de impulsos pélvicos; manejo dos elementos manuais estudo do ritmo e folclore brasileiro e internacional.

Citava, como finalidade do Curso, a Educação do ritmo e do movimento; porém não esclarecia seus objetivos, critérios de avaliação ou bibliografia, o que dificultou uma análise mais apurada sobre a qualidade do Curso desenvolvido.

Desse departamento fazem parte as disciplinas TPM da Ginástica Geral I, II e III (feminina) que, ao serem analisadas, demonstraram, tal qual a masculina, preocupar-se em melhorar a “técnica da professoranda”, como constava do programa. Este é um objetivo que aparecia claro.

Os objetivos da ginástica Geral I eram: desenvolver o espírito de iniciativa e criador; favorecer a aquisição de conhecimentos gerais de elementos e exercícios de algumas técnicas da Educação Física feminina e aperfeiçoar ou melhorar a capacidade física, a Educação do movimento e a consciência rítmica; proporcionar meios para o aperfeiçoamento de uma “boa atitude”, tornar a educanda boa executante dos exercícios e elementos ministrados e capacitá-la a bem aplicá-los e distingui-los.

Como conteúdo apresentou : Educação Física feminina; ginástica feminina; a professora especializada em Educação Física no grau médio;

atitude corporal; ginástica básica feminina, jogos para a ginástica e ritmo, som, transcrição rítmica.

No programa apareceu especificada a parte prática do Curso que se refere à: atividade corporal; ginástica básica (Guerios); ginástica feminina (exercícios de ordem unida, das ginásticas modernas, elementos da acrobática, mecanismo corporal, ginástica higiênica - formativa, yoga). A verificação da aprendizagem se deu por provas escritas e práticas, debates e atividades extra curriculares. Nada consta sobre a bibliografia utilizada pelo professor. Extremamente genérico mas não o bastante para que não se percebesse o caráter técnico e higiênico da disciplina.

Na disciplina Ginástica Geral II feminina, pretendia-se habilitar e selecionar; pesquisar; organizar e aplicar a didática especial da ginástica. Referia-se a uma parte metodológica onde constavam testes de capacidade física, sem especificá-los. Trabalharia métodos da ginástica feminina, novamente sem especificá-los. Quanto ao critério de avaliação, era idêntico ao programa anteriormente analisado e identicamente não apresentou a bibliografia utilizada pelo docente. A disciplina Ginástica Geral III explicitava que trabalharia com a acrobática; corretiva; formativa; orgânica, jazz e yoga.

Deixava uma lacuna no que se referia à bibliografia e avaliava as alunas em provas escritas e práticas além de atividades extracurriculares, não esclarecendo quais seriam. Relatava que seriam feitas de forma genérica visitas e estágios, o que dificultou a compreensão sobre a validade dos mesmos. A carência de bibliografia novamente dificultou uma análise sobre a qualidade e profundidade do Curso oferecido.

Tornou-se bastante difícil perceber as especificidades de cada uma das ginásticas citadas, pois os conteúdos em muitos momentos se sobrepunham, assim como também com o da TPM da Ginástica Rítmica.

Existia na grade do Curso do ano analisado uma disciplina chamada Ginástica Infantil que, carente de objetivos e bibliografia, apresentava como conteúdo: conceitos de Educação e de Educação Física; suas características na escola primária, objetivos gerais e específicos da Educação Física infantil; formas básicas primárias (andar, correr, saltar, saltitar); formas básicas secundárias (balançar, girar, escorregar, molejar, impulsionar, lançar, rolar, equilibrar, tracionar, etc); destrezas; exercícios construídos; atividades rítmicas; jogos; natação, atletismo e vida na natureza.

Apresentava um item intitulado “prática”, no qual explicitava que o conteúdo desenvolvido em aulas teóricas, seria trabalhado em aulas práticas. Como critério de avaliação só constou que seriam aplicadas provas teóricas e práticas sem esclarecer o peso de cada prova para obtenção da média dos alunos.

Continuando a observação das disciplinas desse departamento, na TPM do Basquetebol encontrei, pela delimitação dos objetivos, a preocupação com a execução em nível técnico satisfatório dos fundamentos do jogo, destacando ainda, através de seu conteúdo, a grande ênfase dada ao esporte propriamente dito.

Da bibliografia apresentada, constavam obras predominantemente técnicas. O tratamento didático e a avaliação se davam basicamente em nível técnico.

Constavam ainda do conteúdo: testes de basquetebol; avaliação inicial dos alunos; regras básicas do jogo; manejo da bola; manejo do corpo; posição básica; partidas rápidas; paradas bruscas; mudança de passo; fintas; saltos; dribles; passes; arremessos; giros; rebote; sistemas de ataque e defesa; contra ataque, regras do jogo e sessões de iniciação e treinamento

Com referência à TPM do Voleibol, verifiquei que apresentava um programa carente de objetivos, critérios de avaliação e bibliografia. Apesar disto, não houve como não perceber, através do conteúdo explicitado no documento, a preocupação exclusiva com a técnica, como demonstrava a listagem: passes; levantamentos; saques; jogos de iniciação; cortada, bloqueio e recepção de saque sistemas (2\4, 3\3) e regras.

O saber fazer parece-me, nessa disciplina, que preponderava sobre o ensinar a ensinar fazer. Da mesma maneira, pela análise realizada em TPM do Atletismo I, não foi possível novamente encontrar objetivos gerais do curso ou específicos da disciplina. O programa se restringia a uma listagem que se referia ao estudo técnico pedagógico do salto em altura, onde encontrei: seleção dos valores humanos para a prova; estudo analítico da prova; coletânea de exercícios especializados; processamento técnico pedagógico indicado na fase de treinamento, recordes e regulamento oficiais da prova. O mesmo ocorria com o estudo técnico pedagógico da corrida, do salto em extensão, do arremesso de peso e dardo, onde o programa aprofundava basicamente o conhecimento técnico de tais modalidades. Referia-se ainda aos saltos triplo, com vara, arremesso do disco e martelo. O único item em que a escola era citada referia-se a adaptações de locais possíveis para a realização da prova. No programa da TPM do Atletismo II, aparecia registrado o mesmo documento anteriormente citado. Ambos careciam de critérios de avaliação e de uma bibliografia que os sustentasse.

Na análise da TPM da Natação, assim como em quase todas as demais disciplinas do departamento, não constavam objetivos, critérios de avaliação ou bibliografia e a listagem de conteúdos demonstrava a grande preocupação com a técnica, já que se detinha em trabalhar na aprendizagem: adaptação ao meio líquido; flutuação; respiração, propulsão e mergulho elementar. No aperfeiçoamento, os quatro estilos básicos em detalhes e no treinamento, noções de organização, uso do cronômetro e organização de

competições. Em apenas um item do treinamento, aparecia alguma preocupação com a escola, mas mesmo assim em nível de treinamento colegial.

Novamente pude perceber, pela análise realizada, que a chefia de Departamento, se existiu, não deu conta de suas atribuições, uma vez que encontrei programas, na sua quase totalidade, desprovidos de objetivos gerais ou específicos que justificassem a importância da presença de tais disciplinas numa Licenciatura em Educação Física.

Como não encontrei também os critérios de avaliação em quase todos os programas, permaneço na dificuldade de perceber o que se pretendia que os alunos adquirissem com o Curso. Finalmente, como quase a totalidade dos programas careciam de uma bibliografia que os embasasse, não pude afirmar o rumo que se pretendia dar ao Curso, ou à atualização do mesmo.

Faço aqui uma referência específica em relação à disciplina Ginástica masculina. Quando pela análise realizada, constatei que se utilizou do mesmo programa de Curso no primeiro e segundo anos, além do que não especificou o que estava trabalhando em cada ano. Além disto, notei, neste e na quase totalidade dos programas, a grande preocupação existente de que o aluno da graduação “fosse capaz de executar com correção” este ou aquele movimento, dando portanto a impressão de que saber realizar é requisito básico para saber ensinar.

Não é de se admirar que a FEFISA, naquela época, desenvolvesse um trabalho dessa natureza assim como outras faculdades de Educação Física que tinham essa visão de corpo. Era o paradigma hegemônico da época. A Faculdade nada fez senão seguir os padrões existentes até então. Mesmo assim, considero importante que se aponte a falta de uma bibliografia que justificasse a atuação dos docentes e de objetivos claros que, juntamente com critérios de avaliação, pudessem estar transmitindo o comprometimento

da Instituição com as bases axiológicas que norteavam o trabalho da Educação Física da época.

Levantei nesse estudo fatos como o da disciplina Recreação que se preocupava com planos de aula , atribuição esta que deveria ser da disciplina Didática Geral. Assim, cabe que se questione se estariam ambas trabalhando sob as mesmas perspectivas? Não há parâmetros para que possa efetuar esta análise. Os programas de Ginástica Geral Masculina I, II e III preocupavam-se em atingir os mesmos objetivos em três anos de Curso. Em Ginástica I e II encontramos o mesmo programa de Ginástica III; poucas eram as variações. Se existiram diferenças, não foi possível perceber pela análise documental. O conteúdo não avançava no sentido de que se pudesse pontuar especificidades de cada ano de trabalho progressivo.

Em Ginástica Rítmica encontrei clara a preocupação com a Educação do ritmo e dos movimentos do aluno. Os programas de Ginástica Feminina eram extremamente genéricos. Não percebi as especificidades de cada ano de trabalho, já que falava em movimentos, exercícios, testes, sem definir a quais movimentos, exercícios ou testes se referia. Em Ginástica Infantil propôs-se trabalhar conteúdos que também eram exercitados em ginástica rítmica, atletismo e natação. Os programas de basquete e vôlei se mostravam essencialmente técnicos. Tanto em Atletismo I como em II encontramos o mesmo programa. Não pude perceber qual conteúdo seria trabalhado em dois anos diferentes, e além disto, existia grande preocupação com a técnica, o mesmo ocorrendo com natação.

Pela análise dos programas deste Departamento e pela elevada carga horária que ele representava no total da formação oferecida pelo Curso, vi confirmada a expectativa inicial: nesta época a preocupação maior dentro da Instituição se restringia a “fabricar” corpos fortes e disciplinados, como ótimas ferramentas de trabalho para servir ao poder econômico.

Assim o corpo era trabalhado distanciado da alma, da natureza e da sociedade, através do Esporte treinado e automatizado, visando alcançar padrões de rendimento impostos pela Ciência, parecendo, portanto um prisioneiro das amarras dos seus limites concretos, visíveis. Nessa época, no curso da FEFISA, através do estudo de conteúdos dos Esportes, é possível considerar que se propunha trabalhar um corpo utilitário e submisso.

Visando dar continuidade ao objetivo principal deste estudo, passarei à análise da segunda grade curricular, a partir da organização implantada no ano de 1991, 1º ano da grade completa depois da reestruturação dos Cursos de Educação Física, contendo sua caracterização, mínimos de duração e conteúdos.

Antes de iniciar a análise específica do novo currículo da FEFISA, entendo ser importante historiar as questões que levaram a esse novo enfoque. Desde 1978, um amplo debate veio sendo desenvolvido em nosso país em torno dos problemas que envolviam a formação do Licenciado em Educação Física, bem como do Técnico Desportivo.

Foi realizado na USP, em março de 1984, um encontro de diretores de escolas de Educação Física do Brasil de onde surgiu um anteprojeto que foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação. Depois em reunião dos diretores realizada em Brasília, foi organizado, discutido e com grandes modificações quer estruturais, quer conceituais, foi encaminhada ao conselheiro Mauro da Costa Rodrigues, uma nova proposta que transformou-se no parecer CFE 215/87 que, além das alterações de carga horária, tempo de duração do Curso e queda do currículo mínimo, possibilitava a criação do Bacharelado em Educação Física, e foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 11/03/87, resultado da Resolução CFE 03/87.

Quanto ao perfil profissiográfico do Licenciado e do Bacharel, este profissional deveria:

- *“possuir destacada capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e visão crítica dela;*
- *ter consciência das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade;*
- *dominar instrumentos métodos e técnicas que permitam desenvolver sua profissão, respondendo a situações concretas e gerais, com condições de liderança e comportamento ético, que se ajuste à dinâmica do processo de uma sociedade em permanente transformação;*
- *ser capaz de identificar as necessidades regionais; refletir e decidir de forma autônoma, propor e aceitar mudanças, mantendo-se sempre atualizado no campo do ensino formal e não-formal;*
- *ser capaz de usar adequadamente os conteúdos, materiais, equipamentos, espaços e lugares, a fim de auxiliar os alunos a atingir competência para viver cooperativamente na mais complexa situação;*
- *ser capaz de identificar e respeitar as diferenças individuais no processo de aprendizagem e estabelecer um ambiente crítico e reflexivo, dentro de uma proposta emancipadora e educativa”.* Parecer CFE 215/87.

Deste modo, ficaria a cargo das Instituições, traçar o perfil do profissional que pretendesse formar, como também o currículo básico para atingir esta formação.

Quanto à duração do Curso, ficou estabelecido um mínimo de 2880 horas/aula a serem desenvolvidas em 4 anos e os currículos para os Cursos de Educação Física deveriam abarcar uma parte de formação geral e outra de aprofundamento de conhecimentos.

Ficou estabelecido, também, que a formação geral compreenderia os aspectos humanístico e técnico, a saber:

Aspecto Humanístico:

- ◆ Conhecimento Filosófico;
- ◆ Conhecimento do Ser Humano;
- ◆ Conhecimento da Sociedade;

Aspecto Técnico:

- ◆ Conhecimento Técnico.

O aprofundamento de conhecimentos deve possibilitar ao aluno a realização de pesquisas e estudos teóricos e práticos em maior qualidade e quantidade, inspirados durante a formação geral.

Outro aspecto considerado importante no texto da lei foi a possibilidade de implantação de graduação com habilitação em Bacharelado que até então não existia. A Educação Física, no Ensino Superior brasileiro, preparava somente licenciados.

A seguir, transcrevo o anexo 1 da Resolução 03/87, onde constam as denominações de disciplinas sugeridas para a composição da grade curricular dos Cursos:

I) “Conhecimento Filosófico:

- ◆ *Introdução à Filosofia;*
- ◆ *Filosofia da Educação e do Desporto;*
- ◆ *Caracterização Profissional;*
- ◆ *Ética Profissional;*
- ◆ *Dentre outras.*

II) Conhecimento do Ser Humano:

- ◆ *Fundamentos Biológicos (Histologia, Embriologia, Biofísica, Bioquímica, Citologia, Biologia - especialmente Genética);*
- ◆ *Anatomia Aplicada;*
- ◆ *Fisiologia (incluindo Fisiologia do Esforço);*
- ◆ *Aprendizagem Motora (incluindo Psicomotricidade);*
- ◆ *Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade;*
- ◆ *Psicologia Desportiva;*
- ◆ *Cineantropia (Medidas e Avaliação, incluindo Crescimento e Desenvolvimento);*
- ◆ *Biomecânica do Exercício;*
- ◆ *Fundamentos de Fisioterapia;*
- ◆ *Dentre outras.*

III) Conhecimento da Sociedade:

- ◆ *Fundamentos da Antropologia Cultural;*
- ◆ *Educação, Sociedade e Cultura Física;*
- ◆ *História da Educação Física;*
- ◆ *Sociologia (incluindo a Sociologia do Desporto e do Lazer);*
- ◆ *Políticas Desportivas do Mundo Contemporâneo.*
- ◆ *Dentre outras.*

IV) Conhecimentos Técnicos:

- ◆ *Didática da Educação Física;*
- ◆ *Organização e Funcionamento da Educação Formal e não-formal;*
- ◆ *Educação Física sob o enfoque da Educação Permanente;*
- ◆ *Prática de Ensino;*
- ◆ *Lazer e Recreação;*
- ◆ *Medidas e Avaliação em Educação Física;*
- ◆ *Currículos em Educação Física;*
- ◆ *Introdução à Linguagem Estatística e à Pesquisa Científica;*
- ◆ *Teoria, Prática e Metodologia dos Desportos:*
 - Handebol;*
 - Atletismo;*
 - Basquetebol;*

Tênis de Mesa;

Capoeira;

Esgrima;

Futebol;

Futebol de Salão;

Ginástica Olímpica;

Ginástica Rítmica Desportiva;

Halterofilismo;

Judô;

Natação;

Polo Aquático;

Saltos Ornamentais;

Tênis de Campo;

Outros.

- ◆ *Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica Analítica;*
- ◆ *Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica Natural;*
- ◆ *Teoria, Prática e Metodologia da Dança;*
- ◆ *Organização e Administração da Educação Física;*
- ◆ *Folclore;*
- ◆ *Higiene e Socorros de Urgência;*
- ◆ *Educação Física e Esporte Especial (atividades físicas voltadas para pessoas portadoras de deficiências: física, mental, auditiva, visual ou múltipla);*
- ◆ *Treinamento Desportivo;*

- ◆ *Direito Desportivo;*
- ◆ *Comunicação em Educação Física;*
- ◆ *Seminário em Educação Física;*
- ◆ *Técnica de Elaboração de Projetos em Educação Física;*
- ◆ *Tecnologia do Material e Instalações na Educação Física;*
- ◆ *O Profissional de Educação Física como agente de Saúde;*
- ◆ *Rítmica;*
- ◆ *Esportes Comunitários;*
- ◆ *Dentre outras “.*

Em virtude da aprovação da nova estruturação dos cursos de Educação Física, surgiu, na FEFISA (1991), o novo regimento interno que buscava dar conta das alterações necessárias.

Para fins deste estudo, mantenho a mesma organização das disciplinas nos Departamentos de Educação, Ciências Biológicas e Desportos, visando assim facilitar uma análise comparativa dos distintos momentos e apresento, na mesma planilha, as grades curriculares praticadas em 1972 e após 1991, o que permitirá uma observação mais clara.

GRADE CURRICULAR 1972

DP. EDUCAÇÃO	DP. BIOLÓGICAS	DP. DESPORTO
Psico (60)	Biol. (45)	Volei. (60)
Didát. (60)	Anatom. (60)	Basqu. (60)
Estrut. (60)	Cinesio. (60)	Recrea (60)
EPB (60)	Fisiol. I (90)	Nataç. (90)
Sociol. (30)	Biomet. (30)	Gin. Infant. (60)
Prát. Ens. I/II (180)	Hig (30)	Atlet. I (60)
Estág. (150)	Socor. (30)	Atlet. II (90)
Hist. (60)		Gin. I (90)
EPB II (60)		Gin. II (90)
		Gin. III (90)
		Gin. Ritm. (60)
560 h	345 h	810 h
TOTAL: 1815 h		

GRADE CURRICULAR 1991

DP. EDUCAÇÃO	DP. BIOLÓGICAS	DP. DESPORTO
Psico (68)	Biol. (68)	TPM Volei (68)
Didát. (68)	Anat. (68)	TPM Basqu. (68)
Estrut. (68)	Cinesio. (68)	TPM Recrea. (68)
EPB (68)	Fisiol. I (68)	TPM Nat. (68)
Sociol. (68)	Biom. (34)	TPM Gin. Inf (68)
Prát. Ens I/II (408)	Hig. (34)	Atlet. I (68)
Estág. (96)	Socor. (34)	TPM Atlet. II (68)
Apr. e Desen. (68)	Nutriç. (68)	TPM Gin. I (68)
Hist. (68)	Fund. Físio (68)	TPM Gin. II (68)
Org. Ed. Fís Esp (68)	Fis. exerc (68)	TPM Gin. III (68)
Did. Aplic. (68)		TPM Gin. Ritm. (68)
Filos. (68)		TPM Gin Olímp (68)
Psico Aplic. (68)		Condic. Fís. (68)
Metodol. Pesq (68)		Trein. Desp. (68)
		Art. Marc. (68)
		Dança Ed. Fís (68)
		Ed. Fís Adapt. (68)
		TPM Hand. (68)
1256 h	578 h	1224 h
TOTAL: 3058 h		

Anderáos (1998)

O primeiro ano de desenvolvimento do Currículo completo após a alteração da legislação, ocorreu em 1991. Novas disciplinas foram acrescentadas e as cargas horárias alteradas, em virtude das novas possibilidades.

Assim, ficou o Curso da FEFISA organizado para ser desenvolvido segundo a grade curricular que segue:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Aprendizagem e Desenvolvimento Motor	68H
Estudos de Problemas Brasileiros	68H
História da Educação Física	68H
Psicologia da Educação	68H
Sociologia Aplicada	68H
Administração da Educação Física e Esporte	68H
Didática Geral	68H
Estrutura do Ensino de 1º e 2º graus	68H
Didática Aplicada à Educação Física	68H
Filosofia da Educação	68H
Psicologia Aplicada à Educação Física	68H
Prática de Ensino I	60H
Prática de Ensino II	60H
Metodologia da Pesquisa Científica	68H
Total	936H

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Anatomia	68H
Fisiologia Geral	68H
Biologia	68H
Cinesiologia	68H
Nutri. E Metab. Aplicado a Ed. Física e ao Esporte	68H
Biometria	34H
Higiene	34H
Fundamentos da Fisioterapia	34H
Socorros Urgentes	34H
Fisiologia do exercício	68H
Total	544H

DEPARTAMENTO DE DESPORTOS

TPM do Atletismo I	68H
TPM do Atletismo II	68H
Treinamento Desportivo	68H
Condicionamento Físico	68H
TPM da Ginástica Geral I	68H
TPM da Ginástica Infantil	68H
TPM da Ginástica Geral II	68H
TPM da Ginástica Geral III	68H
TPM da Ginástica Olímpica	68H
TPM do Basquetebol	68H
TPM do Voleibol	68H
TPM do Handebol	68H
TPM da Ginástica Rítmica	68H
TPM da Natação	68H
TPM da Recreação	68H
Artes Marciais	68H
Dança em Educação Física	68H
Educação Física Adaptada	68H
Total	1224H

EXTRA CURRICULAR

Ginástica Rítmica Desportiva	68H
------------------------------	-----

Passando à análise dos programas de todas as disciplinas que compunham o currículo a partir do ano de 1991, estarei utilizando-me de procedimentos idênticos aos da análise realizada na grade curricular de 1972.

Pela somatória das cargas horárias, observei que houve um aumento considerável no “quantum” dedicado ao Departamento de Educação, passando de 465 horas para 952 horas, dobrando o tempo dedicado ao conteúdo ali desenvolvido.

Iniciando-se portanto esta análise, observei no programa da disciplina Aprendizagem e Desenvolvimento Motor objetivos que mostram uma preocupação com a fundamentação teórica básica sobre o processo de ensino-aprendizagem, abordando aspectos cognitivos, sociais, sexuais afetivos e motores nas diferentes faixas etárias.

Assim, percebi que existia a preocupação com o desenvolvimento e possibilidades de aprendizagem durante as diferentes fases da evolução do ser humano. Existia ainda uma preocupação em desenvolver atitudes ou procedimentos adequados para satisfazer as necessidades de diferentes situações de ensino. Leitura crítica sobre diferentes autores da área é um dos objetivos previstos. A avaliação proposta desde então se deu em nível de provas escritas e trabalhos de interpretação de textos em sala de aula, além de seminários. A bibliografia que sustentava o programa atendia às necessidades estabelecidas pelos objetivos do curso, e se apresentava atualizada, apesar de focar mais aspectos da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, do que da aprendizagem e do desenvolvimento motor, como constava na listagem de conteúdos que segue: contribuições da psicologia na aprendizagem escolar; concepções de desenvolvimento; crescimento e desenvolvimento; fases da evolução do ser humano do período pré-natal à adolescência; aptidão; prontidão; inteligência; estruturação de esquema corporal; orientação espacial e temporal; fases do desenvolvimento motor; classificação de habilidades motoras; estágios de aprendizagem de habilidades motoras; atenção; estado de alerta; processamento de informações; mecanismo perceptivo, mecanismo efetor e transferência de aprendizagem

No programa de E.P.B. existia a proposta de buscar desenvolver no aluno uma visão crítica sobre a realidade que o cercava, além de propor o estabelecimento de relações entre os problemas da nação.

Através da análise do conteúdo que era proposto para ser desenvolvido no programa (visão geral do Brasil nos últimos 70 anos; evolução do conceito de Educação Física no contexto dos últimos 50 anos; a sociedade brasileira e seus problemas de marginalidade; a Educação Física como agente que possibilita a mudança da marginalidade; a sociedade educacional brasileira e seus problemas de ensino; as práticas desportivas no

ensino escolar brasileiro; o ano 2000 e suas possibilidades; a Educação Física acompanhando a tecnologia e se preparando para o ano 2000), não me foi possível concluir o que foi trabalhado, já que os tópicos são abrangentes demais para que se busque, através da análise, sua especificidade.

A bibliografia não foi anexada ao documento para que se pudesse compreender quais autores seriam utilizados e a linha que regia o Curso. A avaliação proposta dava-se através do desenvolvimento de dissertações sobre os temas abordados, seminários e resumos de livros e textos, não estando especificados quais seriam. Continuando na observação, verifiquei que o programa de História da Educação física não apresentou objetivos, o que dificultou a sua análise, impedindo que se concluísse se foi alcançado o que se pretendia. Constatei uma grande preocupação em passar uma visão linear dos acontecimentos através dos tempos, desde a pré-história, extremo Oriente, Oriente Próximo, Grécia, Roma, Idade Média, Moderna e Contemporânea, enfocando este último período os Estados Unidos e a América Latina.

Dos 14 tópicos do programa, em apenas um apareceu a Educação Física no Brasil, como pudemos perceber pela seguinte listagem de conteúdos: história (conceito, objeto de estudo, métodos); as grandes divisões da história; atividades físicas do homem pré-histórico; a Educação física entre os chineses, hindus, japoneses, egípcios, assírios, caldeus, hebreus, medas, persas e fenícios, características da civilização grega; a Educação física em Roma; a Educação física na Idade Média; a Educação física na Idade Moderna; a Educação física e os Desportos nos Estados Unidos na América Latina, no Brasil e as grandes tendências atuais da Educação Física.

Acreditando ser de grande importância a Educação Física no Brasil, e claro, sem desconsiderar que o passeio através de outros povos seja bastante ilustrativo, o programa deixa margem para que se pense tratar-se de

uma história factual com pouca relevância dentro do Curso. Considero que seria mais importante que os alunos pudessem conhecer e estudar a história da Educação Física no Brasil através da análise de diversos autores brasileiros que escreveram esta história real, o que acabaria elucidando as diferentes ideologias que, no decorrer dos tempos, vêm dando sustentação à área. O programa deixou várias lacunas, pois como outros não apresentou bibliografia nem critérios de avaliação, o que, em conjunto com a falta de objetivos já identificada acima, acaba inviabilizando qualquer tipo de consideração analítica e de valor.

Da mesma forma, no programa de Psicologia da Educação não encontrei os objetivos da disciplina, mas apenas uma listagem de conteúdos que inclusive se sobrepõem em alguns momentos aos do programa de Aprendizagem e Desenvolvimento Motor, já que propõe que se trabalhe história da Psicologia, campos de atuação da Psicologia, escola psicanalítica e a aprendizagem, escola Behaviorista e a aprendizagem, sensação e percepção, escola gestaltista e a aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo, motivação na aprendizagem, retenção e transferência de aprendizagem. Não encontrei nesse programa qualquer forma de preocupação que leve ao desenvolvimento da reflexão dos alunos sobre diferentes autores, e nem foi possível saber quais autores foram utilizados.

Sem a definição de objetivos, não posso estar analisando se os mesmos poderiam ser alcançados, assim como sem critérios de avaliação não consigo identificar o que se pretendia que os alunos retivessem para uma possível transformação dentro de um curso de formação de professores. Para completar, não constava do programa a bibliografia que o sustentou, motivo pelo qual não pude ter informações sobre a atualização do mesmo. Comparando-o com o programa de 1972 não poderia afirmar que avançou em termos de qualidade.

Analisando o programa de Sociologia, constatei que houve uma evolução no sentido de exposição de objetivos, conteúdo, critério de avaliação e bibliografia, porém certamente o programa indicado seria mais adequado a um curso de formação na própria área de Sociologia. Bastante extenso para ser trabalhado dentro dos limites da carga horária estabelecida, aborda a Educação Física propriamente dita em apenas quatro dos vinte e três itens propostos, como pude observar através da listagem dos conteúdos a seguir: o estudo da sociedade; as ciências sociais; evolução histórica da Sociologia; cultura e organização social; “status” e papel social; processos sociais; grupos sociais; classe social; controle e mudança social; estrutura social e instituições sociais; problemas sociais; a Sociologia no Brasil; introdução à Sociologia da Educação; as funções sociais da Educação; o estudo sociológico da escola; Educação, ideologia e reprodução; tendências da Educação brasileira; função social da Educação Física; Educação Física, pensamento e ação; função social dos jogos; função social do Esporte e do lazer.

Um programa para a disciplina Sociologia dentro de um curso de formação de professores de Educação Física, certamente poderia ser mais adequado se estabelecesse maior relacionamento com o contexto da própria área. A avaliação prevista ocorreu através de trabalhos e provas escritas. A bibliografia indicada é bastante extensa e contextualizada, dando a impressão de que os alunos puderam contar com apoio suficiente para o desenvolvimento do Curso.

Continuando a análise das disciplinas que compõem o Departamento de Educação, verifiquei que o programa de Administração da Educação Física e dos Esportes tem como objetivo apresentar aos alunos os conceitos da administração e sua aplicação na referida área como também oportunizar aos alunos noções dos sistemas de organização desportiva, legislação do desporto Nacional e da Educação Física, pela análise do conteúdo a seguir: introdução à administração (histórico, conceito e níveis de

administração); áreas e funções; organização de competições esportivas; eliminatórias; desafios ou escalas; especiais; combinados; critérios de classificação e desempate; categorias das competições esportivas; elaboração de programação, etapas da organização esportiva e legislação desportiva e da Educação Física (federal e estadual).

A avaliação deu-se através de uma prova a cada semestre, atividades em classe que não são especificadas e assiduidade. A bibliografia é basicamente voltada à organização de competições.

Com referência à análise realizada no programa da disciplina Didática Geral, considerada de grande importância no curso, verifiquei que não traz objetivos, o que é de se estranhar, visto que esta disciplina deveria estar salientando aos alunos a importância da determinação de objetivos na elaboração de um programa.

Consta do documento uma listagem de conteúdos que não se referem à especificidade da disciplina e tratam das ginásticas desenvolvidas no curso, a saber: terminologia e suas aplicações; exercícios naturais e construídos; desenvolvimento de habilidades e capacidades individuais; exercícios de formação corporal com pequenos e grandes aparelhos; estudo prático dos aparelhos; movimento; ritmo; espaço e tempo; aquecimento e esfriamento; exercícios de destreza, aplicações teórico práticas dos processos pedagógicos e seqüências de ginástica.

A avaliação proposta referiu-se a sessões de atividades físicas gerais e específicas, além de provas teóricas. A bibliografia não foi indicada.

Considero, pela análise efetuada, que mais uma vez a disciplina confundiu-se entre Didática Geral e Didática específica de modalidades esportivas, e pude mesmo ir mais longe na análise, principalmente com respeito à organização do programa, pois o atual, em relação à proposta do

período anteriormente analisado, perdeu em muito em relação à qualidade com que vinha se desenvolvendo no decorrer dos 19 anos que se passaram.

Desse Departamento, faz parte a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º. graus. Seu programa esteve organizado, objetivando levar o aluno a refletir sobre a maneira como deve se processar a Educação formal e, em razão disso, realizou um passeio através da história da escola e da instrução popular no Brasil antes da República e no período republicano.

Buscou, em seu conteúdo, analisar os sistemas formal e informal de Educação, o sistema escolar brasileiro, a estrutura administrativa do ensino, a estrutura do corpo docente e toda a sistemática de avaliação, orientação didática no processo de reforma de ensino de primeiro grau, Direção de escola, estrutura e funcionamento da escola de acordo com a legislação vigente e leis básicas que regem a Educação Física.

A avaliação proposta se deu através de provas escritas, resumos de livros e textos, sem que, contudo, existisse a especificação de quais seriam. O programa não faz referência à bibliografia utilizada como apoio, o que dificultou melhor análise sobre a qualidade do curso.

Já em relação à disciplina Didática Aplicada à Educação Física, encontrei como objetivo o oferecimento de fundamentação teórica básica visando ao que o aluno pudesse vir a aplicar em sua prática profissional. Observei a preocupação em estabelecer relações entre as disciplinas ministradas durante o Curso, através de leitura crítica acerca das diferentes abordagens do processo de ensino.

O conteúdo programático pareceu-me compatível com os objetivos propostos, chegando a demonstrar preocupação em oferecer condição e conhecimentos visando à elaboração de planos de Curso e planos de aula,

aplicáveis no ensino da Educação Física à nível escolar, visto que esse é o campo de abrangência da licenciatura. Propôs ainda o estudo da abordagem tradicional, da comportamentalista, da humanista, da sócio-cultural e da cognitivista, introduzindo as diferentes abordagens em planos de aula.

A avaliação se efetuou através de provas escritas, seminários e trabalhos práticos realizados em quadra com alunos de diferentes faixas etárias de escolas da região, sobre todo o conteúdo trabalhado durante os anos anteriores. A bibliografia, coerente com o desenvolvimento do Curso, reportou-se às abordagens do processo de ensino, planejamento e avaliação.

Outra disciplina desse Departamento é Filosofia da Educação, cujo programa apresentou, como objetivos, estimular o desenvolvimento da reflexão bem como informar sobre reflexões já desenvolvidas na história do pensamento filosófico, além de desenvolver o senso crítico a fim de se superar as concepções ingênuas e superficiais sobre os homens e a sociedade, forjadas pela ideologia social dominante, entre outros.

Dos 28 itens desenvolvidos como conteúdo, apenas 3 citam a Educação Física, como é possível observar na listagem de conteúdos que segue: natureza, objeto, método e divisão da Filosofia; História da Filosofia, Filosofia grega, medieval, moderna e contemporânea; Filosofia e Educação; Filosofia e Ciência; definições de Educação; Filosofias tradicionais de Educação; contribuições da Filosofia para a Educação; Educação e Liberdade; O papel da Educação e do professor e sua valorização no contexto social e político; a Filosofia e os seus princípios que fundamentam a Educação física, o homem e seu corpo e as relações interpessoais na Educação física.

Em relação ao conteúdo, considero que deveria haver maior aproximação entre o conteúdo específico da Filosofia e a área da Educação Física. A avaliação pareceu-me coerente com os objetivos do Curso, já que buscou verificar o aproveitamento do aluno através de trabalhos, pesquisas e

provas. A bibliografia é bastante extensa e abrangente, passando inclusive por importantes autores da área, o que acredito poder contribuir para o estudo proposto.

Ainda nessa mesma observação sobre o Departamento de Educação, verifiquei que o programa da disciplina Psicologia Aplicada à Educação Física apresentou como objetivos a reflexão sobre a importância da psicologia na área; Esporte e Lazer, como também visou esclarecer os aspectos psicológicos que influenciaram a Educação física escolar, o Treinamento Desportivo e o Lazer, além de fornecer ao “educador físico” um conceito de psicologia numa perspectiva social psíquica e física. (O termo educador físico foi utilizado na forma que se encontra no documento analisado). Encontrei neste programa a preocupação com as teorias da Motivação, comportamentos e atitudes do pré-escolar, psicomotricidade e terapia, disfunção cerebral mínima, disgrafia, discalculia, dislexia, dislalia (causas e tratamento), patologias de ordem senil, homossexualismo, alcoolismo e drogas e psicologia aplicada aos esportes e ao lazer.

O critério de avaliação se deu através de provas escritas, trabalhos, seminários e auto-avaliação. A bibliografia indicada, pode ser considerada compatível com o conteúdo proposto.

Como componente do currículo do curso de Educação Física, encontrei ainda neste departamento as disciplinas Prática de Ensino e Estágio Supervisionado I e II, cujos programas apresentavam como objetivo desenvolver planos de aula e trabalhos práticos com crianças de diferentes faixas etárias junto às escolas, desenvolvendo exercícios, basquete, vôlei, ginástica olímpica, rítmica desportiva, handebol e danças.

A avaliação englobou a observação ao aluno, sua participação, procedimentos adotados e postura. A disciplina apresentou alguns problemas estruturais, pois, apesar de apresentar uma bibliografia coerente com seus

propósitos, ainda que dos seis livros relacionados apenas um com data de publicação, nada foi citado sobre a questão de Estágios, mesmo sendo essa sua denominação.

Não foi possível identificar qual o programa a ser desenvolvido em cada ano de curso. Importante ressaltar a carga horária de 408h para Prática de Ensino I e II, e de 96 h para estágios, porém consta da documentação apenas um programa para as três disciplinas.

Finalmente, no programa da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, encontrei a preocupação em transmitir aos alunos subsídios para o desenvolvimento de trabalhos científicos, além da preocupação em desenvolver-lhes o senso crítico.

O programa, além de introduzir o aluno no pensamento científico através dos filósofos Galileu Galilei, Francis Bacon, Descartes, propôs trabalhar ainda as etapas de estruturação de uma pesquisa e a elaboração de projetos, visando assim a que os alunos reconhecessem desde etapas até a estruturação do trabalho de pesquisa e chegassem à elaboração de projetos.

O conteúdo foi trabalhado através de aulas teóricas, estudo dirigido, seminários, vídeos e orientação de monografias. A avaliação foi proposta para ser efetuada por meio de provas teóricas, trabalhos e participação dos alunos. A bibliografia que constou do programa pareceu-me dar conta de quase todos os objetivos propostos, já que, bastante técnica, transpareceu que a maior preocupação poderia estar em confeccionar um trabalho dentro de moldes aceitáveis, e, a menor, em embasar estes conhecimentos na Filosofia que o sustenta.

É importante destacar que esta disciplina se encontra locada na grade para ser desenvolvida no terceiro ano e que a disciplina Filosofia está prevista para ser oferecida no quarto ano. Assim, entendo que cabe aqui uma

crítica, já que os conhecimentos trazidos pela Filosofia servem de sustentação à Metodologia da Pesquisa Científica. Este cuidado não foi tomado, o que me levou a supor que a organização das disciplinas na grade não foi objeto de atenção por parte dos responsáveis pela reestruturação do curso, oportunidade essa, oferecida pela legislação.

Pela análise realizada, encontrei uma alteração significativa de carga horária do currículo do ano de 1972 para o de 1991, em relação ao Departamento de Educação.

Este aumento observado poderia significar não só o cumprimento da lei, mas melhora na qualidade do Curso que até então vinha sendo oferecido.

Constato que, além das novas disciplinas que passaram a compor a atual grade curricular como: Aprendizagem e Desenvolvimento Motor, História da Educação Física, Administração da Educação Física e do Esporte, Didática aplicada à Educação Física, Filosofia da Educação, Psicologia aplicada à Educação Física e Metodologia da pesquisa científica, a carga horária das disciplinas que já existiam foi alterada de 60h para 68h.

Em Aprendizagem e Desenvolvimento motor, apesar de abordar o conteúdo como o próprio nome sugere, encontrei-o mais voltado para a Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Considero que esta não seja uma crítica, mas apenas uma constatação permitida pela análise da bibliografia sugerida no programa; uma preocupação maior com o indivíduo como um todo do que apenas com os aspectos motores do mesmo.

Em EPB notei um programa bastante modificado em relação a 1972. O da grade de 1991 não trouxe a preocupação com a doutrinação do povo, mas pretendeu uma tarefa grande e difícil de se desenvolver com profundidade em um ano. Extremamente genérico, propôs analisar o Brasil dos últimos 70 anos, não especificando sob quais aspectos se daria esta

análise, e a evolução da Educação Física nos últimos 50 anos. O primeiro pecou por não trazer critério de avaliação bem como bibliografia; o segundo, apesar de relacionar vários critérios de avaliação e propor leituras, continuou não indicando qualquer bibliografia, impossibilitando que se percebesse a ideologia que permeou o ato educativo. O docente não deixou transparecer as bases axiológicas do ato de ensinar.

A crítica que posso fazer em relação à disciplina História da Educação Física refere-se à ausência de objetivos, além de passar uma visão linear da história, detendo-se pouquíssimo na Educação Física do Brasil.

Não apresentando bibliografia, fiquei impossibilitada de saber que autores deram sustentação ao Curso que me pareceu extremamente desatualizado e superficial, não oportunizando aos alunos o desenvolvimento de uma visão crítica da área, nem o contato com diferentes visões sobre a mesma. Em um Curso de 3º grau, considero que seria mais importante ser trabalhada uma história processual em lugar de factual, como está caracterizado no programa.

O programa de Psicologia da Educação se sobrepôs ao de Aprendizagem e Desenvolvimento Motor, na medida em que, na listagem de conteúdos aparecem teorias da aprendizagem, sensação, percepção, desenvolvimento cognitivo, transferência de aprendizagem e características de crianças de 3 a 18 anos. Sobrepôs-se também ao programa de Didática Aplicada à Educação Física ao trabalhar a abordagem ambientalista e cognitivista.

Não constam do documento os objetivos que se pretendeu alcançar com o programa, os critérios de avaliação adotados e a bibliografia de apoio, dificultando perceber o que se pretendia com a disciplina e se o pretendido seria possível de ser conquistado.

Em Sociologia, que nesta grade curricular passou a se intitular Sociologia Aplicada à Educação Física, encontrei um programa extremamente extenso para ser desenvolvido em um ano de Curso com a carga horária que lhe foi atribuída e, além disto, dos 23 itens propostos, apenas 4 se relacionavam à área.

Em uma Licenciatura em Educação Física, o programa deveria buscar maior contexto. Da forma como se apresentou, seria mais indicado para um curso de Sociologia. A própria bibliografia demonstrou que os autores indicados eram em maior quantidade específicos da Sociologia Geral e da Educação e em número bem menor da Sociologia Aplicada à Educação Física.

Em relação à análise realizada sobre o programa de 1972, percebi um avanço, já que nesta época a disciplina servia como instrumento de doutrinação do povo, o que não ocorreu pela proposta da grade de 1991. O Curso ganhou em qualidade, apesar de ainda não ser o mais adequado a uma Licenciatura em Educação Física.

O programa da disciplina Organização e Administração da Educação Física e dos esportes pareceu-me que deixou de se preocupar com a escola que deveria ser o alvo principal em uma licenciatura, o que pude estar observando pela análise da listagem de conteúdos e da bibliografia proposta, apesar de trabalhar com alguns conteúdos de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, na ocasião que tratou das leis que regulamentavam a Educação Física no âmbito escolar.

O programa da disciplina Didática Geral, além de não trazer objetivos, o que por si só já é uma grande falha, pois essa é a disciplina que deveria ensinar ao aluno a importância de se traçar os objetivos para se desenvolver um bom trabalho, tratou de conteúdos que nada tinham a ver com sua especificidade. Foi uma disciplina que ficou absolutamente

deslocada dentro do Curso, pois acabou se sobrepondo ao conteúdo das disciplinas do Departamento de Desportos.

Em relação ao programa de 1972, a qualidade decaiu muito, pois o primeiro tratou de conteúdos específicos da disciplina, o que o segundo não possibilitou.

Dando continuidade ao estudo, passarei à análise dos programas das disciplinas que compunham o departamento de Ciências Biológicas no currículo implantado a partir da grade de 1991.

Em termos de carga horária pude constatar o aumento de 139h. em relação ao período anteriormente analisado. Houve o acréscimo das seguintes disciplinas: Nutrição e Metabolismo aplicada à Educação Física e ao esporte, Fundamentos da Fisioterapia e Fisiologia do Exercício.

Concluí também que houve decréscimo de carga horária na disciplina Biologia que passou de 90 para 68h, Biometria que passou de 45 para 34h, assim como Higiene e Socorros de Urgência. Situação contrária encontramos em Anatomia que passou de 60 para 68h., o mesmo ocorrendo com Fisiologia Geral e Cinesiologia.

A análise do programa da disciplina Anatomia ressaltou, naquele momento, o objetivo de conhecer, pelo estudo da Anatomia, sua história e divisões, além de dar aos alunos os conhecimentos básicos sobre a Anatomia do corpo humano, bem como seus eixos e planos.

Como conteúdo programático, listou: definições; história e divisões da Anatomia; planos e eixos do corpo humano; organização do corpo humano; aparelho locomotor; sistema esquelético, muscular, nervoso, cardiovascular, respiratório, digestivo e urogenital. Propôs que o sistema de avaliação se

desse através de provas e trabalhos, e que fossem desenvolvidas aulas teóricas e práticas.

A bibliografia apresentada continha 4 livros, constando apenas o nome da obra e do autor.

Se neste momento a disciplina evoluiu no sentido de se preocupar em apresentar os livros que embasavam o Curso e atraiu para si o Sistema Nervoso, que em 1972 era atribuído à cadeira de Biologia, motivo de críticas, involuiu ao apresentar um programa menos específico do que o do período anterior. Os objetivos de ambos se equivalem, porém em 1972 foi destacada a preocupação em relacionar esta disciplina às demais do Curso.

Quanto às aulas práticas, nos dois momentos não ficam claras as condições físicas necessárias para que sejam efetivadas as propostas feitas.

No programa da disciplina Fisiologia Geral, encontrei, naquele momento, como objetivos, que o aluno conhecesse os princípios básicos da Fisiologia humana, além de relacioná-la à atividade esportiva, levando-o a compreender a importância da Fisiologia na atividade do profissional de Educação Física.

Como conteúdo programático, foi apresentado: funções celulares; transporte pela membrana celular; meio interno e homeostase; transferência de informações; comportamento da célula nervosa; nervos; organização geral do sistema nervoso; sinapse; encéfalo; visão; audição; equilíbrio; contração muscular; placa mioneural; sangue; tipos celulares; plasma; anticorpos; hemoglobina; grupos sanguíneos; fisiologia do sistema cardiovascular; fisiologia respiratória; fisiologia da digestão; fisiologia renal; metabolismo, hormônios e reprodução.

A avaliação que constava do programa indicava que seriam aplicadas provas sem especificar o tipo utilizado. Esse programa carecia de

bibliografia, mas avançava no sentido da preocupação em estabelecer objetivos para o Curso.

Em relação ao conteúdo desenvolvido, ambos se equivalem (1972/1991) e com referência à bibliografia nenhum dos dois programas apresentou qualquer indicação.

Já no programa da disciplina Biologia, encontrei como objetivos: o aluno deverá ser capaz de reconhecer a célula e suas estruturas, como também os diversos tipos de tecidos do corpo humano, com o objetivo de fornecer subsídios para o curso de Fisiologia.

Como conteúdo programático, lista: Citologia; Histologia; Embriologia, Reprodução Humana e noções de Genética. Não especificou o que pretendia trabalhar em cada um destes tópicos e, ao analisar o documento, ficou explícito que as aulas seriam teóricas, já que não mencionou as de laboratórios.

Como critérios de avaliação, apareceram trabalhos de pesquisa bibliográfica que seriam quatro e ainda a realização de duas provas dissertativas e/ou de múltipla escolha. O critério sobre o tipo de prova não foi esclarecido. Encontrei neste programa a indicação bibliográfica que apresenta algumas falhas, pois não foram citados os anos de publicação dos livros. É de se destacar que encontrei livros indicados para trabalho com segundo grau, o que me causou estranheza, já que se tratava de um Curso de Biologia para terceiro grau. Acho relevante destacar que esta disciplina se sobrepôs à Fisiologia, na medida em que trabalhou Reprodução Humana.

Se o programa dessa disciplina no currículo de 1972 pecou por não especificar os objetivos do Curso, critérios de avaliação e referências bibliográficas, o que não ocorreu com o de 1991, aquele apresentou-se mais detalhado do que o último. Seria esta uma disciplina indispensável numa

licenciatura em Educação Física? Outras disciplinas não poderiam englobar seu conteúdo?.

Os programas da grade anterior - 1972 e atual - 1991 da disciplina Cinesiologia parecem se equivaler em conteúdo, ainda que o de 1972 fosse mais específico. O programa de 1991 trouxe como objetivos: retomar os conhecimentos das disciplinas Anatomia, Fisiologia e Biologia, além dos princípios da Física, compreender o estudo dos movimentos humanos histórica e antropologicamente, e também auxiliar o futuro profissional na compreensão das diversas atividades físicas.

Parece-me que esta disciplina avançou na tentativa de estabelecer ligações entre outras disciplinas do Curso, o que é uma preocupação louvável. Resta-me saber se, com a carga horária que lhe foi destinada, esta meta poderia ser alcançada.

Constava do programa que ocorreriam aulas práticas, mas não ficou claro como e onde seriam ministradas estas aulas.

A bibliografia indicada foi coerente com o Curso pretendido, mas deixou de especificar os anos de publicação dos livros, o que impediu a percepção da atualização do mesmo.

Neste novo currículo de 1991, passou a fazer parte da grade curricular a disciplina Nutrição e Metabolismo Aplicados à Educação Física e ao esporte, que trouxe como objetivo dar ao aluno noções de Nutrição, para que ele pudesse ler livros e assistir a palestras na área de Nutrição, sem maiores dificuldades.

Este objetivo me pareceu bastante frágil para sustentar uma disciplina de um ano com carga horária de 68h, numa licenciatura em Educação Física.

Como conteúdo programático, encontrei: introdução aos estudos de nutrição; o profissional de nutrição; recursos para o nutricionista; macro e micro nutrientes; glicídios; lipídios; proteínas; minerais; vitaminas; valor energético dos alimentos; medidas do consumo energético; requerimentos energéticos totais; digestão; absorção; metabolismo; normas e padrões nutricionais; planejamento alimentar; responsabilidade do nutricionista; funções do nutricionista; inter-relação nutricionista-cliente; hábitos alimentares regionais, culturais e religiosos; perdas e deterioração e preservação de alimentos; a nutrição e os processos de crescimento e desenvolvimento; nutrição na gestação; lactação; primeira e segunda infância do pré-escolar e do escolar; alimentação aplicada ao adolescente esportista ou ao atleta, e desnutrição.

Pelo exposto, pude considerar que o conteúdo traduziu a preocupação com a carreira de nutricionista e com a nutrição e sua relação com a Educação Física; apesar de bastante extenso e detalhado, pareceu-me que dificilmente se conseguiria ministrá-lo em um ano de Curso, além do que, deixou de lado qualquer atenção ao universo dos idosos.

A avaliação se deu através de provas e trabalhos sem especificação do tipo. A bibliografia indicada pareceu-me coerente com o Curso, apesar de não constar o ano de publicação dos livros, ficando assim impossível, por esta análise, verificar algo sobre a atualização dos mesmos.

No decorrer de 19 anos, o programa da disciplina Biometria em absolutamente nada se alterou, mantendo a mesma estrutura. É de se estranhar essa ocorrência, dando a entender que nenhuma pesquisa tenha sido feita para que se pudesse atualizar este conteúdo.

Como não consta do programa a bibliografia que o sustentava, o que impediu que se percebesse a qualidade e época de edição dos livros utilizados, acabo não podendo concluir nada sobre os motivos de tal

estagnação. Chamou-me à atenção o fato de que em 1972 a carga horária desta disciplinas era de 45h e em 1991 a mesma se reduz para 34h, mantendo contudo o mesmo programa.

O que observei na disciplina Biometria, constatei na disciplina Higiene, com uma ressalva. Pude notar pela análise que o conteúdo não se alterou, mas neste momento já ocorreu a preocupação em delimitar objetivos como: preparar o professor para as suas funções nos estabelecimentos de ensino, em seus diversos ciclos escolares e nas associações atlético-desportivas, relacionados à defesa coletiva e individual da saúde.

Cabe ainda pontuar que não ficou clara a “função” do professor dentro da escola, já que o documento não especificou nem tampouco apresentou critérios de avaliação ou bibliografia. Com relação à possibilidade de melhoria da qualidade da disciplina oferecida, posso considerar que, pela análise do programa, não houve condições para afirmá-la no Curso oferecido.

Como um dos acréscimos efetuados na reformulação curricular de 1991, passou a fazer parte da grade curricular a disciplina Fundamentos da Fisioterapia, trazendo como objetivos proporcionar ao professor de Educação Física noções básicas sobre o trabalho do fisioterapeuta, elaborar a diferenciação entre seu trabalho e o do professor de Educação Física, além de permitir que o licenciado tenha condições de reconhecer e encaminhar indivíduos que necessitem de tratamento fisioterápico.

Pela análise do conteúdo que listarei a seguir, esta disciplina estaria melhor localizada num curso de fisioterapia, pois trata de assuntos como: o que é fisioterapia; papel do fisioterapeuta; áreas de atuação da fisioterapia; indicação e contra indicação da termoterapia, hipotermoterapia, hipertermoterapia, eletroterapia, parafina, forno de Bier, ondas curtas, ultrassom, correntes galvânicas, hidroterapia, sauna, banhos de imersão, compressas, turbilhão, massoterapia, massagem clássica, massagem reflexa,

drenagem linfática, técnicas Orientais, cinesioterapia; a fisioterapia nas principais lesões traumáticas, neurológicas, nos problemas posturais, em cardiologia, em ginecologia e obstetrícia, e em estética.

Como critérios de avaliação, encontrei apenas que seriam realizadas duas provas individuais e a bibliografia que sustenta o programa carece das datas de publicação das obras, que eram manuais de exercícios de reabilitação em sua maioria.

Não me parece função do professor de Educação Física, indicar tratamento de espécie alguma para seus alunos, função esta relacionada à atividade do médico que acompanha o paciente lesionado. A meu ver, o professor deveria trabalhar com a prevenção dos traumas e não quando os mesmos já se instalaram, como sugere o programa analisado. Não me pareceu uma disciplina relevante na grade desta licenciatura, pelos conteúdos apresentados.

Na disciplina Socorros Urgentes, encontrei, naquele momento, um programa idêntico ao utilizado em 1972, o que me causou estranheza, já que, não tendo se alterado em absolutamente nada, levou-me a pensar se em 19 anos nada se tenha avançado em termos de socorros a vítimas de lesões.

O programa atual acrescentou, em relação ao inicial, apenas a bibliografia que, mesmo assim carece das datas de publicação. A maneira como foram apresentados os critérios de avaliação impediu-me de perceber se os alunos teriam a oportunidade de atuar na prática sobre os diversos tipos de traumas que o programa relacionou. Ao que tudo indica, este era um Curso estritamente teórico.

Outra disciplina que passou a compor a grade curricular da FEFISA foi Fisiologia do Exercício, que trouxe como objetivo dar um embasamento científico acerca das respostas orgânicas e funcionais, bem como oportunizar

condições para que os alunos possam relacioná-las a qualquer forma de atividade física, seja ela em treinamento de alto nível, Educação Física escolar ou condicionamento físico.

Como conteúdo, encontrei: bioenergética (ATP-CP, glicólise, metabolismo oxidativo, substratos energéticos); neurofisiologia (potencial de membrana, de ação, sinapse, placa motora, contração muscular, proprioceptores, tipos de fibra muscular); fisiologia respiratória (fisiologia da respiração - mecânica, trocas gasosas, percepção da respiração, ajustes ventilatórios ao exercício); fisiologia cardiovascular (ajustes cardiovasculares ao exercício, transporte de gases pelo sangue); avaliação da aptidão física (potência aeróbica, anaeróbica, limiar de acidose metabólica, funções neuromusculares); "dopping"; regulação da temperatura e adaptações fisiológicas nas grandes altitudes.

A avaliação é realizada através de provas escritas privilegiando a opinião pessoal do aluno, sendo ainda solicitados trabalhos. Constava do programa da disciplina que poderiam ser introduzidas palestras e algumas aplicações práticas, sem especificação sobre as palestras e práticas.

A bibliografia indicada me pareceu coerente ao programa proposto, apesar de básica.

É de se salientar que, no período em questão a Faculdade não dispunha de laboratório de fisiologia e nem de aparelhagem específica que pudessem estar contribuindo para melhor qualidade do Curso oferecido, o que me pareceu ser basicamente teórico.

Dando continuidade ao estudo, passarei à análise dos programas das disciplinas que compunham a grade da FEFISA do Departamento dos Desportos, do ano de 1991.

A carga horária, que era de 780h em 1972, passou a 1224h em 1991. O Departamento de Educação teve sua carga horária aumentada sugerindo maior preocupação com as disciplinas que o compunham; pode notar que no Departamento dos Desportos houve a mesma preocupação.

Através da análise dos programas procurei identificar se o aumento de carga horária significou possibilidades de melhoria na capacitação oferecida.

Assim passo a apresentar o resultado dessa análise:

No programa da disciplina Teoria e Prática Metodológica do Atletismo I, pude verificar a presença de objetivos tais como: prática das atividades atléticas de pista de acordo com os princípios da técnica e do regulamento internacional de atletismo; aquisição de conhecimento para orientação e aprendizagem do educando; proporcionar razoável habilidade para a prática das atividades programadas e demonstração aos futuros educandos; conhecimento das técnicas e táticas utilizadas nas provas de pista; conhecimento e utilização da terminologia adequada e dos utensílios atléticos; esclarecimento da importância destas atividades no desenvolvimento escolar e em auxílio a outras modalidades esportivas, assistência a competições e atuação na função de arbitragem sobretudo no âmbito escolar e universitário.

Em relação ao conteúdo programático, encontrei como única preocupação as técnicas da corrida de fundo, meio fundo, de velocidade, revezamento sobre barreiras e esclarecimentos sobre a pista de Atletismo.

Na metodologia para o desenvolvimento do programa, foram utilizadas aulas expositivas e práticas. Como critério de avaliação, constou do documento apenas que ela seria teórica e prática e que seriam avaliados a assiduidade, estágios e relatórios de competições.

Não encontrei nenhuma bibliografia que sustentasse o programa mas ficou bastante evidente a questão de se estar privilegiando a técnica na execução das provas, em detrimento de aspectos mais voltados ao ensinar a ensinar.

Talvez a modalidade “corrida” fosse a preferência do professor que ministrava o curso, já que não encontro outra justificativa para que o mesmo ocupasse um ano inteiro do Curso com o desenvolvimento de apenas um dos componentes da modalidade, e acumulasse para o ano seguinte oito outros componentes.

Em 1972, o tópicos do programa se encontravam melhor distribuídos. Ao comparar os programas das duas grades, se o segundo avança em termos de apresentar objetivos ainda que essencialmente técnicos, o primeiro distribuiu melhor o conteúdo pelo tempo disponível e ambos carecem de bibliografia. Não se pode afirmar que houve melhora em termos de qualidade, ainda que a carga horária tenha sido aumentada.

No programa da disciplina Teoria e Prática Metodológica do Atletismo II, encontrei objetivos idênticos aos do programa de Atletismo I. Causa-me estranheza que dois programas diferentes, ministrados para alunos de 1º e 2º anos, pretendam, com o desenrolar da disciplina, alcançar os mesmos objetivos. Em alguns momentos, pareceu-me que se previu o que se pretendeu alcançar apenas para cumprir no papel um modelo de programa apresentado. A meta menos prioritária seria o ato educativo que requer reflexão para que se possa elaborar um programa adequado e comprometido com o Curso e com os alunos.

Como já citado anteriormente, este programa pretendeu em um ano desenvolver um conteúdo por demais extenso, contendo oito componentes a saber: salto em distancia; salto em altura; salto triplo; arremesso de peso; lançamento de disco; lançamento de dardo, salto com vara e lançamento de

martelo. A metodologia para o desenvolvimento das aulas é a mesma, assim como os critérios de avaliação. Tal qual o programa anterior não apresenta bibliografia que o embase, mas deixa claro que é basicamente técnico.

Em relação ao programa de 1972, não se pode afirmar que tenha avançado em termos de qualidade, apesar da carga horária ter sido aumentada.

No ano de 1991, foi introduzida na grade curricular a disciplina Treinamento Desportivo, que apresentou como objetivo: desenvolver a disciplina para alunos do quarto ano da graduação. É sem dúvida um objetivo que nada esclarece sobre a justificativa da presença da mesma numa licenciatura em Educação Física.

Como conteúdo programático, listou o seguinte: velocidade; flexibilidade; capacidades neuromotoras; treinamento técnico e tático; treinamento psicológico; estatísticas em esportes, obesidade e sedentários.

As aulas seriam teóricas e práticas e o critério de avaliação se constituiu de quatro provas e trabalhos. Considero excessivamente vago e impreciso este programa, pois além do que já foi dito, ainda carece de uma bibliografia que o sustente.

Analisar este programa, na forma em que se apresentou, acabou por se tornar tarefa difícil e imprecisa e, portanto, nada posso afirmar em termos de qualidade. O mesmo ocorreu com o programa da disciplina Condicionamento Físico. Apresentou como objetivo “desenvolver a disciplina para alunos do terceiro ano da graduação”. Como conteúdo listou: estrutura da Educação Física; capacidades e habilidades; princípios do treinamento, periodização, resistência e força.

Por que se trabalhar princípios do treinamento em Condicionamento Físico? Por que se trabalhar resistência e força na disciplina Condicionamento

Físico, velocidade e flexibilidade na disciplina Treinamento Desportivo? Muitas dúvidas me surgiram quando comparei estes dois programas que parecem ter se “ajeitado” em função dos professores mais do que qualquer outro motivo. O que era programa de uma disciplina passa a ser dividido entre duas. Tal qual a disciplina anterior, carece de bibliografia que o embase, o que dificultou uma melhor análise.

Dando prosseguimento ao estudo, passo ao programa da disciplina Ginástica Geral I Feminina. Encontrei como objetivos gerais a preocupação com o desenvolvimento de habilidades que possibilitem ao aluno uma postura crítica frente a sua atividade profissional.

Quanto a objetivos específicos, o aluno deverá ser capaz de conhecer e utilizar a terminologia relacionada a profissão, conhecer o maior número possível de processos pedagógicos e atividades programadas para posterior aplicação no campo profissional, desenvolver esquemas de aula, transferir para outras áreas capacidades e habilidades desenvolvidas na disciplina e participar das atividades de maneira espontânea, consciente, altruísta e entusiástica, segundo desejáveis normas de conduta moral, social e higiênica.

Quanto ao conteúdo programático, preocupou-se com a terminologia e suas aplicações, exercícios naturais e construídos desenvolvimento de capacidades e habilidades individuais, exercícios de formação corporal com pequenos e grandes aparelhos; estudo prático dos aparelhos, movimento rítmico, espaço tempo e suas determinantes, aquecimento e esfriamento exercícios de destreza, aplicações teórico-práticas dos processos pedagógicos e seqüências ginásticas.

Como critério de avaliação utilizou-se de provas teórico-práticas, estágios e citou que os alunos seriam avaliados durante todo o processo.

Não esclareceu contudo sobre a bibliografia que utilizou como embasamento para a disciplina.

Tanto o programa da grade de 1972 quanto o de 1991 trouxeram um perfil higiênico e se preocupavam em trabalhar as habilidades e capacidades dos alunos da graduação. Pela análise do documento, nos dois períodos estudados, houve uma grande preocupação com os processos pedagógicos. Poderia dizer até que o programa de 1991 se restringiu a passar inúmeros processos pedagógicos para que as alunas pudessem se utilizar deles em sua prática.

Não haveria crítica se pudéssemos perceber que o Curso não se restringia apenas a eles. Seria necessário que houvesse preocupação com a contextualização dos movimentos vivenciados e a importância desses para a melhoria da adaptação do aluno aos ambientes cotidianos, e mais, a reflexão sobre o apreendido. Pela documentação existente, não posso afirmar que este foco existiu. Não foi possível, portanto, concluir que houve avanço no sentido de melhora da qualidade do programa da disciplina.

No programa de Ginástica Geral II Feminina, encontrei os mesmos objetivos de Ginástica I, acrescentando como objetivo específico o conhecimento dos principais grupos musculares e sua cinemática. No meu entendimento, este seria um conteúdo e não objetivo, acrescentando que estes conteúdos se referem a disciplinas outras como Anatomia e Cinesiologia.

Como conteúdo programático, listou: testes e avaliações em ginástica geral; elaboração de seqüências ginásticas e sua estrutura teórica; ginástica com e sem aparelhos explicando que fará uso dos aparelhos utilizados pela ginástica olímpica; estudo das capacidades físicas e habilidades motoras; circuitos de ginástica; destrezas (roda ,rodante, parada em 3 e 2 apoios, reversão livre) e estudo dos grupos musculares.

Como critérios de avaliação, citou provas teóricas e práticas além de trabalhos e estágio. Não indicou nenhuma bibliografia. Pude perceber que alguns conteúdos se sobrepõem aos de outras disciplinas do Curso, principalmente Anatomia e Ginástica Olímpica.

No meu entendimento, pela comparação com o programa de 1972, não posso afirmar que houve avanços em termos de qualidade do programa e nem tampouco de atualização, já que inexistiu uma bibliografia que pudesse levar a este entendimento.

Na disciplina Ginástica Geral III feminina, encontrei o mesmo objetivo geral da Ginástica II. Os objetivos específicos se assemelhavam muito também, diferindo apenas no que dizia respeito ao reconhecimento da ginástica geral como campo profissional amplo e sua importância na formação do professor de Educação Física. No meu entendimento, este objetivo seria geral e não específico.

Como conteúdo programático desenvolveu: ginástica corretiva; ginástica alternativa; hidrogenástica; aeróbica; "steps" e trampolim acrobático. Relacionou os seguintes critérios de avaliação: provas práticas, teóricas, trabalhos e estágios. Novamente não encontrei nenhuma indicação de bibliografia.

Comparando os programas dos dois períodos, 1972 e 1991, posso constatar que o segundo avança no sentido de se preocupar com os objetivos do Curso ainda que um tanto confusos, porém o primeiro em nível de conteúdo, é mais detalhado. Não consigo, mais uma vez, constatar alterações que permitam concluir qualificação da disciplina.

Analisando a seguir o programa da disciplina TPM da Ginástica I masculina. O trabalho não foi difícil já que era idêntico ao de Ginástica I feminina, no que se referia a objetivos, demonstrando ser um programa

essencialmente técnico. Ambos eram vagos em relação à avaliação, pois, através da descrição das mesmas, não se percebia qual nota teria maior peso no cálculo da média. O conteúdo desenvolvido foi o mesmo, e portanto a crítica é a mesma.

Em comparação ao programa do período anterior, diria que o primeiro é mais detalhado em termos de conteúdo, porém não posso afirmar que o tempo que passou fez com que a disciplina avançasse em termos de qualidade, pela documentação disponível para análise.

Ao analisar o programa da disciplina Ginástica II masculina, encontrei os mesmos objetivos gerais da Ginástica I. Os específicos, muito assemelhados.

No que diz respeito ao conteúdo desenvolvido, apareceu a seguinte listagem: testes e avaliação em Ginástica Geral; elaboração de seqüências ginásticas e sua estrutura teórica (croqui); Ginástica com e sem aparelhos; estudo das capacidades físicas e habilidades motoras; circuitos de Ginástica, destrezas e estudo dos grupos musculares.

O critério de avaliação mencionado foi vago, já que não explicou como seriam atribuídos pesos às avaliações teóricas e práticas. Nada foi encontrado sobre a bibliografia que embasou o Curso.

Os conteúdos desenvolvidos na Ginástica I e II eram muito assemelhados. Trabalharam-se conteúdos comuns a outras disciplinas, e, em relação ao programa de 1972, poderia afirmar que houve poucas alterações em termos gerais.

Em Ginástica III masculina, encontrei os mesmos objetivos relacionados em Ginástica I e II. O conteúdo, idêntico ao de Ginástica III feminina, assim como os critérios de avaliação, e, da mesma forma que os

anteriores não se citou bibliografia. Comparando com o programa de 1972, percebi que não se pode afirmar que houve avanço.

Questiono o motivo da separação entre turmas masculinas e femininas. Tentando compreender esta dinâmica, ocorreu-me a suposição de que estivessem naquele momento tanto quanto em 1972, cobrando performance dos alunos, já que, se não fosse por isso, não haveria outra explicação que justificasse tal atitude. Tal cobrança fere a principal intenção de uma Licenciatura que é “ensinar a ensinar”.

No período ora analisado, a Instituição acrescentou à sua grade a disciplina Ginástica Olímpica. Separou as turmas em feminina e masculina, da mesma forma que ocorreu anteriormente em Ginástica I, II e III.

No programa de Ginástica Olímpica masculina, encontrei como objetivos: o educando deverá apresentar habilidades para executar satisfatoriamente os exercícios do programa, desenvolver profundamente a parte didática e pedagógica, proteger e dar segurança aos colegas e futuros alunos, apresentar conhecimentos de seqüências pedagógicas para sua utilização na iniciação em ginástica olímpica, apresentar melhoria das condições físicas individuais da coordenação neuro-muscular, indispensáveis para participar satisfatoriamente das atividades do programa.

Como conteúdo programático, relacionou: conhecimento dos aparelhos; montagem e proteção em cada um deles; nomenclatura das empunhaduras; aquecimentos diversos; exercícios básicos para cada aparelho; técnica de aprendizagem e educativos para sua fixação; exercícios de ligação entre séries; noções do código de pontuação; noções da preparação e desenvolvimento de uma competição oficial; noções básicas de mini-tramp; cama elástica, plinto e banco sueco.

Constavam do documento, como critérios de avaliação, provas escritas e práticas, participação e colaboração dos alunos além de “prática de ensino”, sem determinar à que prática se referia. Apresentou bibliografia de quatro autores (9 livros), sem citar os anos de publicação. Apenas um desses livros se referia à escola (A ginástica de aparelhos nas escolas. Crianças de 6 a 11 anos - Koch, Karl, sem data de publicação)

Na análise do conteúdo, constatei tratar-se de um programa bastante técnico, porém encontrei a preocupação com a escola e com a pedagogia da ginástica olímpica. Como não apareceu no programa o critério de cálculo de médias, não posso afirmar que o professor privilegiava a teoria e \ ou a prática da modalidade. Talvez, se fosse mais específico, me permitisse afirmar sobre a coerência do mesmo dentro de uma licenciatura.

No programa da disciplina Ginástica Olímpica feminina, apareceram os seguintes objetivos: dar condições ao aluno de aplicar a ginástica olímpica como esporte de iniciação e competições nos vários níveis em clubes, academias, e escolas, reconhecer e saber relacionar os processos de ensino e aprendizagem específicos nas quatro provas femininas, aprimoramento técnico, conhecer a técnica de execução e erros a evitar, conhecer e adaptar formas de ajuda e proteção, idealizar um programa de preparação física, idealizar um planejamento para diferentes níveis e objetivos, subdividir o treinamento de acordo com a periodização.

Como conteúdo programático, listou: código de pontuação; preenchimento de súmula; séries livres e obrigatórias; direitos e deveres dos ginastas; técnicos e árbitros; salto sobre o cavalo; paralelas assimétricas; trave de equilíbrio; solo; nomenclatura, origem e dimensão dos aparelhos; aparelhos auxiliares; técnica de execução das 4 provas femininas (cavalo, paralelas assimétricas, trave, solo); programa de preparação física, métodos de treinamento e periodização.

Quanto aos critérios de avaliação refere-se a provas práticas, teóricas, trabalhos, estágios e monografias de fim de Curso. No item bibliografia recomendou 13 livros essencialmente técnicos.

O programa feminino se apresentou extremamente técnico. É de se estranhar que a mesma disciplina apresentasse programas díspares no que se refere aos grupos masculino e feminino.

Parece-me que a chefia de Departamento não deu atenção a essa particularidade que, a meu ver, é essencial. Apesar de entender que em nível de aparelhos, a Ginástica Olímpica feminina e masculina trabalham conteúdos diferentes, numa licenciatura onde a preocupação maior deveria ser “ensinar a ensinar” as turmas poderiam ser mistas e o conteúdo único.

No programa da disciplina Ginástica Infantil não encontrei objetivos, critérios de avaliação ou bibliografia. Consta do documento uma referência à teoria que lista o seguinte conteúdo: Educação e Educação Física (conceitos); características da Educação Física infantil; atividades mais indicadas de acordo com a faixa etária; desenvolvimento motor e suas características; características da vida pré - adulta; plano de aula; esquematização do “eu” corporal; estudo da relação espaço/tempo; estudo das qualidades físicas e formas básicas em cada faixa de idade; o jogo , conceito, classificação e aplicação e atividades extracurriculares.

Como trabalho prático, relacionou: exercitação do domínio espaço/tempo; trabalho com qualidades físicas e formas básicas, com aparelhos e elementos; diferentes tipos de jogos; matroginástica; iniciação ao atletismo; atividades rítmicas; teatro e trabalhos com sucatas.

Não apresentou os critérios de avaliação e nem bibliografia.

Comparando o programa atual com o de 1972, constatei que não houve alteração em termos de conteúdo. Não posso afirmar que tenha

ocorrido avanço. Os dois programas não apresentam os mesmos itens essenciais, para que se pudesse afirmar sobre sua atualização. Pela análise do documento, esta disciplina permaneceu inalterada ao longo de todos estes anos, além de se sobrepor ao conteúdo desenvolvido pelas disciplinas Aprendizagem e Desenvolvimento Motor, Ginástica e Recreação.

No programa da disciplina TPM do Basquetebol, encontrei nove objetivos que propunham noções gerais sobre a criação do jogo e sua evolução em diferentes épocas; organização da modalidade junto a entidades esportivas; encaminhar o aluno à aprendizagem básica, alicerce do trabalho físico e técnico; proporcionar condições de um avanço técnico e tático da modalidade; orientar os alunos quanto à psicologia do jogo; analisar e medir os resultados alcançados e proporcionar ao educando a realidade do jogo tanto no que se refere ao atleta quanto ao dirigente.

Quanto ao conteúdo das aulas teóricas: histórico; regras; súmulas; organização desportiva da modalidade (campeonatos, torneios, jogos colegiais). Quanto ao conteúdo das aulas práticas: fundamentos; automatização; jogos recreativos; preparação para o jogo, treinamento técnico específico e aperfeiçoamento técnico.

O programa citou como um dos itens, "participação psicológica" e listou: filmes, "slides", livros, premiação, amor à camisa, idolatria, mas não esclareceu sobre a que se refere.

Como critérios de avaliação apenas citou provas teóricas e práticas, não esclarecendo o peso de tais avaliações na nota do aluno. Mencionou que seriam avaliadas a participação, a conceituação a aplicação prática e os trabalhos de pesquisa. Não indicou qualquer bibliografia que embasasse o programa.

No meu entendimento, apresentou um programa bastante técnico se considerar o conteúdo listado, além de confuso em alguns tópicos. Como não indicou bibliografia, dificultou o entendimento de avanço em relação ao período anteriormente analisado.

No programa da disciplina TPM do Voleibol, os objetivos eram apresentar a modalidade sempre de forma tanto pedagógica como lúdica, técnica e tática, dar ao aluno subsídios para que ao final do Curso possa dar aulas para, no mínimo, iniciantes.

Como conteúdo, não avançou em relação ao do programa de 1972, porém apresentou os critérios de avaliação utilizados, apesar de omitir critérios para cálculo de notas que permitisse que se pudesse perceber se a técnica era considerada de maior valor dentro do Curso. Apresentou uma bibliografia onde constavam 14 livros, sem as datas de publicação, o que me impediu de avaliar a atualização do Curso.

Em termos de conteúdo, os programas dos dois períodos, 1972 e 1991, se equivalem, porém no último percebo um avanço em termos de apresentar objetivos e bibliografia, apesar de não poder afirmar nada sobre questões relevantes, como citei anteriormente.

Neste momento passou a fazer parte da grade curricular do Curso a TPM do Handebol, que apresentou os seguintes objetivos: dar condições para que o aluno tenha conhecimentos técnicos pedagógicos para orientar a iniciação e o desenvolvimento do Handebol; dar condições ao aluno para uma situação de avaliação do grupo, para melhor aprendizado dos fundamentos e técnicas.

Quanto ao conteúdo desenvolvido, referia-se essencialmente a fundamentos, técnicas, táticas, regras e processos pedagógicos para iniciação. A avaliação se deu através de provas escritas e práticas, relatórios

e pesquisas. Não esclareceu sobre o peso das avaliações ou tipos de pesquisas. A bibliografia indicada carecia de datas de publicação e se restringia à técnica, impossibilitando afirmar algo sobre sua atualização.

O programa da disciplina TPM da Natação apresentou como objetivo dar condições ao futuro profissional de exercer sua função educativa no aspecto formal e não formal, além de propor atuações no desporto, lazer, Educação física e Educação. Demonstrava preocupações em nível do conhecimento teórico e prático dos 4 estilos com saídas e viradas, salvamento, primeiros socorros e planejamento de aulas de iniciação, aperfeiçoamento, festivais e competições.

No que se referia a conteúdo programático, apresentava introdução aos aspectos psicológicos, pedagógicos, bio-mecânicos e biológicos relacionados à natação, definição dos diferentes nados, bases pedagógicas da natação, fatores preponderantes para um bom aprendizado, bases mecânicas da natação, princípios mecânicos dos nados crawl, coordenação dos movimentos de pernas e braços, respiração, saídas, viradas, chegadas, educativos e correções. Refere-se aos mesmos procedimentos nos nados costas, peito e borboleta, planejamento de iniciação e aperfeiçoamento, planos de aula, estilos de ensino, bases biológicas da natação (cardio respiratória, músculo esquelética e hormonal), nado “medley”, metodologia do treinamento, regras atualizadas e balizamentos, salvamento, transporte, primeiros socorros e organização de competições.

Quanto aos critérios de avaliação citava, provas teóricas e práticas, auto avaliação, progressão em aula através da observação, trabalhos em grupos. Nada citou sobre observar os alunos ministrando aulas e deu o entendimento de que os alunos seriam avaliados em aula pelo progresso que apresentassem na técnica dos diferentes nados, quando mencionou que os mesmos seriam avaliados através de testes de progressão em aula. Não

indicava bibliografia, o que dificultou a análise sobre a tendência ou atualização do Curso

Comparando o programa da grade de 1991 com o de 1972, poderia dizer que este acrescenta objetivos que o anterior omitia. O último é mais detalhado, porém em termos de conteúdo pouco se acrescentou. Se o de 1972 não esclarecia sobre critérios de avaliação, o último os apresentou de modo vago, impedindo mais uma vez a compreensão dos pesos atribuídos às provas teóricas e práticas. Ambos pecaram por não apresentar bibliografia.

Passando a análise do programa da disciplina TPM da Recreação, encontrei um item intitulado “resumo do programa” que propõe estabelecer a relação entre as atividades recreativas e o nível educacional, social e comunitário, a estimulação e valorização de manifestações culturais, bem como integração e fundamentação da recreação escolar. Os objetivos propostos diziam respeito à intenção de oportunizar uma visão crítica sobre a recreação em nível teórico e prático, proporcionar um enfoque para a valorização da recreação em todas as situações do cotidiano e conscientizar quanto a importância de uma postura adequada do profissional.

Na listagem de conteúdos, apresentou definição de lazer e recreação, perfis de animador, supervisor e do técnico em recreação, tipos de jogos, rodas e brincadeiras cantadas, atividades de quebra gelo, importância das atividades lúdicas, características de diferentes faixas etárias, gincanas, matroginástica, atividades para dias de chuva, hotéis e colônias de férias, acampamentos e acantonamentos, E.P.T., ruas de lazer, recreação comunitária, jogos folclóricos, pequenas e grandes festas.

Como critérios de avaliação, apresentou provas teóricas escritas e práticas elaboração e entrega de projetos, participação em eventos propostos de forma espontânea e conseqüente entrega de relatórios.

A bibliografia indicada compunha-se de 13 livros e todos com data de publicação de mais de sete anos. Entendo que esta bibliografia deveria ser mais atualizada e que não deveria conter tantos manuais (cinco), o que no meu entendimento passa a impressão de se tratar de um Curso que tende muito mais para a técnica do que para as discussões relevantes e atuais sobre a área da recreação e do lazer.

Considero que não houve avanço em termos de qualidade, se comparar o programa de 1972 e 1991; contudo este último tornou-se um grande manual com várias “receitas” de jogos e brincadeiras, longe de poder criar uma visão crítica em nível teórico sobre a Recreação e o Lazer, já que a bibliografia indicada não dá sustentação para que se atinja esse objetivo.

Outra disciplina que compõe este departamento é a TPM da Ginástica Rítmica. Não apresenta objetivos quer relacionados com o Curso, quer específicos da disciplina. Apresenta a seguinte listagem de conteúdos: histórico da evolução das técnicas modernas da ginástica desde o final do século passado até os dias atuais, princípios pedagógicos da Ginástica Moderna, estudo do ritmo, ritmo natural, individual, grupal, fenômenos dinâmicos do ritmo, ritmo de apoio, métrica, Educação rítmica, domínio espaço/tempo, qualidades físicas básicas, formas básicas de movimento, planos de aula, folclore nacional e estrangeiro, expressão corporal, comunicação e habilidades físicas na dança.

Não apresentou qualquer informação sobre critérios de avaliação e bibliografia.

Entendo que esta disciplina se sobrepõe a outras do departamento, como Ginástica I, II e III e à disciplina Dança que neste momento foi introduzida na grade curricular do Curso.

Em relação ao programa de 1972, nada acrescentou e comete as mesmas falhas ao deixar de apresentar dados que seriam importantes para uma análise apurada sobre a relevância da mesma no Curso. Pelos dados disponíveis no documento não considero que apresente importância na formação do profissional licenciado em Educação Física.

Passa a fazer parte da grade curricular do Curso a disciplina Educação Física Adaptada que apresenta um programa que deixa a desejar em termos de forma, o que dificulta sua compreensão. Como objetivo geral, pretendeu orientar alunos do quarto ano da graduação nas vivências de novos campos de trabalho dentro da área. Como específicos, acrescentou que pretendia passar conhecimentos gerais sobre Educação Física adaptada à gestante, asmáticos, cardiopatas, terceira idade, deficientes auditivos, visuais e mentais.

Como conteúdo, refere-se a anatomia e fisiologia aplicada aos diferentes módulos da Educação Física adaptada.

A bibliografia apresentada não trouxe as datas de publicação dos livros e não indicou nenhuma leitura sobre deficiência auditiva, visual ou as múltiplas síndromes que representam rebaixamento de nível intelectual. Dos 7 livros indicados, cinco se referiam a gestantes, um à fisiologia do exercício e outro a relaxamento. Minha crítica se dá na tendência de se trabalhar com ênfase em gestantes. Muitos outros assuntos pertinentes à área poderiam ter sido abordados.

As disciplinas Anatomia e Fisiologia do Exercício poderiam dar conta de parte do conteúdo que esta disciplina englobou.

Considero que este programa se apresentou extremamente técnico e distante da prática, já que não propôs vivências aos alunos e não estabeleceu relações com outras disciplinas do Curso.

Outra disciplina que passou a compor este departamento foi Dança em Educação Física. Como objetivo geral, apresentou a preocupação em preparar o aluno para a disciplina no que se refere a consciência corporal e profissional. Como objetivos específicos listou: diagnosticar habilidades motoras e capacidades físicas relacionadas à disciplina; valorizar a dança como bem cultural; preparar o aluno para ministrar aulas aplicando os princípios básicos da dança como agente educacional; desenvolver visão crítica em relação à profissão e conscientizar os alunos da importância da dança para o profissional de Educação Física.

A lista de conteúdos desenvolvidos é vasta: história da dança; a dança e a expressão corporal; método Patrícia Stokoe; método dança Educação Física; técnicas corporais ortodoxas e alternativas; a dança como fator de desenvolvimento psicomotor; o valor da aplicação da dança em um contexto profilático terapêutico; cinestesia e propriocepção; consciência corporal & consciência profissional, o ensino da dança no Brasil e dança arte & dança Educação.

A bibliografia apresentou 58 livros relacionados ao conteúdo a ser desenvolvido, porém entendo que seja excessivamente extensa. Alguns livros indicados não apresentam data de publicação (16), o que me impede de comentar sobre sua atualização. Dos restantes, 15 têm dez anos ou mais de publicação.

Quanto aos critério de avaliação, basearam-se na observação em aula, trabalhos teóricos e práticos, montagem de coreografias, provas. Esse item se apresentou muito vago. A preocupação maior se deu com a dança como fenômeno cultural e menor com a relação desta com a Educação Física, o que se nota pelo número de 8 livros em 58 que se relacionam à área e são comuns a ambas. Seria talvez um Curso mais adequado a uma Faculdade de dança.

A disciplina Artes Marciais, introduzida neste momento na grade curricular, apresentou como objetivos gerais: motivar a utilização das artes marciais como meio altamente eficaz para alcançar os objetivos gerais da Educação Física; incentivar a elaboração de trabalhos que concorram com o desenvolvimento global dos alunos; apresentar uma proposta de trabalho baseada nas artes marciais, proporcionando ao aluno a oportunidade de desenvolver uma forma de expressão natural através do corpo. Como objetivos específicos, mencionou: conhecer a relação entre técnicas empregadas nas diversas artes marciais, pesquisar e discutir os conceitos sobre as diversas teorias existentes nas artes marciais.

O conteúdo passou por conceitos e definições, histórico, paradigmas nas artes marciais e na Educação Física, classificação das artes marciais, aplicabilidade das artes marciais na Educação Física, relaxamento I e II, emprego da energia vital, processo de mentalização, técnicas de projeções, de impacto, de restrição articular, e de estrangulamento; elementos nas artes marciais, artes marciais para crianças e estado emocional dos educandos.

Quanto às avaliações, constou do programa que seriam teórico - práticas, mas não explicitou como e quais pesos seriam atribuídos para o cálculo de notas.

A bibliografia utilizada mencionou 12 livros dos quais 6 não apresentaram data de publicação; um se referiu ao futebol, um data de 1979 e os restantes são mais atuais com 3 anos ou menos de publicação.

Acredito ser um programa que busca relacionamento com a Educação Física e apresenta a preocupação com a Educação de crianças.

Finalmente o programa da disciplina Ginástica Rítmica Desportiva, eletiva na grade curricular da licenciatura, apresentou objetivos voltados ao nível competitivo.

Como conteúdo listou: trabalho específico para cada aparelho; trabalhar de forma lúdica no início e gradativamente passar ao manejo específico com cada aparelho (isto não seria conteúdo, e sim, estratégia de trabalho); regras básicas do código de pontuação; séries oficiais e demonstrativas.

A avaliação, como todas as demais disciplinas do departamento, não explicitou os pesos das atividades práticas e teóricas.

A bibliografia apresentada contém 3 livros apenas, sendo que um deles é o código de pontuação e os outros dois, essencialmente técnicos.

Em nenhum momento percebeu-se a preocupação em se utilizar a G.R.D. como recurso para um trabalho de Educação Física em nível escolar, que deveria ser uma preocupação da disciplina, já que se encontra dentro de uma licenciatura.

É possível afirmar nesse momento que a chefia de Departamento não deu conta de suas atribuições. Entendo que seja relevante pontuar os pontos de avanço, retrocesso ou estagnação das disciplinas desse departamento.

Em relação à Recreação, se em 1972 não pude detectar objetivos, critérios de avaliação ou bibliografia, conseguia perceber a preocupação em passar aos alunos conceitos e teorias de diferentes autores. O programa de 1991, por sua vez, apresentou objetivos, critério de avaliação e bibliografia. Há de se ressaltar que, em 1991, o programa se tornou um grande manual de atividades recreativas já que a bibliografia indicada não possibilita aos alunos uma visão crítica sobre os grandes temas norteadores dos estudos da recreação e do lazer. Não posso afirmar que ocorreram avanços em termos de qualidade, ao confrontar os programas dos dois períodos.

Nas disciplinas Atletismo I e II, posso afirmar que ambos se apresentavam essencialmente técnicos em ambos os períodos analisados, contudo, em 1972, o conteúdo era melhor distribuído nos dois anos de Curso. Não posso afirmar que tenha havido melhoria na capacitação oferecida ao longo do período analisado.

Tanto a disciplina Condicionamento Físico, quanto Treinamento Desportivo mereceram críticas, já que os programas deixaram transparecer que houve uma divisão de conteúdo entre os dois programas; ambos não apresentaram objetivos ou bibliografia, o que dificultou que se precisasse sobre a atualização dos Cursos ou se eram adequados ao Curso proposto.

Os programas das disciplinas Ginástica Geral I, II e III masculina e feminina apresentaram-se essencialmente técnicos. Pela análise realizada, pude constatar que não apresentaram bibliografia e os critérios de avaliação se mostraram vagos. Tanto os programas de 1972 quanto os de 1991 apresentaram um perfil higiênico e a preocupação explícita de trabalhar as habilidades dos alunos da graduação ao invés de preparar professores para desenvolver as habilidades nos seus alunos.

Os programas das disciplinas Ginástica Olímpica feminina e masculina também se apresentaram muito técnicos, ainda que o masculino apresentasse em sua bibliografia um livro que citava o trabalho em aparelhos dentro de escolas. No que se refere a aparelhos, a Ginástica Olímpica se diferencia enquanto trabalho para turmas femininas ou masculinas; num curso de preparação de professores de Educação Física, não haveria motivo para se proceder a essa separação, se não houvesse preocupação com o rendimento.

O programa da disciplina Ginástica Infantil, não alterou seu conteúdo ao longo de 19 anos de Curso, o que merece minha crítica.

O programa da disciplina Basquetebol se apresentou essencialmente técnico e não mencionou bibliografia, parecendo-me inadequado a uma licenciatura em Educação Física. Não avançou em relação ao período anteriormente analisado.

O mesmo pude constatar em relação à disciplina Voleibol, ainda que tivesse apresentado bibliografia no ano de 1991, não esclarece sobre as datas de publicação dos livros.

O programa da disciplina Handebol, apresentou-se como os anteriores, muito técnico o que se pode detectar pela análise da bibliografia indicada. Há de se ressaltar que a mesma não trouxe datas de publicação dos livros.

A disciplina Ginástica Rítmica apresentou um programa sem objetivos, critérios de avaliação ou bibliografia, além de se sobrepor aos programas das disciplinas Dança, Ginástica I, II e III, no que se refere a conteúdo.

No programa da disciplina Educação Física Adaptada, pude constatar a grande ênfase dada à ginástica para gestantes e a falta de um trabalho abordando outros aspectos relevantes para a área.

O programa da disciplina Dança, me pareceu inadequado a uma licenciatura na área de Educação Física, já que estabeleceu pouca relação com a mesma.

Nesse Departamento, a disciplina que deixou transparecer preocupação em estabelecer relação com a área da Educação Física e com o desenvolvimento de trabalhos com crianças, foi Artes Marciais, ainda que tenha apresentado livros sem datas de publicação e critérios de avaliação bastante vagos, como os demais desse Departamento.

Finalmente, o programa da disciplina Ginástica Rítmica Desportiva apresentou-se técnico, com objetivos voltados ao nível competitivo como também a bibliografia. Pareceu-me inadequado a uma licenciatura.

A maioria dos programas se apresentou essencialmente técnico, avaliando a execução de exercícios por parte dos alunos, e não se pode perceber a preocupação com o “ensinar a ensinar”, além da falta de especificidade e atualização dos mesmos.

Em relação ao período anteriormente analisado, não posso concluir por uma capacitação do Curso, considerando o momento analisado. Julgo até que o de 1972 era mais adequado do que o de 1991, situando historicamente a área da Educação Física nos dois momentos.

Se num primeiro momento, tive a impressão, pelo aumento de carga horária do departamento de Educação, que o Curso se aproximaria mais dos propósitos essenciais de uma licenciatura, posso agora afirmar que a situação não se alterou e o mesmo não apresentou sinais indicativos de melhora, considerando a análise do departamento de Desportos que, com a carga horária também alterada, continuou traduzindo um perfil tecnicista.

Esse estudo comparativo entre as duas grades curriculares operacionalizadas na FEFISA em 1972 e após 1991, permitiram que se chegasse a considerações interessantes sobre a formação profissional que é oferecida pela Faculdade, o que apresentarei a seguir.

Considerações Finais

Em relação ao referencial escolhido para esse estudo, através do qual o homem deveria ser considerado sobre quatro dimensões: corpo, alma, natureza e sociedade, já que ele é produto dessa integralidade constatei que, nos dois momentos observados, essas dimensões não foram a preocupação dos conteúdos curriculares e que, tanto em 1972 quanto em 1991 o foco principal foi o corpo, traduzindo uma Educação Física com fortes traços higiênicos e tecnicista, apesar de, por ocasião do segundo momento analisado, já existirem produções científicas na área que possibilitariam um outro perfil de Curso.

Acredito que o Curso oferecido pela FEFISA se enquadra na tendência denominada psico-pedagogização da Educação Física, responsável pela concepção pedagógica de cunho tecnicista que embute o acriticismo e a preocupação com a técnica, de acordo com a caracterização de Castellani, 1988.

Considerando as concepções de Medina (1985), o Curso ora analisado se enquadra na denominada Educação Física Modernizadora, que privilegia os mecanismos anátomo-fisiológicos, educando através do físico e gerando profissionais portadores de uma consciência transitiva ingênua (Freire, 1974), pois, não se dá subsídios para que compreendam as causas dos problemas vividos e nem tão pouco argumentações consistentes durante a formação, para que superem o senso comum.

Como docente da Instituição, posso destacar que o regimento interno se refere a um plano de carreira que jamais existiu na prática. Não havia, desde o

início, qualquer exigência quanto à titulação dos docentes da Instituição, pelo menos até o ano de 1991, período que interessa ao estudo.

A chefia de departamento, como constava dos regimentos nos dois momentos analisados, merece considerações. Em 1972, existia no documento, contudo não chegou a ser implantada. Em 1991, essa chefia passou a existir de fato e pela análise desenvolvida parece que não deu conta das atribuições que lhe eram conferidas pelo documento, deixando que ocorressem muitos problemas em relação às disciplinas, como também não cuidou para que essas, em sua totalidade, relacionassem-se entre si, o que viria a contribuir com a área de formação oferecida. Além disso deixou de interferir no sentido da atualização das bibliografias apresentadas em várias disciplinas e, em outras, parece que nem mesmo se preocupou em exigir que esse tópico fosse essencial.

Quanto aos critérios de avaliação, pode-se considerar que a chefia de departamento não deve ter se interessado em saber como ocorria na prática, ou não acreditou ser relevante que os documentos estivessem especificando sob que moldes estaria procedendo às avaliações dos alunos, uma vez que, pelos documentos, verificou-se que este tópico deixou de aparecer na quase totalidade dos programas. Quando mencionado era pouco esclarecedor.

A pesquisa, momento importante em Cursos de preparação profissional, mereceu um capítulo no segundo regimento interno, mas foi possível constatar-se que jamais foi desenvolvida na prática, pelo menos até o momento analisado nesse estudo, apesar de ter sido citado que os alunos fariam monografias de final de curso, na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica. Tais monografias ou projetos não foram localizados.

A partir de meu entendimento, chego a considerar que algumas disciplinas na forma e conteúdo como aparecem nos programas, necessitam de reestruturações urgentes, uma vez que não apresentam qualquer

relacionamento de conteúdo com os objetivos a que se propõem e pelos documentos analisados parece que traduzem a realidade de atuação, como é o caso de Fisioterapia, Sociologia Aplicada, Prática de Ensino II e Estágio Supervisionado, Dança, Treinamento Desportivo, Condicionamento Físico, Ginástica Rítmica, Ginástica Infantil, Recreação, Biometria, Higiene, Didática Geral e ainda Biologia, cujo conteúdo é ministrado em nível de segundo grau. Essa consideração é feita principalmente devido à inadequação do conteúdo e forma de ser apresentado, num Curso que se destina a formar profissionais licenciados na área da Educação física.

Quanto às demais, existem correções que devem ser processadas em grande parte delas, pois devem ser a expressão fiel da prática docente a ser desenvolvida.

O estudo possibilitou que se constatasse também a falta de integração entre as disciplinas de um mesmo departamento no que se refere a objetivos do Curso, já que, apresentando conteúdos essencialmente técnicos, afastaram-se dos objetivos gerais propostos que, no caso de uma licenciatura, deveria se preocupar com a preparação de perfil profissional para esse fim.

Portanto pode-se considerar que, apesar de todas as mudanças ocorridas na área em relação ao aspecto legal, que oportunizou as alterações de algumas disciplinas e a inclusão de outras, o currículo novo, ou seja, de 1991, não conseguiu nesse Curso traduzir ou transformar a formação proposta, principalmente em relação ao conteúdo, que não avançou no sentido de poder considerar o indivíduo, a sociedade e as mudanças de conhecimento específicas da área.

Ressalvo porém que no cotidiano da FEFISA, como participante do corpo docente, tanto do final do segundo momento analisado, quanto do atual, tenho observado a busca da promoção de alterações na formação, em relação ao conhecimento desenvolvido e a atitude didática de seus professores, o que

pode ser comprovado pela observação da prática docente e que acaba se traduzindo no oferecimento de uma grande gama de prestação de serviços à comunidade.

Dessa forma, pelos resultados das análises desenvolvidas, posso considerar que o Curso de graduação em licenciatura, desenvolvido pela Faculdade de Educação Física de Santo André (FEFISA), apesar de ter procurado proceder mudanças em sua grade curricular, ainda não conseguiu atingir o objetivo desejado, de poder estar oferecendo a formação de um profissional com perfil diferenciado e adequado a suprir as necessidades emergentes do mercado atual, quer em relação ao lazer, quer em relação a diferentes formas de atividades físicas que se processam no seio da sociedade.

Certamente, será de máxima importância que o corpo docente dessa Instituição passe a se preocupar em buscar uma melhor qualificação junto a programas de pós-graduação, o que resultará em maior e melhor diversificação da formação oferecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando Da Educação Physica: o que ela é; o que tem sido, o que deveria ser. Rio de Janeiro: Weiszflog, 1920.

BETTI, Mauro. Perspectivas na formação profissional. In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

_____. Novas Perspectivas na Formação Profissional em Educação Física. Revista Motriz. São Paulo: v.2, nº 1. 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 4024/61.

_____. Lei 4026/61.

_____. Lei 5540/68.

_____. Lei 5692/71.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 292 de 14 de novembro de 1962.

_____. Parecer nº 298 de 17 de novembro de 1962.

_____. Resolução nº 09, de 10 de outubro de 1969.

_____. Resolução nº 69 de 06 de novembro de 1969.

_____. Resolução nº 03, de 16 de julho de 1987.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 88 de 14 de abril de 1955.

_____. Parecer nº 118 de 16 de abril de 1958.

BRASIL. Decreto - Lei nº1212 de 17 de abril de 1939.

_____. Documenta (315) Brasília, março de 1987.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto - Lei nº 66.692, junho de 1970.

_____. Decreto - Lei nº 72.123 de abril de 1973.

BRUYNE, Paul de et. al. Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUARQUE, Cristovam. Uma idéia de Universidade. Brasília: UnB, 1986.

CAGIGAL, José Maria. Sugestões para a Educação Física na década de setenta. Revista Brasileira de Educação Física. Brasília, jun., 1974.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil - a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

- CHAUÍ, Marilena de S. In: Descaminhos da Educação Pós-68. São Paulo, Brasiliense, 1980, Debate,8.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.
- COSTA, Francisco Carreiro da. Concepções, Investigação, Prática. In: COSTA, Francisco Carreiro et all. Formação de Professores em Educação Física. Lisboa: Editora da Faculdade de Motricidade Humana, 1996.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 2 ed. Rio de Janeiro: Mac. Graal Hill, 1983.
- COSTA, Vera Lúcia Menezes. A Formação Universitária do Profissional de Educação Física. In: PASSOS, Solange (org.). Educação Física e Esportes na Universidade. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988.
- FARIA Jr., Alfredo Gomes. O Homem ou O Homem, a Sociedade e a Educação. In: OLIVEIRA, Vítor Marinho. (org.) Fundamentos Pedagógicos. Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- FARIA Jr., Alfredo Gomes. Pesquisa em Educação Física: enfoques e paradigmas. In: FARIA JR., Alfredo Gomes, FARINATTI, Paulo de Tarso. (org.) Pesquisa e produção do conhecimento em Educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. 1 ed. São Paulo: Scipione, 1989.

_____. Métodos de Confinamento e Engorda: como fazer render mais porcos, galinhas, crianças... In: MOREIRA, Wagner Wey (org.) Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 1992.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Neuza Nunes da Silva et. al. Saúde - Doença: Evolução das principais concepções e práticas. In: GONÇALVES, Aguinaldo (org.) Saúde Coletiva e Urgência em Educação Física. Campinas: Papyrus, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. Perfil do Ensino de 1º grau brasileiro (1994) In: Folha de São Paulo, caderno 4/4 de 13/03/1994.

LABORINHA, Léa. O perfil coletivo de ensino de professores universitários de Educação Física, revelado através da análise de ensino - um estudo exploratório. São Paulo, 1983. 275 p. Dissertação (mestrado em Educação Física) Universidade de São Paulo. 1983.

LIMA, Jorge Roberto Perroux de. Caracterização acadêmica e Profissional da Educação Física. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, v.8 n.2 p.54-66. Dez. 1994.

LUDKE, Menga, et al. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

- MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994..
- MEDINA, João Paulo Subirá. A Educação Física cuida do corpo e...mente. Campinas: Papirus, 1985.
- MOREIRA, Wagner Wey. Repensar a formação Profissional. In: SOLANGE Passos (org.) Educação Física e Esportes na Universidade. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988.
- _____ Por uma concepção sistêmica da pedagogia do movimento. In: MOREIRA Wagner Wey (org.) Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de. Preparação Profissional em Educação Física. In: PASSOS Solange (org.) Educação Física e Esportes na Universidade. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988.
- OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de et. al. Educação física e o Ensino de 1º grau. São Paulo: EPU, 1988.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e Educação de adultos. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1983.
- PARLEBAS, Pierre. Perspectivas para una Educacion Física Moderna. Espanha: Passine, Unisport and Andaluçia, 1987.

- PELLEGRINI, Ana Maria. A Formação Profissional em Educação Física. In: PASSOS Solange (org.) Educação Física e Esportes na Universidade. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988.
- RAMOS, Glauco Nunes Souto. Educação Física, Licenciatura e/ou Bacharelado? Analisando as implicações de uma estrutura Curricular. São Paulo, 1995. 191p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1995.
- RICHARDSON, Robert Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROUYER, Jacques. Pesquisas entre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da Educação física. Desporto e desenvolvimento humano. apud CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil - a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.
- SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- SILVA, Marinete dos Santos. A Educação Brasileira no Estado Novo. São Paulo: Livramento, 1980.
- VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Preparação Profissional em Educação Física: das leis à implementação dos currículos. Campinas, 1996. 95p. Dissertação (Mestrado em Educação Motora). Faculdade de Educação Física: Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- VIEIRA e CUNHA, Manuel Sérgio. Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana? Campinas: Papirus, 1989.

- _____. Motricidade Humana. Contribuições para um paradigma emergente. Lisboa: Instituto Piaget. 1994
- _____. Epistemologia da Motricidade Humana. Lisboa: Editora da Faculdade de Motricidade Humana, 1996.
- VIEIRA, Dirceu Brasil. Provão: avaliação pelo produto final? Jornal da UNICAMP, Campinas: n. 116, p.2, 1996.
- TANI, Go. Cinesilogia, Educação Física e Esporte: ordem emanente do caos na estrutura acadêmica. Motus Corporis, Rio de Janeiro: v. 3, n. 2, p. 9-50, dez.1996.
- _____. Estudo do comportamento motor, Educação Física escolar e a preparação profissional em Educação Física. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, 6 (1): p. 62-6, jan./jun. 1992.
- TOJAL, João Batista Andreotti Gomes. Currículo de Graduação em Educação Física: a busca de um modelo. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. Motricidade Humana: o paradigma emergente. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- _____. Formação Profissional em Educação Física; possibilidades e perspectivas. In: Congresso Mundial de Educação Física da Association Internationales des Écoles Supérieures d'Éducation Physique 1997, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anais, AIESEP 1997. (no prelo).